



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS – JAGUARÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS –
LICENCIATURA A DISTÂNCIA**

Jaguarão
Janeiro, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS – LICENCIATURA A DISTÂNCIA

- Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- Diretora do Campus: Silvana Maria Gritti
- Coordenador Acadêmico: Lúcio Jorge Hammes
- Coordenadora Administrativa: Tatiane Marques de Oliveira
- Coordenador do Curso: Maurício Aires Vieira
- Coordenadora Substituta: Denise Aparecida Moser
- Coordenadora Eventual: Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
- Docentes exclusivos vinculados ao curso: Denise Aparecida Moser, Fabiane Lazzaris, Leila Bom Camillo, Mauricio Aires Vieira, Sátira Machado e Suzana Schwartz
- Núcleo Docente Estruturante 2021-2022: Suzana Schwartz (Presidente), Maurício Aires Vieira, Denise Aparecida Moser (Secretária), Lúcio Jorge Hammes e Isaphi Marlene Jardim Alvarez (coordenadora de polos UAB)

- Colaboradores: Fabiane Lazzaris, Fabiane Penteado Galafassi, Leila Bom Camillo, Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques, Sátira Machado e Nathália Pinheiro Martins (discente)
- Revisores: Denise Aparecida Moser, Fabiane Lazzaris, Leila Bom Camillo, Maurício Aires Vieira, Sátira Machado e Suzana Schwartz

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa de localização | 31 |
| Figura 2 - Painel de dados | 32 |
| Figura 3 - Prova do Pisa 2018..... | 46 |
| Figura 4 - Temas Contemporâneos Transversais na BNCC | 96 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso | 62 |
| Quadro 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso | 82 |
| Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso | 84 |
| Quadro 4 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação | 103 |
| Quadro 5 - Migração curricular - Medidas resolutivas | 114 |
| Quadro 6 - Práticas Pedagógicas e Seminários Integradores I – VI | 123 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AC | Atividade Curricular |
| ACEE | Atividade Curricular de Extensão Específica |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| AVA | Ambiente Virtual de Aprendizagem |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| BNC-Formação | Base Nacional Comum - Formação |
| BRACOL | Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia |
| BRAFITEC | Brasil France Ingénieur Tecnologia |
| BRAMEX | Intercâmbio Estudantil Virtual Programa |
| CAFe | Comunidade Acadêmica Federada |
| CCA | Comissão Central de Avaliação |
| CCCG | Componentes Curriculares Complementares de Graduação |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CLA | Comitês Locais de Avaliação |
| CLIP | Centro de Línguas do Pampa |

| | |
|---------|---|
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CNE/CP | Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONAES | Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| CONSUNI | Conselho Universitário |
| CPA | Comissão Própria de Avaliação |
| CRE/RS | Coordenadoria Regional de Educação/Rio Grande do Sul |
| DAINTER | Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais |
| EaD | Educação a Distância |
| EduRoam | Education Roaming |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho de Estudantes |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| GURI | Gestão Unificada de Recursos Institucionais |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IFES | Instituição Federal de Ensino Superior |
| IN | Instrução Normativa |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |

| | |
|---------------|--|
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MEC/SEESP | Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Especial |
| MOODLE | Ambiente de Aprendizagem Modular Orientado ao Objeto |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| NEE | Necessidades Educacionais Específicas |
| NInA | Núcleo de Inclusão e Acessibilidade |
| NUDE | Núcleo de Desenvolvimento Educacional |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAE | Programa de Acompanhamento do Egresso |
| PCC | Prática como Componente Curricular |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PIBIC/CNPq | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PIBIC/AF/CNPq | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas |

| | |
|-----------------|---|
| PIBIC/EM | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio |
| PIBITI/CNPq | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PRAEC | Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários |
| PROBIC/FAPERGS | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PROBITI/FAPERGS | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação |
| PROEXT | Pró-Reitoria de Extensão e Cultura |
| PROGRAD | Pró-Reitoria de Graduação |
| PROPLAN | Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura |
| PROPPi | Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação |
| REAs | Recursos Educacionais Abertos |
| RNP | Rede Nacional de Ensino e Pesquisa |
| SAP | Sistema Acadêmico de Projetos |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações |
| SISBI | Sistema de Bibliotecas |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |

| | |
|----------|--|
| TDIC | Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação |
| UAB | Universidade Aberta do Brasil |
| UFPel | Universidade Federal de Pelotas |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| Unipampa | Universidade Federal do Pampa |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| IDENTIFICAÇÃO | 14 |
| APRESENTAÇÃO..... | 16 |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 19 |
| 1.1 Contextualização da Unipampa | 19 |
| 1.2 Contexto da inserção regional do campus e do Curso | 28 |
| 1.3 Concepção do Curso | 33 |
| 1.3.1 Justificativa..... | 41 |
| 1.3.2 Histórico do curso..... | 48 |
| 1.4 Apresentação do Curso | 54 |
| 1.4.1 Administração do campus sede (Jaguarão) com polos em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento..... | 54 |
| 1.4.1.1 Administração acadêmica do campus sede..... | 55 |
| 1.4.1.2 Administração acadêmica do Curso de Letras Português, Licenciatura a Distância..... | 57 |
| 1.4.2 Funcionamento do curso..... | 60 |
| 1.4.3 Formas de ingresso..... | 64 |
| 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA | 70 |
| 2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso | 70 |
| 2.1.1 Políticas de ensino..... | 70 |
| 2.1.2 Políticas de pesquisa..... | 72 |
| 2.1.3 Políticas de extensão..... | 74 |
| 2.2 Objetivos do Curso..... | 78 |
| 2.3 Perfil do Egresso..... | 78 |
| 2.3.1 Campos de atuação profissional..... | 79 |
| 2.3.2 Habilidades e competências..... | 79 |
| 2.4 Organização Curricular | 80 |
| 2.4.1 Requisitos para integralização curricular..... | 82 |
| 2.4.2 Matriz curricular..... | 83 |
| 2.4.3 Abordagem dos temas transversais..... | 96 |

| | |
|---|------------|
| 2.4.4 Flexibilização curricular..... | 101 |
| 2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação..... | 104 |
| 2.4.4.2 Mobilidade Acadêmica..... | 111 |
| 2.4.4.3 Aproveitamento de Estudos..... | 112 |
| 2.4.5 Migração curricular e equivalências..... | 112 |
| 2.4.6 Prática como Componente Curricular..... | 121 |
| 2.4.7 Estágios obrigatórios ou não obrigatórios..... | 125 |
| 2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)..... | 126 |
| 2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso..... | 127 |
| 2.5 Metodologias de Ensino..... | 130 |
| 2.5.1 Interdisciplinaridade..... | 136 |
| 2.5.2 Práticas inovadoras..... | 139 |
| 2.5.3 Acessibilidade metodológica..... | 140 |
| 2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e de aprendizagem..... | 148 |
| 2.5.4.1 Outros recursos didáticos: Equipe Multidisciplinar..... | 151 |
| 2.6 Avaliação da aprendizagem..... | 152 |
| 2.6.1 Plágio Acadêmico..... | 156 |
| 2.7 Apoio ao discente..... | 156 |
| 2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa..... | 160 |
| 3 EMENTÁRIO..... | 163 |
| 3.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS..... | 164 |
| 3.2 COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES..... | 220 |
| 4 GESTÃO..... | 289 |
| 4.1 Recursos humanos..... | 290 |
| 4.1.1 Coordenação de curso..... | 291 |
| 4.1.2 Núcleo Docente Estruturante..... | 293 |
| 4.1.3 Comissão do curso..... | 293 |
| 4.1.4 Corpo Docente..... | 298 |
| 4.1.5 Tutoria..... | 303 |

| | |
|--|------------|
| 4.2 Recursos de infraestrutura | 310 |
| 4.2.1 Espaços de trabalho..... | 310 |
| 4.2.2 Biblioteca..... | 311 |
| 4.2.3 Laboratórios..... | 314 |
| 4.2.4 Polos de EaD Institucionais (radiografia: 2022)..... | 315 |
| REFERÊNCIAS..... | 318 |
| APÊNDICES | 325 |
| APÊNDICE A – REGULAMENTO DE ESTÁGIOS..... | 326 |
| APÊNDICE B – REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..... | 342 |
| APÊNDICE C - REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO..... | 354 |
| APÊNDICE D – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE | 356 |

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- Natureza Jurídica: Fundação Federal
- Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- Cidade: Bagé/RS
- CEP: 96400-100
- Fone: + 55 53 3240-5400
- Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- Cidade: Bagé/RS
- CEP: 96400-500
- Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CAMPUS JAGUARÃO (SEDE ATUAL)

- Endereço: Rua Conselheiro Diana, s/n
- Cidade: Jaguarão/RS
- CEP: 96300-000

- Fone: +55 53 32663400
- E-mail: jaguarao@unipampa.edu.br
- Site: <https://unipampa.edu.br/jaguarao/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Área do conhecimento: Letras, Humanidades e Artes
- Nome do curso: Letras - Português
- Grau: Licenciatura
- Modalidade: a distância
- Código e-MEC: 1214744
- Titulação: Licenciado(a) em Letras
- Integralização: 8 semestres
- Duração máxima: 16 semestres (*exceto cursos UAB*)
- Carga horária total: 3.220 horas
- Periodicidade: semestral
- Número de vagas: 150 vagas semestrais – oferta contínua
- Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): conforme polos autorizados pela CAPES/Sistema UAB
- Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Chamada por Nota do Enem e Notas do Ensino Médio, Processo Seletivo Complementar entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- Data de início do funcionamento do Curso: 06 de fevereiro de 2017
- Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: A autorização para seu funcionamento foi expedida pelo Ministério da Educação no dia 16 de novembro de 2016, publicada no DOU
- Reconhecimento do Curso Portaria Nº 1.097, de 20 de dezembro de 2022, link <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.097-de-20-de-dezembro-de-2022-452773873> (Registro E-Mec - 201925845)
- Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/llpead/>
- Contato: jalp@listas.unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico de curso (PPC) é um documento construído coletiva e democraticamente, com o objetivo de orientar o desenvolvimento de um curso de graduação, contendo diretrizes organizacionais, operacionais, detalhando concepções, ideários, a fim de assegurar a qualidade do curso, a adequação às normas da educação nacional, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), articuladas com as finalidades institucionais (BRASIL, 2019-a).

Um PPC explicita intencionalidades, objetivos educacionais, profissionais, sociais, políticas, culturais, articuladas com as competências e as habilidades definidas para o perfil do formando e, considerando a dinamicidade da realidade, da ciência, do conhecimento, sua (re)elaboração demanda atualizações frequentes, pois a produção e a quantidade de informação precisam ser incorporadas no intuito de acompanhar avanços, mudanças, seleção crítica, contextualizada e adequada do conhecimento pertinente (MORIN, 2000).

O Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, ofertado inicialmente pelo Campus Jaguarão, foi planejado para atender uma das metas expressas no Plano Institucional da Universidade de “[...] consolidar o ensino na modalidade Educação a Distância (EaD) na UNIPAMPA.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PI, 2009, p. 31), tendo origem em uma proposição da Comissão Especial *multicampi* (Portaria 1.750/2011). Tal premissa partiu como um curso que revelaria o caráter *multicampi* da Universidade, para que futuramente todos os *campi* estivessem habilitados para se tornar polos institucionais e participar de adesão aos editais da CAPES (buscando também fomentar e ofertar outros cursos de graduação na modalidade). Hoje o curso tem como sede o Campus Jaguarão, somados os polos institucionais de Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Santana do Livramento e Alegrete. Nesse diapasão, consideramos que realmente esse é o único curso que evidencia e nos caracteriza como uma instituição *multicampi*. O polo São Gabriel está apto a funcionar e autorizar o ingresso de estudantes pela modalidade, no curso em tela.

A autorização do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, pelo MEC, com o conceito 4, aconteceu em 2015. Iniciou com a oferta anual de 150 vagas distribuídas, primeiramente, nos polos Alegrete, Jaguarão (sede) e Santana do Livramento, com o prazo mínimo de integralização da carga horária de quatro anos e no máximo oito anos. Pretendemos, após essa aprovação, ampliarmos o quantitativo de vagas, uma vez que temos polos institucionais aprovados a funcionar, tais como o de São Gabriel. Os demais polos institucionais, campi de nossa universidade, poderão pedir a qualquer momento credenciamento e poderão, então, ofertar o curso em suas dependências.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unipampa (2019-2023), referendado pela comunidade acadêmica, está expresso que a institucionalização da Educação a Distância deve estar integrada aos processos de ensino, pesquisa e extensão e que estes necessitam atender às especificidades da modalidade, tais como:

[...] aos processos organizacionais de ingresso; atendimento e acompanhamento administrativo e registro acadêmico adequado aos estudantes a distância; [...] organização didático-pedagógica dos cursos; aspectos metodológicos e avaliativos que correspondam à modalidade de ensino; investimento nas TICs institucionais para manter a qualidade de ensino e práticas a distância, capacitação contínua de tutores, professores, servidores e estudantes [...]. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p. 53).

Para viabilizar essas demandas, o PDI também sinaliza para a necessidade de considerar a manutenção, a atualização e a expansão da infraestrutura tecnológica, “[...] possibilitando qualificar os cursos presenciais e de EaD, promovendo melhorias na oferta de ambientes virtuais de ensino, maior disponibilização de conteúdo multimídia” (Idem, p. 48) para o desenvolvimento e qualificação dos processos de ensino e da aprendizagem institucionais.

Nesse contexto, a oferta de cursos de formação inicial em EaD contribui para a democratização do acesso à educação pública, gratuita, de qualidade, ampliando possibilidades, viabilizando que estudantes, que tenham impedimentos para

desenvolver cursos de formação profissional na modalidade presencial, possam concretizar desejos e sonhos.

Cursos de licenciatura na modalidade a distância em universidades públicas são em número reduzido. Isso potencializa a continuidade dessa oferta, atualizada com as demandas legais, pedagógicas e específicas para a formação de professores de língua portuguesa, contribuindo e incentivando a criação de outras ofertas nesta modalidade, para incrementar a democratização do acesso a cursos de ensino superior inclusivos e de qualidade. As unidades da federação, com a nova BNCC (BRASIL, 2018), aumentaram a demanda por professores de língua portuguesa para atuar na educação básica e nós, como universidade, não podemos nos furtar de promover a formação de tais profissionais.

Após o processo de reconhecimento, no qual o curso alcançou a nota máxima **cinco (5)**, procedemos à revisão/atualização deste PPC de Letras Português - Licenciatura a Distância especialmente para atender a demanda de inserir a extensão no currículo regular, bem como reconhecendo a dinamicidade da realidade, a incompletude do conhecimento, a quantidade disponível de informação, que encaminha para a necessidade de reaprender a identificar fontes fidedignas.

Além desses aspectos, como reflexo dos indicadores ruins da avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem no conjunto das modalidades da educação nacional, a comissão deste curso decidiu repensar, rever prioridades, refletindo criticamente, com base na autoavaliação processual da prática e suas conquistas, da avaliação discente, de sugestões e/ou demandas apontadas por egressos e concluintes.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional atual (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido nesse tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

A Universidade tem o papel de promover a produção e o compartilhamento do conhecimento reconstruído através de pesquisa, ensino e extensão. Esse conhecimento contribui para a qualificação e mudança na vida das pessoas, encaminhando alternativas de solução de problemas e demandas sociais. É função da Universidade identificar, compreender, interpretar, analisar e produzir conhecimento científico sobre tais demandas e problemas, inclusive como condição para identificar as possibilidades de intervenção.

O comprometimento da Universidade com a transformação da sociedade é, portanto, processo dialógico e recursivo que, no atendimento de demandas recebidas, modifica o contexto e por ele é modificado. Entretanto, essa Instituição, que busca produzir, reconstruir, divulgar e compartilhar conhecimento, necessita ter clareza de que conhecimento precisa ser aplicado também nela mesma, pois

“[...] críticas e questionamentos externos nos fazem falta, mas, sobretudo, o que faz falta é um questionamento interior.” (MORIN, 2000, p. 23).

A Unipampa, por ser uma universidade pública, oportuniza abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade se coloca como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

A concepção de sociedade é a de uma coletividade marcada pela diversidade, pluralidade e pelas diferenças culturais próprias de cada contexto local, sem perder os horizontes globais, e que não pode ser um espaço meramente reprodutivo do saber acumulado pela humanidade, tampouco o acadêmico pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. A relação entre universidade e sociedade, então, precisa se caracterizar pelo diálogo investigativo e crítico, pois a instituição precisa traduzir os desafios de seu tempo e apostar no trabalho colaborativo, fundamentado numa proposição teórico-metodológica capaz de explicitar seus objetivos.

Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção igualmente contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua reconstrução e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino e de aprendizagem, considerando que o aprender transita em um “[...] vaivém sem fim de desconstrução e reconstrução.” (BAUMAN, 2007, p. 34). Segundo Morin (2000, p. 16), “[...] conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto dessas.” Nesse sentido, a informação é processada em uma tradução subjetiva, uma interpretação que é seguida de uma reconstrução, e esses processos oferecem o risco do erro (Idem, 2000). As informações estão disponíveis em muitos outros lugares que não nas instituições educativas, e a quantidade circulante delas é imensa. Nesse sentido, conhecimento passou a significar também o uso que o sujeito consegue fazer da informação.

A concepção de aprendizagem que perpassa esse plano é a de processo complexo que habilita o sujeito: “[...] a procurar as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes.” (MORIN, 2000, p. 25). O currículo reflete intencionalidades, traduzindo-se em projetos de ensino, propostas de extensão e temas de pesquisa balizados por esses compromissos. Percebe a necessidade de respeitar a pluralidade de discursos, adotar entendimentos comuns através do diálogo, tais como o da superação e o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, reconhecendo que o conhecimento de um campo do saber é insuficiente para compreender a realidade complexa.

O advento da Constituição Federal Brasileira de 1988 contribuiu para desencadear, nas universidades federais, mudanças internas de caráter democrático, bem como na sua concepção, missão e visão, passando a se perceber a Universidade Pública como uma instância complexa, inerente à sociedade democrática, multicultural, um espaço/tempo adequado para que, através do diálogo com a diversidade, os sujeitos reflitam processual e criticamente sobre a vida, o trabalho, o mundo, encaminhando alternativas de transformações quando a realidade assim o demandar.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- Ética;
- Transparência e interesse público;
- Democracia;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- Garantia de condições de acessibilidade;
- Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- Respeito à diversidade;
- Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Ensino superior gratuito e de qualidade;
- Formação científica sólida e de qualidade;
- Exercício da cidadania;
- Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- Desenvolvimento regional e internacionalização;
- Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Unipampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade dos anos 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul (RS). Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Educação Superior gratuita e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da Unipampa a pleitear, junto ao MEC, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); campus Caçapava do Sul: Geofísica; campus Dom Pedrito: Zootecnia; campus Itaqui: Agronomia; campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); campus Santana do Livramento: Administração; campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM.

Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06 que propunha a criação da Unipampa.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da Unipampa que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura Unipampa.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a Unipampa – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p. 1).

No momento de sua criação, a Unipampa já contava com 2.320 discentes, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação, além dos colaboradores terceirizados, vinculados às universidades do consórcio.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pró-tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a

função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Atualmente, 66 cursos presenciais e 06 a distância encontram-se em funcionamento:

Campus Alegre: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados), Letras Português - Licenciatura a Distância (polo).

Campus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais:

Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Campus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico), Letras Português - Licenciatura a Distância (polo).

Campus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados), Letras Português - Licenciatura a Distância (polo).

Campus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura) previsão 2023-2.

Campus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras Português - Licenciatura a Distância (polo sede), Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Campus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados), Letras Português - Licenciatura a Distância (polo).

Campus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados) e Letras Português - Licenciatura a Distância (EaD/UAB), com previsão de 2024-1.

Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Fruticultura (Tecnólogo); Ciências Biológicas (Licenciatura).

Campus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na Unipampa, encontram-se em funcionamento 18 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Campus Bagé: Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).

Campus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica; Gestão e Educação Ambiental.

Campus Dom Pedrito: Agronegócio; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Campus Itaqui: Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Campus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

São Borja: Mídia e Educação (UAB).

Campus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena; Fisioterapia, Neonatologia e Pediatria; Gestão em Saúde (UAB); Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Campus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Campus Caçapava do Sul: Mestrado em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.

Campus Jaguarão: Mestrado em Educação.

Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Campus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Campus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO

A Unipampa busca exercer seu compromisso com o seu entorno através de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades. Para que tais atividades ganhem efetividade e relevância, a Universidade planeja suas ações com base em diagnósticos da realidade que contribuem para evidenciar limites, possibilidades, demandas da comunidade e, em alguns casos, emergências pontuais.

A região em que a Unipampa está inserida e já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial

foi igualmente decrescente. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente colaboram para essa realidade econômica, que impõe grandes desafios para mudar.

Esta localização apresenta vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e a ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa.

Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

A Unipampa deseja contribuir nas potencialidades regionais e na superação de possíveis limites identificados por estudos e/ou através das demandas da comunidade. Sendo assim, oferece cursos, desenvolve estudos, bem como atividades de extensão articulados com os anseios da região, na qual está inserida, focada em desempenhar adequadamente o papel social da universidade, desenvolvendo estratégias de participação, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, contribuindo assim para qualificar a vida das pessoas.

As funções sociais da universidade são plurais, entre elas, estão a produção, a reconstrução, o compartilhamento de conhecimento cientificamente reconstruído, e, especialmente, o (re) pensar, ressignificar constantemente a si mesma, refletindo criticamente e avaliando processualmente seu espaço de atuação, ciente de que o mundo muda, as demandas, as concepções, a pesquisa, o ensino, a aprendizagem também.

Para tal, a instituição precisa apostar no trabalho colaborativo, com base no conhecimento cientificamente reconstruído, definindo metas coerentes com a sua

missão, a sua visão, justificando ações, escolhendo/reconstruindo caminhos, avaliando as adequações, reformulando seu planejamento quando necessário for.

A Unipampa, sendo uma universidade pública, oportuniza acesso aos mais amplos setores da sociedade, pautando suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. Esse curso, desenvolvido na modalidade a distância, contribui mais ainda para a inclusão social, o acesso à continuidade dos estudos, por meio de percursos formativos flexíveis e diversificados, e materializando o verdadeiro sentido da *multicampia*, em um curso que chega em diversos polos/municípios e campus, oportunizando acesso democrático e de qualidade a todos que o dele necessitam e/ou buscam para internalizar conhecimento.

A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de articulações, percebendo o conhecimento e a diversidade como instrumentos produtivos para qualificar a vida em seus contextos de inserção, caracterizando um princípio recursivo, enquanto o ser humano aprende, se (auto) constitui, se instrumentaliza para concretizar uma vida melhor, o contexto social no qual ele está inserido também vai se qualificando, bem como o bem estar da comunidade.

Como instituição social, a Universidade está ciente do seu compromisso ético, plural e diverso. A concepção curricular - que reflete escolhas e intencionalidades - se traduz em seus projetos de cursos, suas propostas de extensão e de pesquisa, balizados por esses compromissos.

O Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância recebe estudantes de diversas partes do país. Uma parcela significativa deles se concentra em regiões dos campi ou polos de apoio presencial. Conforme dados do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos (NIDA)¹, a seguir, podemos observar a cidade de origem dos estudantes. O Mapa de Local de Origem (Figura 1) apresenta em um mapa do

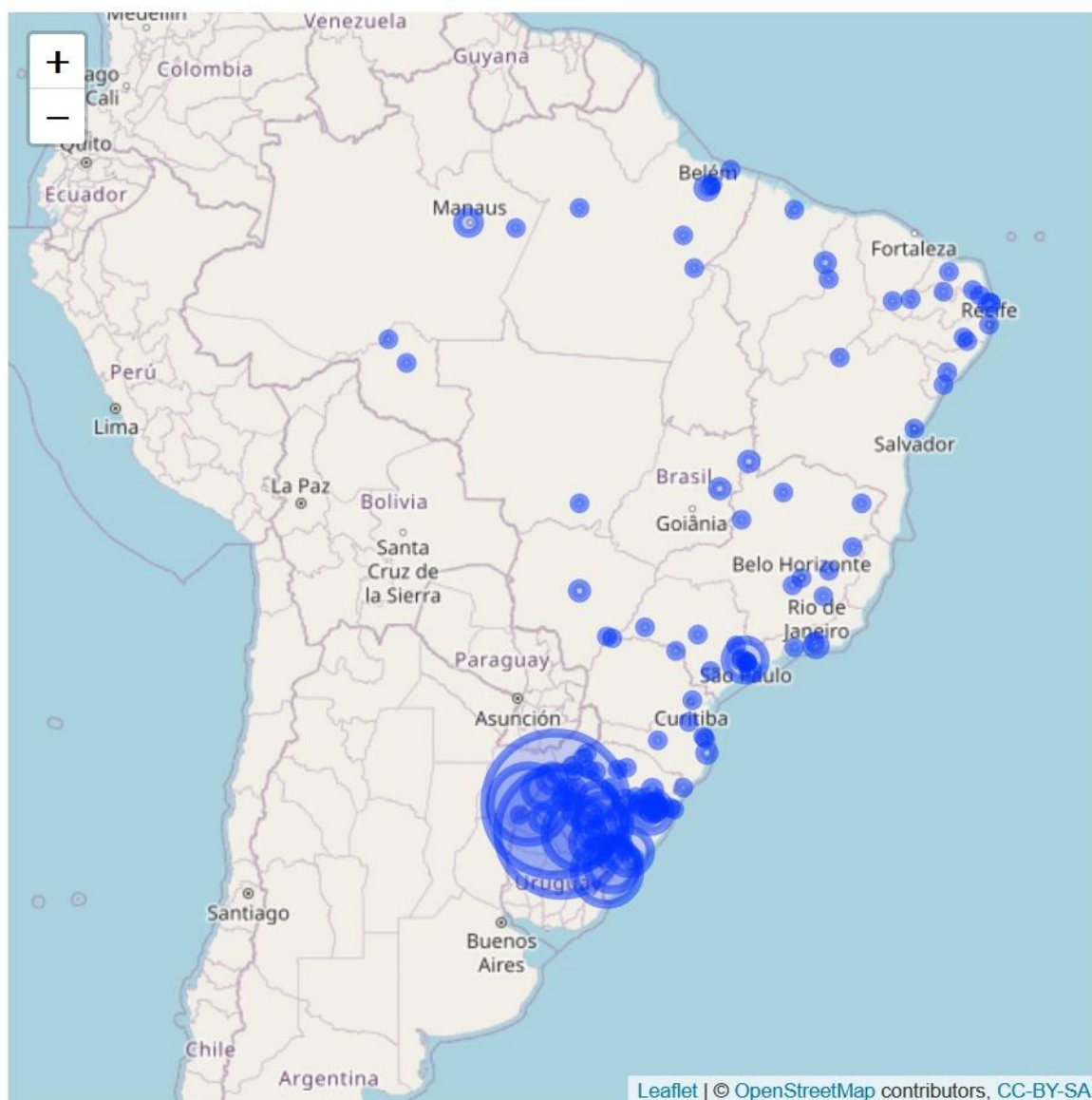
¹ Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/nida/>

Brasil a cidade de origem dos estudantes, onde o raio do círculo é proporcional ao número de discentes oriundos da cidade em questão.

Figura 1 - Mapa de localização

Mapa de localização

O raio do círculo é proporcional ao número de alunos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Ainda, o painel de dados (Figura 2), apresentado a seguir, produzido pelo Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e

Retenção² demonstra uma procura crescente³ ao Curso de Letras – Português, Licenciatura a Distância.

Figura 2 - Painel de dados



Fonte: Pró-reitora de Graduação da Unipampa (2022)

Portanto, é possível observar que há demanda pelo curso e ela não é exclusivamente regional. Dados do INEP apontam que houve um crescimento considerável em matriculados em cursos a distância em 2021 no país. Foram mais de 3,7 milhões de matriculados nessa modalidade. Esse número representa 41,4% do total. “Na série histórica destacada pela pesquisa (2011 a 2021), o percentual de matriculados em cursos EaD aumentou 274,3%, enquanto, nos presenciais houve queda de 8,3%”⁴. Em relação às licenciaturas, a modalidade a distância concentra 61% das matrículas, enquanto a presencial representa 39%. Das

² Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/nida/>

³ Importante ressaltar que em 2020 e 2021 o ingresso foi fortemente afetado pela pandemia de Covid-19 e, posteriormente, a suspensão das atividades presenciais, alteração nas datas de seleção do SISU e ENEM.

⁴ Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de,queda%20de%208%2C3%25.>

matrículas nos cursos de licenciatura em 2021, 35,6% foram registradas em instituições públicas e 64,4%, em privadas. Mais de 80% dos estudantes de licenciatura de instituições públicas frequentam cursos presenciais. Na rede privada, prevalecem os cursos a distância, com quase 85% dos estudantes.

A prevalência do crescimento das matrículas nos cursos de formação docente no setor privado através da modalidade EaD é nítida especialmente porque são poucos os cursos de licenciatura a distância nas instituições federais de ensino. Para que o acesso à Educação Superior seja, de fato, democratizado é necessário que as Instituições Federais de Ensino ampliem a oferta de cursos de graduação e pós-graduação nessa modalidade. O ensino na modalidade a distância é responsabilidade do Estado e dos poderes públicos e deve ser pautado em políticas públicas que visem padrões de qualidade consistentes e apresentem práticas inovadoras. O próprio MEC, através da CAPES e do sistema UAB fomentam cursos de formação de professores e com grande demanda em determinadas regiões a fim de garantir a todas IES a oportunidade de experimentar a modalidade, e ao longo, do tempo, institucionalizar tais cursos em suas matrizes institucionais.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção de universidade anunciada, demanda prática pedagógica que dê materialidade aos seus princípios balizadores. A legislação educacional vigente, em especial a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019-b) que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), assim como a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se articulam e embasam a concepção pedagógica deste PPC.

De acordo com os referenciais de qualidade para educação superior a distância⁵, os cursos propostos nessa modalidade podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens, recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e o contexto de inserção são elementos que irão definir sobre as necessidades tecnológicas, as escolhas metodológicas, bem como a definição dos momentos presenciais obrigatórios, previstos em lei, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial, de tutores a distância, de interfaces EaD, mediadores pedagógicos e outras estratégias.

Um ponto comum a todos que trabalham em qualquer modalidade é a compreensão de educação como fundamento primeiro, antes de se pensar no seu modo de organização, neste caso, a distância. Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, presencial, EaD, remota ou híbrida, a educação precisa ser interativa, sem distância.

Neste curso, definimos educação como processo de aprendizagem, de realização do potencial intelectual, emocional, físico, espiritual, estético que inclui a reconstrução do conhecimento cientificamente construído ao longo do tempo e o seu compartilhamento democrático, considerando as especificidades das tradições, da cultura, oportunizando aprendizagens significativas e úteis.

A concepção de educação se complementa com a especificação do conceito de 'educação a distância', que se refere à modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem acontece por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação, com os participantes, estudantes e professores, planejando, desenvolvendo, avaliando processualmente atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Essa definição está presente no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Nos processos de ensino e de aprendizagem, a proximidade é importante, mas ela não é sinônimo de presença física (MOORE, 2002). Os seres humanos aprendem em interação, entre si, a realidade e conhecimento (FREIRE, 1998). A interação é potencializada através do diálogo, influenciada pela dinamicidade das ações, do planejamento docente, pelo tema e/ou objeto do conhecimento, bem como pelas condições ambientais. Todas essas condições sob o controle do grupo de 'sala aula', seja ele presencial ou a distância (MOORE, 2002). O clima da sala de aula é variável, dinâmico, dependente/autônomo da prática docente (TAPIA, 2006).

O objetivo geral do curso Letras Português - Licenciatura a Distância é a formação inicial de professores de língua portuguesa para a Educação Básica. Nesse sentido, o artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019-b) explicita a necessidade de que o curso se encaminhe para o ensino e a aprendizagem das competências gerais docentes em consonância com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Além disso, especifica, em seu artigo 4º, as competências específicas a serem reconstruídas, sendo que essas se referem a três dimensões da docência, que se integram e se complementam na ação pedagógica: o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional.

A referida resolução explicita as competências específicas a cada uma das dimensões, enfatizando que o professor adequadamente instrumentalizado para sua profissão, precisa ter acesso às competências e às habilidades relativas ao saber do conteúdo que trabalha e, principalmente, reconstruir conhecimento atualizado sobre a aprendizagem humana e como oportunizar que seus estudantes aprendam a pensar criticamente sobre o conteúdo que planejou ensinar.

Para tal, o curso, além de oportunizar aprendizagens específicas sobre o objeto de estudo – língua portuguesa – necessita oferecer componentes que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências específicas do

ser professor, o profissional da aprendizagem, percebendo que, ao longo do curso, os professores que nele atuam precisam saber e saber fazer o objetivo da sua profissão: oportunizar que todos os estudantes licenciandos aprendam a ser/atuar como professores de língua portuguesa na educação básica.

Nesse sentido, o curso objetiva a reconstrução de conhecimento que contribua para as necessidades da sociedade contemporânea, desenvolvendo a (auto) formação de um professor de língua portuguesa e suas literaturas, atento ao dinamismo das demandas da realidade social e as da linguagem.

As concepções de universidade, conhecimento, ensino, aprendizagem, professor, estudante, mundo, realidade, assim como o atendimento à legislação educacional atualizada, norteiam o PPC, perpassando as escolhas dos componentes e das propostas curriculares, das práticas pedagógicas, das estratégias didáticas, da gestão democrática.

A materialização coerente dessas concepções necessita acontecer no cotidiano das ações, através da participação de seus atores para escolher e/ou redefinir caminhos, sem perder o foco no compromisso da Universidade de contribuir para (auto) formar para a vida sujeitos produtores e produzidos na sua história.

Na elaboração de um PPC, então, há necessidade de explicitar as concepções e pressupostos teóricos que o embasam. Concepções de educação, distância, conhecimento, aprendizagem, ensino, professor, estudante, egresso, avaliação, gestor, formação, dentre outros, precisam ser definidos, pois, para concretizar metas, precisamos saber de onde partimos, no que/onde queremos chegar, e com quais intenções. Pois, “[...] como procurarás por algo que nem ao menos sabes o que é? Como determinarás que algo que não conheces é o resultado da sua busca? Colocando de outra forma, mesmo que esbarres nisso, como saberás que o que encontraste é aquilo que procuras?” (PLATÃO, 1956, p. 128).

Há necessidade, nesse caso, de se ter clareza em relação ao profissional que desejamos contribuir para formar, quais os conteúdos/conhecimentos

necessários para isso e como eles vão se estruturar ao longo do curso. Nesse sentido, para explicitar intencionalidades, iniciamos definindo conceitos. Justificamos essa necessidade pela característica polissêmica das palavras e/ou dos conceitos. Assim, com o objetivo de contribuir para a compreensão da concepção e das intenções do curso, explicitamos os conceitos básicos que o permeiam.

Sobre o termo formação, concordamos com Morin (2000, p. 11) que “[...] com suas conotações de moldagem e conformação, tem o defeito de ignorar que a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito.” Por isso, por desejarmos contribuir para (auto)formar sujeitos pensantes/atuentes, utilizamos o termo (auto)formação docente ao longo desse texto. Importante destacar também que a (auto)formação docente vem sendo apontada como um dos principais fatores com potencial determinante para o êxito na qualificação dos processos educacionais (IMBERNÓN, 2007; DEMO, 2008, 2012).

Entendemos que o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012, 2020). O objetivo dessa profissão é planejar, organizar, desenvolver estratégias para oportunizar que todos os estudantes aprendam a pensar criticamente sobre os conteúdos que desejam ensinar. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1998, p. 37). Conhecimento precisa ser reconstruído, ressignificado, atribuindo sentido e significado, reorganizando a nova/diferente informação em uma base conceitual subjetiva existente.

Neste projeto, identificamos o ensino como um dos meios que o professor utiliza para alcançar o propósito de sua profissão. O foco da ação docente, bem como o sentido da existência da universidade é a aprendizagem dos estudantes. Para ensinar, nessa concepção, o professor necessita partir do conhecimento prévio do estudante para ir além, sistematizando e avaliando processualmente os avanços, desenvolvendo ações cotidianas de retroalimentação das atividades desenvolvidas, para que o estudante possa acompanhar, compreender seu

processo, perceber-se aprendendo, reconhecer-se como sujeito capaz, ciente de que para que o estudante aprenda, nada é mais importante do que um professor que também “aprenda bem” (DEMO, 2012, p. 8).

O conceito de aprendizagem se refere a “procurar as relações e inter-retroações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes.” (MORIN, 2000, p. 25). Aprender demanda, então, reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a ‘nova’ informação. Nesse sentido, a necessidade da superação da visão fragmentada do conhecimento encaminha para a estruturação curricular interdisciplinar, contextualizada, percebendo que a realidade demanda análise de suas múltiplas dimensões, a fim de compreender como elas se combinam, se interpenetram.

O processo de aprendizagem faz parte de uma dinâmica situada: “aprende-se do que já se aprendeu, constrói-se do que já está construído. Conhecimento descontextualizado torna-se impróprio para a aprendizagem, porque funciona como imposição de fora para dentro.” (DEMO, 2016, p. 38). Esta é uma concepção que exige a participação ativa dos estudantes, indo de encontro a de aulas instrucionistas e transmissíveis.

Por isso, o curso reconhece como uma das estratégias didáticas mais produtivas de aprendizagens significativas a de promover, potencializar a interação entre os participantes do grupo, partindo do seu conhecimento para ir além, pois o “[...] conhecimento progride pela capacidade de contextualizar e englobar.” (MORIN, 2000, p. 15).

O significado do aprender se articula com a habilidade de organizar a informação no contexto e tirar proveito adequado dela para qualificar o que pode e/ou precisa ser melhorado. Nesse sentido, reafirmamos que aprender também se constitui em “[...] um vaivém sem fim de desconstrução e reconstrução, no qual nos esquematizamos e nos liquefazemos.” (BAUMAN, 2007, p. 34).

Como já comentamos, o acesso às informações está muito mais disponível em muitos outros lugares que não nas instituições de ensino, e a quantidade de

produção delas é ampla, encaminhando para a definição de conhecimento como articulado ao uso que o sujeito realiza com a informação, reconhecendo que o “conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas.” (MORIN, 2000, p. 16).

Nesse sentido, o curso reconhece a necessidade de reaprender (e ensinar) a pensar, a selecionar informações, analisar a fidedignidade da fonte, a validade, a utilidade, produzindo pensamentos, relacionando com outros saberes, analisando, compreendendo, avaliando, priorizando. Essas são competências que são demandadas no dia a dia, pois “[...] cada vez mais a gigantesca proliferação de conhecimentos escapa ao controle humano” (MORIN, 2000, p. 17). Elas precisam ser ensinadas sistematicamente, nas diferentes modalidades de ensino, especialmente na educação superior.

Os estudantes são a razão de ser das instituições de ensino, em especial da Unipampa. É por eles e para eles que elas existem. Acreditamos na necessidade do ser humano participar ativamente dos processos de ensino e de aprendizagem para assim reconstruir e ressignificar para si mesmo o conhecimento. Com base nessas ideias, percebemos como ações indispensáveis para o sujeito que deseja pensar, refletir criticamente sobre o que lê, vê, escuta, elaborando relações com outras informações e/ou conhecimentos, concordar, discordar, argumentar, atribuir significado a informação, de tal modo que, quando dela necessitar, será competente para mobilizá-la nos seus arquivos mentais e/ou em outras fontes úteis.

Como já comentamos, a qualidade da educação é influenciada por múltiplos fatores, porém diferentes autores (DARLING-HAMMOND 2005, 2008, 2010; DEMO, 2012, 2008; GATTI, 2019; WEISZ, 2000) apontam que a atuação didática do professor é a razão determinante para a aprendizagem dos estudantes. Não é o único fator, mas é o mais importante. “[...] professor é uma peça da engrenagem escolar, não resolve tudo sozinho jamais, mas, no rol dos fatores externos da aprendizagem dos estudantes, é o mais sensível e produtivo.” (DEMO, 2018, p. 13).

No entanto, diferentes avaliações, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018)⁶, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF/2019)⁷, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA, 2016)⁸ vêm evidenciando que há problemas nas aprendizagens dos estudantes da educação básica, o que permite inferir que suas causas podem estar relacionadas com a qualidade da formação inicial dos professores brasileiros. Somados a esses fatores, vivenciamos a pior pandemia, com restrições sanitárias, de séculos, nunca então vivida, que fragilizou e atrasou as principais aprendizagens de jovens e de universitários em todo o Brasil.

Nessa direção, em relação aos cursos de formação docente, Gatti (2018, p. 1) comenta que:

O problema da formação de professores começa na faculdade. Os docentes de pedagogia e das licenciaturas – de matemática, língua portuguesa, biologia, não sabem ensinar para quem dará aula. Isso porque eles mesmos não aprenderam como fazer isso. Para não dizer que a formação didática não existe, podemos dizer que ela é precária. A maioria dos futuros professores não aprende como lecionar. Não recebem na faculdade as ferramentas que possibilitarão que eles planejem, da melhor forma possível, como ensinar ciências, matemática, física, química e mesmo como alfabetizar.⁹

Essa realidade da educação nacional e o desejo de mudança encaminham para a elaboração da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019-b), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a BNC-Formação. A atualização deste PPC visa contemplar especialmente essas demandas.

⁶ Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018- Acesso em: 07 jul. 2020.

⁷ Disponível em: <http://ipm.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2020.

⁸ Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-da-ana-2016-por-estados-e-municipios-estao-disponiveis-no-painel-educacional-do-inep/21206. Acesso em: 07 jul. 2020.

⁹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/11/bernardete-gatti-nossas-faculdades-nao-sabem-formar-professores.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Coerente com essas ideias, o curso assume a concepção sociointeracionista vygotskyana de educação. O foco da educação superior - seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância - é a aprendizagem humana, em uma perspectiva de compromisso com a reconstrução de uma sociedade socialmente justa. A concepção sociointeracionista reconhece a necessidade de potencializar a interação, nesse caso, entre o sujeito, o objeto de estudo e os outros.

Daí a importância de a educação superior ser baseada em projeto pedagógico e em organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado. Importante esclarecer que inovadoras são práticas que oportunizem a (re)invenção e/ou o desenvolvimento de estratégias, produtos, ideias que possibilitem qualificar processos existentes, melhorando o alcance das metas e objetivos predeterminados.

1.3.1 Justificativa

A justificativa de um PPC tem a função de esclarecer a relevância social do curso. Para tal, nossos argumentos giram em torno do contexto educacional, especialmente o brasileiro, sua avaliação atual, os limites identificados (baixos indicadores de ensino e de aprendizagem, as inadequações das formações iniciais docentes, professores com formação diferente atuando em áreas que não são as que estudaram), os reflexos da pandemia vivida entre 2020-2022, dentre outros problemas limitadores. Acrescentamos a vivência na fronteira e a *multicampia* de nossa universidade.

Como já comentamos, a qualidade da formação docente vem sendo apontada como fator com potencial determinante para a qualificação dos processos de ensino, de aprendizagem, de gestão (IMBERNÓN, 2007; DEMO, 2012), estando

o desempenho discente relacionado com a qualidade da prática docente que, por sua vez, está articulada com a (auto) formação inicial/continuada e permanente.

O objetivo da profissão docente é desenvolver estratégias para oportunizar a aprendizagem de todos os estudantes. O professor é, portanto, o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012). Aprender demanda pensamento, reconstrução, (res) significação, atribuição de sentido ao conteúdo, incorporando/relacionando/articulando com uma base conceitual subjetiva existente (DEMO, 2012). Aprender significa reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a nova informação (POZO, 1998). Aprender é uma de informações e retroalimentações que vão sendo internalizadas em cada indivíduo de maneira singular e em momentos diferentes.

A profissão docente é caracterizada por práticas nas quais a experiência individual pode se converter em coletiva, porém o modo de sistematizar a prática precisa ser baseado no conhecimento cientificamente reconstruído sobre como os sujeitos aprendem e como é possível ensiná-los.

O ensino é percebido, então, como um meio/instrumento que o professor utiliza para alcançar o fim/propósito de sua profissão: a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse processo de idas e vindas, de atalhos e bifurcações, os professores vão elaborando maneiras de serem e estarem na profissão (NÓVOA, 1995).

No contexto da educação brasileira, Gatti (2018, p. 1), conforme já comentamos, alerta que há muitos problemas na formação inicial docente, percebendo que a maioria dos futuros professores chega às escolas sem ter aprendido a “como ensinar ciências, português, matemática, física, química e até mesmo como alfabetizar.”

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Semesp¹⁰, entidade que representa mantenedoras de educação superior do Brasil, revelou que o país terá um ‘apagão de professores’ em todas as etapas da educação básica nos próximos anos. O

¹⁰ Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/semesp/>. Acesso em: 21 out. 2022.

déficit de profissionais pode chegar a 235 mil em 2040. A pesquisa evidenciou que a situação de defasagem é alarmante quando se trata do número de egressos em cursos de formação de professor de Biologia, Química, Educação Física e Letras.

Nessa mesma direção, no dia 15 de outubro, data comemorativa do Dia do Professor, o Jornal Folha de São Paulo¹¹ informou que o Brasil tem queda nos índices de formação de professores de Letras, Biologia, Química e História, indicando que o país pode se defrontar com a carência de muitos docentes.

Nesse contexto, este curso, um dos poucos na modalidade a distância desenvolvido em uma universidade pública, gratuita, inclusiva, de qualidade, contribuiu para o credenciamento institucional pleno, tendo sido o passaporte para que outros cursos na modalidade a distância pudessem ocorrer, tornando-se o pioneiro na oferta de nossa instituição, que veio beneficiar a região do pampa e fronteira gaúcha que, por décadas, não teve acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

O curso amplia horizontes. Cria oportunidades de acesso à educação superior em locais onde não há sedes de universidades públicas, colaborando para que mais pessoas possam concretizar sonhos, se encaminhar para uma profissão que está sinalizando defasagens de pessoas habilitadas adequadamente.

Os egressos de um curso nesta modalidade podem se beneficiar dos saberes e das competências de seu corpo de docentes e de técnico-administrativos em educação, distribuídos nos *campi* da Universidade, têm grande potencial para contribuir com o aperfeiçoamento de seus estudantes, oportunizando a participação em diferentes projetos de pesquisa e de extensão *multicampia*, ampliando as possibilidades de participação ativa dos estudantes e viabilizando a reconstrução do conhecimento através da tríade indissociável do ensino, com a pesquisa e a extensão. A extensão assume papel importante em cada localidade que o estudante está inserido.

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/brasil-tem-queda-de-formacao-de-professores-de-biologia-quimica-geografia-letras-e-historia.shtml>. Acesso em: 18 out. 2022.

Nesse sentido, este curso de Letras Português, na modalidade a distância, pretende ir ao encontro do esforço do Governo Federal de reestruturação do sistema educacional vigente, que desenvolve políticas que visam a melhoria dos indicadores de ensino e de aprendizagem na Educação Básica.

Assim, este PPC traz concepções pedagógicas inovadoras, que focam nas demandas dos documentos educacionais legais mais recentes, a saber, a BNCC, a BNC-formação e a inserção da extensão no currículo aprovada nos últimos anos, de caráter obrigatório em todos os cursos superiores. Ademais, este curso conta com uma justificativa a mais, no sentido de que vem na esteira de contribuir com a democratização do acesso à educação superior inclusiva, de qualidade, ofertado na modalidade a distância, um curso de formação de profissionais da aprendizagem, que reconhecem a profissão docente como aquela que visa à aprendizagem de todos os estudantes.

Além dos argumentos apresentados, a historicidade da eficácia da modalidade EaD, que pode ser observada pelos resultados do Exame Nacional de Desempenho Educacional (ENADE), teste anual organizado pelo MEC com os formandos de universidades brasileiras, também justifica a importância do nosso curso.

Em 2007, as melhores notas, na maioria das áreas avaliadas, foram alcançadas por aqueles que estudaram a distância. Em 2010, INEP, com base nos resultados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), identificou que os estudantes da EaD tiveram médias mais altas do que os do presencial. A oferta em cursos a distância aumentou mais de 30% em relação a 2019, chegando a 13,5 milhões de vagas em 2020. O aumento da oferta de cursos presenciais no mesmo período foi de 1,3%. No contexto mundial, a pandemia do Coronavírus evidenciou possibilidades e limites da EaD.

O último grupo de formandos do ensino médio, no fim de 2021, passou quase dois dos três anos da última etapa da educação básica em ensino remoto. Esses “estudantes da pandemia” aprenderam outra forma de estudar. E de seguir estudando. Nesse novo cenário e/ou modelo que a educação a distância passa a

ser percebida e entendida como uma nova trilha a ser seguida: seja para construção do conhecimento em cursos de graduação ou para cursos técnicos ou profissionalizantes. A educação a distância tornou-se real e percebida por muitos como factível, humanizadora e capaz de transformar a vida das pessoas.

Especificamente, na Unipampa, uma série de ações tem sido realizadas para potencializar a cultura do uso adequado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como apoio às aulas presenciais, a inserção de carga horária à distância em cursos presenciais (conforme a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 que institui até 40% de educação a distância no ensino presencial) e a oferta de cursos de extensão não presenciais¹². A Divisão de Educação a Distância (DED) compõe, em parceria com outros setores da Instituição e com docentes e tutores dos cursos da modalidade EaD, a Equipe Multidisciplinar Institucional. Desse modo, configura-se uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD.

A partir da realidade nacional, regional e local, e a fim de contextualizarmos a temática, colaborando para justificar o curso, vamos apresentar um breve cenário da educação brasileira, trazendo indicadores avaliativos com foco nas aprendizagens reconstruídas nos espaços formais de aprendizagem no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018)¹³, apontou que o Brasil tem baixa proficiência em Leitura, Matemática e Ciências, comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. Essa avaliação evidenciou que 68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de Matemática, considerado como o mínimo para o exercício pleno da cidadania. Em Ciências, o indicador é que 55% não conseguiram reconstruir as aprendizagens básicas e em Leitura, 50%. Esses índices estão estagnados desde 2009. Os instrumentos avaliativos evidenciaram que há, nesse universo, do Ensino Médio, estudantes incapazes de compreender textos, resolver cálculos e questões

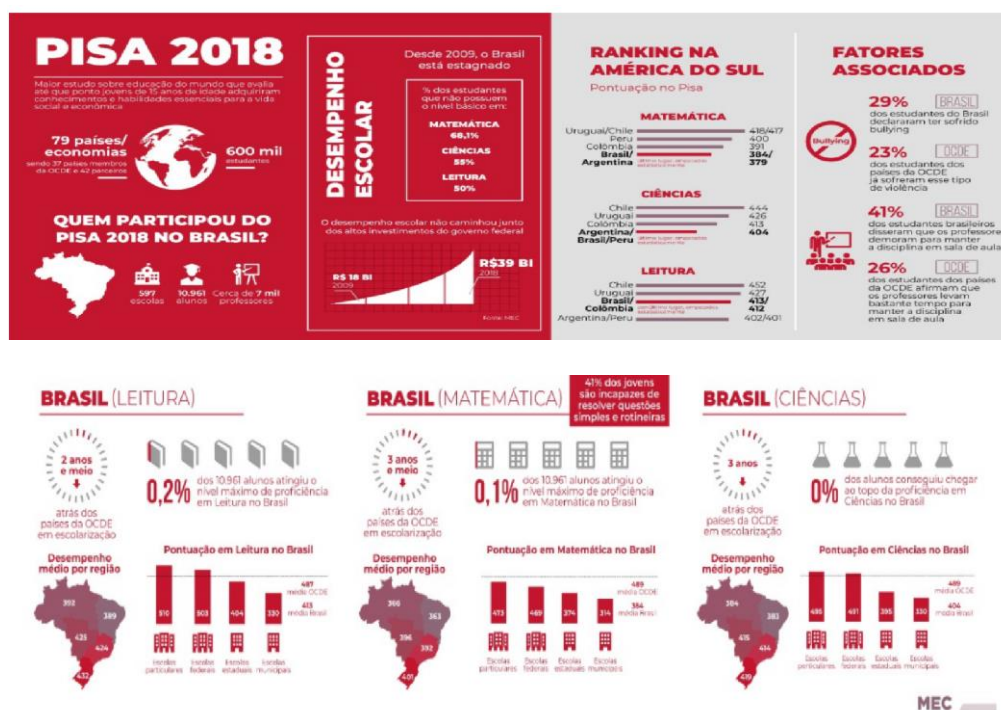
¹² Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 19 jul. 2022.

científicas simples e rotineiras. E que concluem a educação básica com essas defasagens.

Em 2018, 79 países e 600 mil estudantes participaram da prova do Pisa, que ocorre desde 2000. No Brasil, estiveram envolvidas 597 escolas públicas e privadas com 10.961 estudantes, escolhidos de forma amostral, de um total aproximado de 2 milhões de estudantes. Cerca de 7 mil professores também responderam a questionários. A avaliação foi aplicada eletronicamente pelo Inep.

Figura 3 - Prova do Pisa 2018



Infográfico preparado pela equipe do MEC com dados do Pisa e da pasta (Arte: ACS/MEC)

Cerca de 50% dos avaliados não atingiram o mínimo de proficiência em leitura. O estudo mostrou, ainda, que apenas 0,2% dos 10.961 estudantes atingiram o nível máximo de proficiência em leitura no Brasil. As escolas particulares e as federais estão acima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo a pontuação de 510 e 503,

respectivamente, contra 487 pontos. Já as escolas públicas estaduais (404) e municipais (330) estão aquém da média nacional (413).

A fim de contribuir para qualificar esses indicadores e, principalmente, os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica nacional, algumas ações estão sendo implementadas. Uma delas é o Novo Ensino Médio, com a carga horária ampliada de 4 para 5 horas diárias, com conteúdos adaptados à BNCC e a ampliação de vagas ofertadas em mais de 3.500 escolas.

Por outro lado, para atender adequadamente os (apenas) 48% dos estudantes que conseguem concluir o ensino médio, os cursos de licenciatura precisam se atualizar constantemente e reaprender a trabalhar com estudantes, em sua maioria, com o perfil muito diferente do esperado. Trazem experiências, vivências e especialmente conhecimento prévio muito aquém do que a listagem de conteúdos prevista para essa etapa da escolaridade parece indicar.¹⁴

Por tal cenário pensamos que o curso deve iniciar e se concretizar verdadeiramente na escola: não há necessidade de estarmos presencialmente na universidade dia após dia! É na escola de nossa cidade e/ou região que a aprendizagem ocorre, que os problemas surgem e que as dificuldades aparecem. Queremos ensinar o real na realidade em que se apresenta.

Um curso de licenciatura em Letras – Português, especialmente, ao considerar na elaboração de sua estrutura de componentes, conteúdos e estratégias didáticas, os estudantes ingressantes com os saberes identificados por diferentes instrumentos avaliativos, nacionais e internacionais, necessita rever-se continuamente, a fim de trabalhar adequadamente com os estudantes reais. Considerar, também, que os cursos de licenciatura estão entre os cursos menos procurados¹⁵, aos quais acedem os estudantes das classes mais desfavorecidas,

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil#>. Acesso em: 28 fev. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/vestibular/cursos-menos-concorridos/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

com capital cultural empobrecido pelas vivências e experiências ao longo da vida e com notas mais baixas no Enem ou no ensino médio.

Mesmo com esse cenário desfavorável, o Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância da Unipampa sempre preencheu as vagas que disponibiliza, fato que nos permite inferir que estamos no caminho adequado, indo ao encontro do desejo de estudantes que, junto conosco, desejam contribuir para qualificar a educação nacional, e oportunizando que pessoas tenham acesso ao ensino público, gratuito, de qualidade e com oferta flexível, e adequada para o público que quer frequentar essa autoformação docente, composto, em sua maioria, de estudantes trabalhadores. Por histórico em registro neste PPC, nota-se que o último ingresso por notas do ensino médio, tivemos quase 1000 (um mil) inscritos para 130 (cento e trinta) vagas, ficando entre o seleto grupo dos mais procurados na relação candidato/vaga de toda universidade em mais de 70 cursos (dados de 2022-2).

Finalizando, no mês de agosto de 2022 próximo passado, o curso passou pelo processo formal de reconhecimento, tendo reconstruído elementos que o direcionaram a alcançar a nota máxima nestas avaliações, **5 (cinco)**. Este fato também referenda os argumentos que pontuamos nesta justificativa, culminando para atestar a relevância social do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância da Unipampa.

A seguir, cientes de que o conhecimento da história do curso, dos obstáculos superados, do envolvimento de muitos colegas que investem em sonhos até concretizá-los na realidade possível, apresentamos a síntese do histórico do curso.

1.3.2 Histórico do curso

A graduação em Letras Português - Licenciatura a Distância, ofertada pelo campus Jaguarão, como sede inicialmente, à Rua Conselheiro Diana, 650,

Kennedy, Jaguarão/RS, foi proposta por uma proposição da comissão especial *multicampi*, designada pela Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011.

Inicialmente, foi constituído um grupo de trabalho presidido pelas professoras doutoras Vanessa Doumid Damasceno e Isaphi Marlene Jardim Alvarez, que trabalharam na concepção deste curso até início de 2013, na gestão do professor Maurício Aires Vieira, enquanto coordenador acadêmico e diretor do Campus Jaguarão (gestão 2009-2015). Outros professores colaboradores, desejando viabilizar a proposta, uniram-se ao grupo.

Os professores que constituíram, inicialmente, o curso foram: Dr. Maurício Aires Vieira, Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques, Dr. Lúcio Jorge Hammes, Dra. Vanessa Doumid Damasceno, Dra. Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Dra. Amanda Meincke Melo, Dra. Ana Lúcia Montano Boéssio, Dra. Elena Maria Billig Mello, Dra. Kátia Vieira Morais, Além dos professores, participaram do grupo inicial os servidores Ariane Fagundes Braga, Maria Cristina Graeff Wernz, Ricardo Brião Lemos, Verônica Morales Antunes, Karine Braga Moreira, constituindo a primeira equipe de técnicos multidisciplinares, à época, para pensar o EaD e a sua concretização na instituição.

Em março de 2013, a Professora Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques assumiu a coordenação pró-tempore do curso, com a Professora Dra. Cláudia Camerini Corrêa Pérez, como coordenadora substituta. Suas funções foram desempenhadas até o final de 2015; ano este marcado não só pelo credenciamento da modalidade a distância na instituição, como também pela autorização do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, pelo MEC, com o conceito 4 (quatro).

Durante os três primeiros anos de trabalho na coordenação de curso, as professoras contaram com a participação de um grupo de trabalho constituído por professores e colaboradores, todos designados pela Portaria Unipampa 1.021/2014 e nomeados a seguir: Professora Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques (Coordenadora Geral), Prof. Alessandro Gonçalves Girardi (Coordenador do Polo Alegrete), Profa. Cláudia Camerini Corrêa Pérez (Coordenadora Substituta), Prof.

Luis Edgar Araujo Lima (Coordenador do Polo Santana do Livramento), Profa. Amanda Meincke Melo, Profa. Ana Lúcia Montano Boéssio, Profa. Camila Gonçalves dos Santos, Prof. Daniel Lopes Romeu, Profa. Denise Aparecida Moser, Profa. Elena Maria Billig Mello, Prof. Gustavo Henrique Ruckert, Prof. Heidimar França Machado, Profa. Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Profa. Juliana Brandão Machado, TAE Karine Braga Moreira, Profa. Kátia Vieira Moraes, Profa. Luciana Contreira Domingo, Prof. Luís Fernando da Rosa Marozo, Profa. Maiane Liana Hatschbach Ourique, Secretária Executiva Maria Cristina Graeff Wernz, Prof. Maurício Aires Vieira, Prof. Rafael Camargo Ferraz e a pedagoga Verônica Morales Antunes.

Na época, a gestão do então Diretor Maurício Aires Vieira colocou todo o suporte à criação do curso, com reuniões, *lives*, grupos de trabalhos internos no curso, reuniões com pró-reitorias, listagem de documentação, acompanhamento de criação de cursos da modalidade em outras instituições, além de destinar espaço físico para materialização da proposta. Foi na gestão do professor Maurício que um prédio começou a ser pensado e edificado para as instalações de um centro de educação a distância que pudesse abrigar não somente este curso, como todos os demais, que porventura viessem a ser implementados. Hoje temos um prédio de 03 andares, em que um deles conta exclusivamente para atendimento ao curso, com salas de aula, ambientes temáticos, laboratórios, salas de convivência, estúdio, sala de coordenação, de projetos, etc.

Em 2016, a Profa. Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques assumiu a Diretoria de Educação a Distância da instituição (primeira diretoria desta área criada para pensar e materializar a modalidade) e a Profa. Dra. Camila Gonçalves dos Santos do Canto, juntamente com a Profa. Dra. Ana Lúcia Montano Boéssio, assumiram a Coordenação do Curso.

Atualmente, o curso oferta 150 vagas anuais contínuas distribuídas: 30 vagas para o polo Alegrete, 30 vagas para o polo Jaguarão (sede), 30 vagas para o polo Santana do Livramento, 30 vagas para o polo Caçapava do Sul e 30 vagas

para o polo Dom Pedrito¹⁶. Ademais, acrescenta-se que a universidade firmou convênio com o Sistema UAB (Decreto 5.800/2006), e podemos ofertar conjuntamente, via esse Sistema, novas vagas futuras, a interesse da administração. A oferta de vagas contínuas se dá pela portaria de autorização do MEC para a modalidade a distância, colocando, então, anualmente 150 vagas a serem distribuídas nos polos institucionais.

Por oportuno em polos ofertados pela UAB, no próximo ano, o curso apresenta as mesmas características, com a mesma carga horária de 3.220 horas¹⁷, que pode ser integralizada em no mínimo quatro anos e no máximo oito, salve a oferta UAB, que se adequa a legislação específica, uma vez que se trata de uma oferta única de adesão por polos e ao final dos 4 anos de oferta há um período denominado de repercurso, em que os estudantes podem recuperar componentes com reprovação ou por problemas diversos de não concretização, de em média 1,5 ano (conforme legislação vigente de 2022). A nova oferta vinculada pela CAPES e o sistema UAB está condicionada ao ingresso em 2024 e, então, nos acompanhará nesse cenário por 4 (quatro) anos seguintes, pelo Campus São Borja. Novos campi podem ofertar polos desde que previamente autorizados pela CAPES e estejam no Plano de Trabalho da UAB.

Como detalhamento ao termo de adesão, lembramos que no ano de 2017, quando da adesão ao sistema UAB, houve uma oferta de 150 vagas distribuídas entre os polos Cacequi, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí e São Sepé, com uma previsão de 30 vagas por polo. Em 2018, houve um aditamento dos polos de Esteio, Faxinal do Soturno e Rosário do Sul, com a oferta de 250 vagas distribuídas entre os oito polos (os primeiros de 2017 e os de 2018). Tais termos de aditamento e adesão encontram-se com a coordenação do sistema UAB da Universidade. Todos esses polos citados, após o reconhecimento do curso, encontram-se em fase de

¹⁶ Os polos institucionais foram autorizados posteriormente ao início do curso. Inicialmente por aprovação, tivemos o polo Jaguarão (proponente), Alegrete e Santana do Livramento.

¹⁷ Em todo texto, estamos nos referindo a horas-relógio, inclusive na carga horária total do curso e de seus componentes curriculares.

repercurso, sendo encerrados nos primeiros semestres de 2023 (por se tratar de uma oferta única fomentada pela CAPES).

Salientamos que a adesão aos oito polos UAB foi realizada com base em pesquisa sobre número de habitantes (censo IBGE 2010); número de habitantes (população estimada IBGE 2020); índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) [IBGE 2010]; índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) [IBGE 2010]; IDEB anos iniciais do ensino fundamental (Rede Pública) [IBGE 2019]; IDEB anos finais do ensino fundamental (Rede Pública) [IBGE 2019]; matrículas ensino fundamental (IBGE 2020); matrículas ensino médio (IBGE 2020); "número de instituições de ensino superior.¹⁸

Colocamos que, por estar o curso aprovado com nota máxima e com possibilidade de oferta de polos pelo sistema UAB, em novos editais ou chamadas, é possível que outros campi ou a própria universidade, através da Pró-Reitoria de graduação e sua divisão de educação a distância, possam ofertar em parceria com a CAPES, em salas virtuais ou unidades virtuais a serem criadas ou ainda com novas políticas educacionais que abarque a modalidade e o único cursos existente, aprovado e reconhecido com tais especificidades. Trata-se, portanto, de uma experiência única e pioneira no Brasil, com a nota máxima reconhecida em qualidade e critérios de excelência.

A modalidade a distância pode incluir atividades presenciais como estágios supervisionados, demandas da curricularização da extensão, atividades em polos, projetos de pesquisa, entre outros. O curso é desenvolvido em período integral (matutino, vespertino e noturno), inclusive com possibilidade de atividades aos sábados pela manhã e/ou tarde, ressaltando-se que se trata de um curso na modalidade a distância, em que nossa oferta e desenvolvimento ocorre por meio da plataforma Moodle, com acompanhamento de docentes, tutores, interfaces, mediadores pedagógicos, equipe multidisciplinar, coordenação do curso e NDE. Eventualmente encontros síncronos pré-determinados podem ser utilizados e

¹⁸ Dados extraídos do e-MEC: <https://emec.mec.gov.br/> "Número de IES públicas Dados extraídos do e-MEC: <https://emec.mec.gov.br/>"

disponibilizados aos estudantes, além de podcast, vídeos produzidos, e todas as ferramentas e metodologias que a modalidade favorecer.

O estudante tem autonomia para planejar seu percurso formativo, dia e horário de acessar tarefas e leituras, sendo corresponsável na reconstrução do conhecimento.

O objetivo geral do curso é o de formação de professores de língua portuguesa e literaturas para a Educação Básica, nele, língua e literatura se articulam com tecnologias digitais e não digitais. A Língua Portuguesa e a Linguística concebem a linguagem como um fenômeno político, social, histórico, ideológico, cultural e psicológico, não concebendo o ensino e aprendizagem de forma prescritiva, utilizando abordagens linguísticas que consideram o contexto.

Da mesma forma, a Literatura, por compreender o ser humano como um ser de linguagem, percebe o objeto de análise também como manifestação cultural e artística, capaz de representar o sujeito em sua individualidade e em sua dimensão histórica e social. Assim, através do texto, promove a formação de sujeitos e cidadãos leitores, produtores de textos, habilitados a trabalhar na Educação Básica com o texto literário.

A concepção de letramento digital, de acordo com Lévy (1999, p. 17), refere-se à questão das práticas de leitura e de escrita que o computador e a internet nos possibilitam, pois “[...] a cibercultura é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.”

Portanto, os conceitos sobre o que é o virtual e o real, a cibercultura, a inteligência coletiva e o hipertexto norteiam a compreensão do meio digital. Na sociedade contemporânea, língua e literaturas perpassam o letramento digital, sendo que essa modalidade de criar e interagir com a língua e as literaturas objetiva ser o foco permanente de estudo.

Assim, este curso oferece a oportunidade de produção/reconstrução de conhecimento que vai ao encontro das necessidades da sociedade contemporânea, à formação de um educador que esteja atento às formas como as

TICs modificam os modos de ensinar e de aprender língua e literatura, intrinsecamente ligados à formação da constituição de um professor.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Letras Português, licenciatura a distância habilita professores de língua portuguesa para as demandas do mundo do trabalho na educação.

Periodicidade: Semestral

Grau: Licenciatura

Integralização: 8 semestres – tempo máximo para integralização 16 semestres

Vagas autorizadas: 150 vagas por semestre, acesso institucional (contínuo)

Vagas pretendidas: conforme edital e aprovação da CAPES/Sistema UAB.

Nota de reconhecimento: 5,0 Excelência (Portaria 1.097 de 20 de dezembro de 2022)

1.4.1 Administração do campus sede (Jaguarão) com polos em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento

A administração acadêmica de cada campus está constituída pelo Conselho de Campus, Direção do campus, Coordenação e Secretaria Acadêmicas, Comissões Locais de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenação de Curso, Comissão de Curso e NDE. O Conselho de Campus, por ser um órgão que estabelece as diretrizes para todas as atividades do campus, é composto pelo Diretor do campus, Coordenadores Acadêmico, Administrativo e de Cursos, bem como representantes do corpo docente, técnico-administrativo em Educação, discente e da comunidade local.

Compete à Coordenação Acadêmica coordenar o planejamento, o desenvolvimento, a execução e a avaliação de todas as atividades acadêmicas do campus. Compete à coordenação do curso o planejamento, o desenvolvimento, a execução e a avaliação de todas as atividades do curso, tais como reuniões, ofertas curriculares, tarefas administrativas etc.

Por ser um curso *multicampi*, atualmente sua sede está em Jaguarão, mas é possível que qualquer campus tenha a possibilidade de sede (em termos de rodízio) e muitas demandas são encaminhadas e decididas, via o órgão máximo, pela *multicampia*, que é a pró-reitoria de graduação (uma vez que se tratam de 05 *campi* constituídos em polos institucionais), com necessidade, se houver, de debate ou deliberação na CSE. Tal premissa é importante, porque ainda estamos operacionalizando o primeiro curso *multicampi* aprovado e reconhecido pelo MEC em nossa IES.

1.4.1.1 Administração acadêmica do campus sede

A interface administrativa do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância é a administração acadêmica do campus Jaguarão, a qual se articula com a estrutura organizacional da Unipampa, conforme o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). As demais coordenações acadêmicas também desenvolvem trabalhos conjuntos com a coordenação do curso, por se tratar de um curso *multicampi*, em que todos estão envolvidos no processo e na qualidade de oferta do curso, sob o olhar atento e de processos de melhoria contínua.

Constituem a administração acadêmica de cada campus:

1. **Conselho do Campus:** órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos coordenadores de cursos de graduação e pós-

graduação do campus, coordenador da comissão de pesquisa, coordenador da comissão de extensão, representação docente, representação dos técnico-administrativos em educação, representação discente e representação da comunidade externa; por ser a sede em Jaguarão, preferencialmente, tais encaminhamentos se fazem eventualmente por esse órgão.

2. **Direção:** integrada por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo;
3. **Coordenação Acadêmica:** integrada pelo coordenador acadêmico, coordenadores de cursos do campus as comissões locais de ensino, pesquisa e extensão, a Secretaria Acadêmica, o Biblioteca do campus, os laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão. Compõe também a equipe de pedagogos, psicólogos e técnico-administrativos em educação;
4. **Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão** são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão). Têm por finalidade planejar, avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmica, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes; os docentes de demais campus (excetuando a sede, podem se reportar e tramitar projetos em outros campi, conforme a necessidade e praticidade de encaminhamento);
5. **Coordenação Administrativa:** integrada pelo coordenador administrativo, a Secretaria Administrativa, o Setor de Orçamento e Finanças, o Setor de Material e Patrimônio, o Setor de Pessoal, o Setor de Infraestrutura, o Setor

de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística. Essa coordenação tem como principal objetivo em nosso curso, propiciar o apoio ao centro de educação a distância que é o complexo acadêmico onde o curso funciona e pretende se expandir.

1.4.1.2 Administração acadêmica do curso de Letras Português, Licenciatura a Distância

A Comissão de Curso atual está composta pelo atual coordenador o Professor Doutor Maurício Aires Vieira, tendo como coordenadora substituta a Professora Doutora Denise Aparecida Moser e substituta eventual professora Doutora Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques. Eventualmente, caso se tenha polos da UAB, a coordenação dos polos UAB também faz parte da comissão do curso e do NDE. As eleições ocorrem a cada dois anos (geralmente os ímpares) e tem o mandato de 2 anos.

A Comissão de Curso é formada pelos docentes que atuam no curso no ano, por um representante discente eleito por seus pares, por um representante técnico-administrativo em educação, eleito por seus pares. Seu funcionamento é regulamentado pelo Regimento Geral da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2010, p. 26).

Vale ressaltar que, conforme esse Regimento (*ibid.*, p. 24), o coordenador do curso é membro nato da Comissão de Ensino do Campus, que “[...] tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão.” Por ser o campus sede, atualmente, a coordenação prefere atuar na comissão de ensino do campus Jaguarão, podendo solicitar a atuação em outros campi que integram o curso.

O coordenador do curso também tem assento no Conselho do Campus ao qual se vincula à comissão de ensino, “[...] órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária.” (*ibid.*, p. 18). Por ser o campus

sede, atualmente, a coordenação prefere atuar no conselho do campus Jaguarão, podendo solicitar a atuação em outros *campi* que integram o curso. Em sendo demandado a coordenação também poderá participar de reuniões de outros conselhos de campus ou incluído na lista de cursos ofertados pelos polos institucionais, se assim o desejarem.

Assim, na gestão 2021-2022, como todos os coordenadores de curso da instituição, os coordenadores deste curso são docentes concursados, com formação (doutorado) na área de Educação e Letras/Linguística, atuando como docentes dos cursos e que desenvolvem projetos de pesquisa e/ou ensino e/ou extensão.

São atribuições da coordenação do curso, dentre outras, as seguintes ações:

- a) orientar o desenvolvimento de materiais e objetivos de aprendizagem para o EaD;
- b) avaliar as metodologias de ensino em ambiente virtual de aprendizagem;
- c) elaborar instrumentos de autoavaliação da atuação docente;
- d) desenvolver ações de integração do curso na modalidade a distância com os outros cursos da universidade;
- e) propor ações coletivas de pesquisa e ensino;
- f) oportunizar atendimento síncrono e assíncrono aos docentes e aos discentes;
- g) acompanhar a curricularização da extensão;
- h) contribuir com a Coordenação Acadêmica no controle e o registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;
- i) trabalhar conjuntamente com a UAB, caso novas ofertas do Sistema sejam ofertadas;
- j) propor adequação aos quantitativos de vagas discentes e docentes que atendam à demanda;
- k) trabalhar conjuntamente com o NDE;
- l) propor processos de melhoria e aperfeiçoamento do curso;
- m) buscar ativamente parcerias para programas e projetos que fortaleçam o

- curso;
- n) debater com pró-reitorias estratégias de bolsas aos estudantes;
 - o) buscar convênios no Brasil e exterior a fim de propiciar uma melhoria no currículo disponibilizado aos discentes.

O NDE tem caráter consultivo, deliberativo e propositivo em matéria acadêmica, tendo como atribuições elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o PPC; propor procedimentos e critérios para a avaliação dos docentes, discentes e a autoavaliação do curso; conduzir os processos de reestruturação curricular; atender aos processos regulatórios internos e externos; zelar pelo cumprimento das DCNs; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão; acompanhar a curricularização da extensão em sua implementação, contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso e zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

Conforme Portaria nº 334/2022, o NDE do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância está composto por seis docentes: Suzana Schwartz, como Presidente; Denise Aparecida Moser, como Secretária; Maurício Aires Vieira (coordenador, membro nato), Lúcio Jorge Hammes (atual coordenador acadêmico do campus sede), Isaphi Marlene Jardim Alvarez (coordenadora dos polos UAB). Recentemente foi aprovado o ingresso de mais dois colegas junto ao NDE, a saber: professora Fabiane Lazzaris (área de literatura) e Fabiane Galafassi (área de informática da educação)¹⁹, com intuito de contribuir na revisão do novo PPC, no desenho de oferta e perfil para 2023.

No que tange aos docentes do curso, estes atuam como professores-tutores, o que implica em três tarefas ou encargos básicos: (a) conteudista, (b) tutoria e (c) docência. Como conteudista, elabora, redige, monta e edita o material didático dos componentes curriculares sob sua responsabilidade (cf. Parecer CNE/CP

¹⁹ Ambas aguardam portaria de designação para membros do NDE por parte da reitoria.

562/2015, p. 27) e prepara o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela instituição, o Moodle, para as interações com os estudantes. Como professor, deve prever horários de atendimento síncrono e/ou assíncrono ao discente. Como tutor, orienta, supervisiona os processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação processual.

Nesse sentido, o trabalho de tutoria que visa à reconstrução do conhecimento, pressupõe a interação de três 'presenças': a cognitiva, a social e a de ensino (GARRISON; ANDERSON; ARCHER, 2010). A presença cognitiva está relacionada com a elaboração do pensamento crítico a partir da investigação, da exploração de informações e resolução de problemas.

A presença social se refere à habilidade dos sujeitos participantes em uma comunidade de aprendizagem, de interagir e socializar com o grupo. O compartilhamento de histórias de vida, de emoções e de conhecimentos prévios contribui significativamente para a participação ativa e a construção de vínculos entre os participantes, assim como nas práticas de ensino e de aprendizagem.

A presença de ensino foca as questões de organização, apresentação e avaliação do conteúdo que será reconstruído com os estudantes nos diferentes componentes do curso. Ela tem como objetivo principal, articular as outras presenças, visando à reconstrução contextualizada, pertinente e significativa do conhecimento.

1.4.2 Funcionamento do curso

O funcionamento acadêmico de cada curso na universidade é viabilizado pela Comissão de Curso, pelo NDE e pela coordenação de Curso. O órgão de decisão máximo de um curso é a Comissão de Curso, viabilizando a (re)construção e a implantação do PPC, planejando, executando e avaliando as atividades acadêmicas. A comissão de curso se reúne ordinariamente a cada dois meses e,

de forma extraordinária, toda vez que há pautas que demandam prazos específicos para sua apreciação e encaminhamento.

Compõem a Comissão de Curso o Coordenador e a coordenadora substituta e todos os docentes que nele atuam, representantes dos discentes e dos técnico-administrativos em educação. Cabe à Comissão de Curso, também, pôr em prática as diretrizes acadêmicas apontadas pela CSE e pelo CONSUNI. No contexto da *multicampia*, entendemos que a Comissão Superior é o órgão consultivo e deliberativo máximo para o curso desta natureza, porque nela estão todos os representantes dos polos institucionais na figura do coordenador acadêmico. A representação discente nesse órgão é imprescindível para que a voz dos estudantes esteja presente em momentos decisórios.

O NDE, por sua vez, é composto pelo Coordenador de Curso, pelo Coordenador de Curso Substituto e por, no mínimo, mais três docentes do curso. Essa composição segue o artigo 3º da Resolução nº 1 do CONAES, de 17 de julho de 2010, que estabelece que o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores, pertencentes ao corpo docente do curso”, e a Resolução 97/2015 da Unipampa.

A função primordial do NDE é propor ações para concretizar a proposta de curso estabelecida no PPC. Para tanto, em reuniões periódicas, esse órgão deve propor estratégias para avaliação e autoavaliação do curso e para o desenvolvimento de projetos visando assegurar um perfil discente envolvido com a comunidade, com a qualidade de um ensino reflexivo voltado para a aprendizagem de todos os estudantes. O Regimento do NDE está nos apêndices deste PPC.

O Coordenador de Curso é membro permanente tanto da Comissão de Curso quanto do NDE. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se de forma excelente à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e aos docentes, pela representatividade no Conselho de Campus escolhido ou na CSE e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e

externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. O coordenador de curso conta com um bolsista de gestão (estudante do próprio curso), além de contatos constantes com a aluna-líder do curso para atender as demandas. Também deve estar apto a participar de todas as reuniões da CSE ou dos conselhos de campus dos polos institucionais que for convocado e/ou convidado para eventuais apreciações de pautas do próprio curso *multicampi* proposto.

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/Unipampa nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

A carga horária mínima semestral visa possibilitar que o aluno integralize o curso no tempo máximo de integralização curricular (16 semestres). Sendo assim, a carga horária semestral²⁰ mínima do curso é de 195h a carga horária máxima semestral é de 660 horas.

No Quadro 1, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios e Componentes Curriculares Complementares, Atividades Curriculares de Extensão.

Quadro 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

| Modalidade da Atividade | Carga Horária (CH) |
|--|---------------------------|
| 1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação, incluindo: | 2.775 |
| 1.1 Trabalho de Conclusão de Curso | 120 |
| 1.2 Estágio Curricular Obrigatório | 405 |

²⁰ Eventualmente, salvo justificativa, a coordenação de curso poderá acatar o acréscimo ou diminuição da margem de carga horária, com o histórico do estudante em análise prévia.

| Modalidade da Atividade | Carga Horária (CH) |
|--|---------------------------|
| 1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação, incluindo: | 2.775 |
| 1.3 Prática como Componente Curricular | 405 |
| 2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação | 120 |
| 3. Atividades Curriculares de Extensão, sendo: | 325 |
| 3.1 Atividades Curriculares de Extensão Específicas | 205 |
| 3.2 Atividade Curricular de Extensão Específica Unipampa Cidadã | 120 |
| *Total | 3.220 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A composição curricular do curso é estruturada em semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada quinze (15) horas corresponde a 1 (um) crédito. Como currículo, o PPC está organizado pelos componentes curriculares obrigatórios, complementares e as atividades curriculares de extensão.

O PPC também contempla as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, conforme Resolução CNE/CP N° 2/2019, da seguinte forma:

- **GRUPO I - Base Comum:** 660 horas em componentes curriculares obrigatórios e complementares de graduação que contemplam os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Além disso, estão previstas neste grupo 150 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), destas 120 horas são contempladas pelas ações da Unipampa Cidadã e 30h em Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE), cumpridas via projetos e

programas de extensão em Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE).

- **GRUPO II - Conhecimentos Específicos:** 1.425 horas de aprofundamento em saberes específicos como conteúdos da área, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento previstos pela BNCC e correspondentes competências e habilidades. Neste grupo também estão previstas 175 horas de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) a serem realizadas em projetos e programas de extensão.
- **GRUPO III - Prática Pedagógica:** divide-se em 405 horas em Práticas como Componente Curricular e 405 horas em Estágio curricular supervisionado obrigatório.

1.4.3 Formas de ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC;
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Chamada por nota do ensino médio;
- IV. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo CONSUNI. Em advindo da pró-reitoria de graduação e por ser aprovados em CONSUNI, o curso delibera juntamente com a pró-reitoria para que todas vagas ociosas²¹ sejam sempre

²¹ Entendemos como vagas ociosas todas as vagas descobertas por qualquer motivo das vagas autorizadas anualmente, somados a todos os estudantes formados por semestre.

disponibilizadas e/ou remanejadas nos editais, a fim de favorecer a *multicampia* e favorecer todos polos institucionais e tratamento igualitário a todos até que uma resolução *multicampia* que verse sobre a matéria tenha o fluxo e a aprovação no órgão máximo da IES.

1. Do ingresso via SiSU:

I. O SiSU é um Sistema informatizado gerenciado pela SESU do MEC por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior que dele participarem.

II. O ingresso via SiSU é regulado pelo MEC e por editais internos da Unipampa.

III. A participação da Unipampa no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM:

I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;

II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;

III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;

IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar (PSC).

3. Do ingresso via edital específico:

I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares, como é caso de nosso curso *multicampi*.

4. Ações afirmativas institucionais:

I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação;

II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo CONSUNI.

5. Do Processo seletivo complementar (PSC):

O PSC é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na Unipampa, aos ex-discentes da Unipampa, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do PSC:

I. **Segundo ciclo de formação** - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela Unipampa;

II. **Reingresso** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da Unipampa em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;

III. **Conclusão da Primeira Graduação** - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;

IV. **Reopção de curso** - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da Unipampa, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na Unipampa;

V. **Transferência voluntária** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da Unipampa;

VI. **Portador de diploma** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. **Transferência Ex-officio** - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. **Programa de Estudantes-Convênio** - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. **Matrícula de Cortesia** - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O CONSUNI pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

I. **Regime Especial de Graduação** - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior ou portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos e a obtenção de parecer favorável da Coordenação de Curso, caso não tenha edital próprio ou específico;

II. **Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional** - permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em campus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado; excetuando o campus que está na multicampia (polos institucionais);

III. **Mobilidade Acadêmica Interinstitucional** - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na Unipampa, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da Unipampa cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na Unipampa, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a Unipampa deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

Também temos estudantes matriculados dos convênios BRAMEX (BRASIL-MÉXICO) e BRACOL (Brasil-Colômbia), oportunizando a internacionalização do currículo, através da Diretoria de Relações Internacionais. A partir de 2022, professores do curso oferecem vagas para estudantes mexicanos. Estamos na iminência de oferta de vagas para os colombianos, no convênio supracitado. Recentemente aprovados e adentramos no convênio com a ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE EM REDE - UniRede, no Programa de Mobilidade Acadêmica Virtual Discente, que comporta uma rede de universidades brasileiras de cooperação mútua de oferta de componentes em outras instituições e possibilidades de nossos estudantes cursarem componentes curriculares de sua área de interesse na universidade conveniada. Novos convênios e possibilidades com universidades estrangeiras estão no radar da coordenação e da comissão de curso.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1 Políticas de ensino

Ensinar é uma das estratégias da ciência didática que se ocupa com a concretização dos processos de aprendizagem humana. O conjunto de meios, estratégias, intervenções didáticas, planejadas intencionalmente, para reconstruir aprendizagens de conhecimentos pertinentes. Esses processos são desencadeados a partir da explicitação dos conceitos de aprendizagem, de sujeito de realidade, de mundo. Ensinar exige rigorosidade metódica (FREIRE, 1998).

O conceito de política se refere a atividades de gestão e/ou de governança com as relações de poder, sendo também uma arte de negociação para compatibilizar interesses. O significado de política é relacionado com o que diz respeito aos espaços públicos, aos bens e a sua administração.

As políticas de ensino se estabelecem a fim de organizar o funcionamento de um espaço comum, com objetivos e metas específicas, definindo seu funcionamento.

Como já comentamos, de acordo com os referenciais de qualidade para educação superior a distância²², os cursos propostos nesta modalidade podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens, recursos educacionais e tecnológicos.

A natureza do curso, o contexto de inserção são elementos que irão definir sobre as necessidades tecnológicas, as escolhas metodológicas, bem como a

²² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

definição dos momentos presenciais obrigatórios, previstos em lei, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias.

A oferta de cursos de formação inicial em EaD contribui para a democratização do acesso à educação pública, gratuita, de qualidade, viabilizando que estudantes que tenham impedimentos para desenvolver cursos de formação profissional na modalidade presencial, concretizem seus sonhos.

Nesse contexto, a política de ensino do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância está embasada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com essa perspectiva, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a reconstrução e produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado à pesquisa e extensão.

Em uma nova revisão, em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI 2019-2023) e da concepção de formação acadêmica, as políticas de ensino do curso estão definidas pelo perfil do egresso que será o de um profissional habilitado a ser professor de língua portuguesa na educação básica e consideram também:

- a) o conhecimento cientificamente reconstruído sobre os processos de ensino e de aprendizagem humanos e as teorias atuais sobre como eles acontecem;
- b) a escolha consciente entre essas teorias, com base no que está definido no PDI da Universidade, a fim de que essa orientação defina as estratégias didáticas coerentes para articular com as políticas de ensino;
- c) o ensino sendo definido pela clareza de concepções teóricas sobre o que é aprendizagem, como ela acontece, quais são os objetivos de cada conteúdo e quais são as prioridades dos estudantes do curso, o que demanda avaliação processual e sistemática dos discentes, desde os ingressantes aos futuros egressos;
- d) a qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos

currículos em sintonia com as demandas da educação superior, atendendo demandas das competências e habilidades explicitadas pelos documentos legais mais atualizados;

- e) a inovação pedagógica, definida como o conjunto de iniciativas que aprimoram a oportunidade de aprender, ultrapassando nossos sistemas de ensino, para torná-los sistemas de aprendizagem (DEMO, 2012).

Outros projetos de ensino vinculados ao curso (2022):

- Espanhol Instrumental: “toques linguísticos”. Coordenação: Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
- GEFEM – Grupo de Estudos Feministas. Coordenação: Fabiane Lazzaris
- Núcleo de Apoio ao Ensino e Pesquisa em Práticas Pedagógicas – NAEP. Coordenação: Fabiane Flores Penteado Galafassi
- Temáticas a partir das teorias da leitura: experiências de leitura e práticas criativas. Coordenação: Luciana Abreu Jardim
- Transleituras na adaptação de The house on Mango Street/La casa en Mango Street para mangá em uma experiência de aprendizagem de línguas via protagonismo estudantil. Coordenação: Clara Zeni Camargo Dornelles

Outros projetos ainda estão em tramitação no novo programa de cadastro criados pela Universidade. Estes serão inclusos e divulgados na página institucional do curso, tão logo tenham o devido registro.

2.1.2 Políticas de pesquisa

As atividades de pesquisa são voltadas à produção/reconstrução de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes e discentes e técnico-administrativos em educação.

A reconstrução intencional da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão pressupõe a leitura contínua e crítica da realidade de inserção de cada cidade e/ou polo do curso, da atribuição de significado aos procedimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas científicas e de suas possíveis contribuições para problemas identificados no contexto social, em geral.

Nesse sentido, as políticas de pesquisa do curso priorizam os processos de ensino e de aprendizagem de metodologias científicas para coleta e análise de informações da realidade investigada, de modo que os estudantes do curso vivenciem ações que oportunizem o reconhecimento do educar pela pesquisa (DEMO, 2008) e de como vir a ser pesquisadores, coletando informações sobre o seu processo, vivenciado antes de ingressar na universidade e ao longo do curso, a análise dos limites e possibilidades dos componentes cursados, seus professores, suas estratégias didáticas, de avaliação e de sistematização do conhecimento.

As políticas de ensino e de pesquisa visam também à articulação com as áreas de extensão, de avaliação e autoavaliação, todas elas relacionadas com a quebra do paradigma de fragmentação do conhecimento e das ações educativas.

Projetos de Pesquisa desenvolvidos no âmbito do curso (2022):

- (Auto) Formação Continuada para professores ingressantes. Coordenação: Maurício Aires Vieira
- A gestão dos conflitos escolares: dados de estudos e pesquisas sobre violência e paz nas escolas. Coordenação: Lúcio Jorge Hammes
- Barroco Floral Lahar: cruzamentos das flores de Georgia O'keeffe na poética Laharsista serguilhiana. Coordenação: Luciana Abreu Jardim
- Centro de Escrita da Unipampa – CEU. Coordenação: Isaphi Marlene Jardim Alvarez
- Distúrbios da linguagem e o ensino de línguas. Coordenação: Denise Aparecida Moser

- Educação linguística, cenário/s, crenças e atitudes dos discentes do curso de Letras Línguas Adicionais em processo de formação. Coordenação: Isaphi Marlene Jardim Alvarez
- Inovação em Domínio Educacional (IDE). Coordenação: Amanda Meincke Melo
- Laboratório de Investigação em Textualidades Contemporâneas. Coordenação: Fabiane Lazzaris
- Letramentos e (form)ação docente. Coordenação: Clara Zeni Camargo Dornelles
- TCC: passo a passo. Coordenação: Suzana Schwartz

Outros projetos ainda estão em tramitação no novo programa de cadastro criados pela Universidade. Estes serão inclusos e divulgados na página institucional do curso, tão logo tenham o devido registro.

2.1.3 Políticas de extensão

A extensão na educação superior brasileira é caracterizada como a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que visa promover a interação dinâmica e transformadora entre as instituições de educação superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e a pesquisa.

Na Unipampa, as Resoluções nº 332/2021 e nº 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação, de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Nesses documentos que explicitam as concepções da Unipampa, a extensão assume o compromisso de desenvolver estratégias de interação com a comunidade externa, através da reconstrução do conhecimento acadêmico no contexto de inserção, identificando

metodologicamente demandas e incentivando o desenvolvimento de estratégias de solução para o seu atendimento. Dialogicamente, a extensão retroalimenta as práticas de ensino e pesquisa dos diferentes cursos da universidade, contribuindo na (auto) formação profissional dos participantes, discentes, docentes, técnicos, comunidade em geral.

A prática extensionista demanda o protagonismo discente, voltada para a (auto) formação integral, encaminhando para a conscientização da responsabilidade social, oferecendo subsídios para habilitar os sujeitos a atuarem autonomamente, desenvolvendo práticas solidárias, críticas, reflexivas e comprometidas com a reconstrução da sociedade justa e democrática. Neste sentido, a Política de Extensão e Cultura da Unipampa é pautada pelos seguintes princípios:

- valorização da extensão como prática acadêmica;
- impacto e transformação: visando à mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- interação dialógica: propiciando o diálogo entre a universidade e a comunidade externa, na perspectiva de mão dupla de reconstrução e compartilhamento de saberes;
- integralização do Plano Nacional de Educação;
- interdisciplinaridade: as ações consideram a necessidade da interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar o processo de formação cidadã dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;

- incentivo às atividades artísticas, culturais e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Nesse contexto, especificamente no Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, a política de extensão está também em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que define o conceito de extensão em seu Art. 3º como:

[...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 1).

Neste curso, as ações de extensão pretendem contribuir também na (auto) formação continuada de profissionais da educação básica. Desse modo, estratégias desenvolvidas no curso, no contexto das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) com objetivo geral de diagnosticar/identificar demandas educacionais da comunidade, desenvolvidas nas cidades de inserção dos estudantes, vão desencadear ações voltadas para alternativas de solução para os problemas identificados, contribuindo para um efetivo impacto nas distintas realidades educacionais. Estes processos, posteriormente, serão analisados metodologicamente em práticas de ensino, viabilizando a articulação indissociável do ensino, com a pesquisa e a extensão, no contexto deste curso.

Nesse sentido, embasados nas Resoluções CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018, bem como nas Resoluções Unipampa Nº 317/2021 e Nº 332/2021, que determinam que as atividades de extensão passem a compor, no mínimo, 10% (dez

por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, pretendemos desenvolver neste PPC a inserção da extensão, de modo inovador, propondo estratégias que possibilitem o acompanhamento da dinamicidade da realidade em que estamos inseridos.

O detalhamento sobre a curricularização da extensão, compondo os 10% da carga horária total do curso, será apresentado no item *2.4.10 Inserção da extensão no currículo do curso*.

Projetos de extensão desenvolvidos no curso (2022):

- Centro de Línguas – Jaguarão (4ª edição). Coordenação: Denise Aparecida Moser
- CLIP: Centro de Línguas do Pampa. Coordenação: Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
- Digitalização do acervo pessoal de Oliveira Silveira. Coordenação: Sátira Pereira Machado (Unipampa) e Ilza Girardi (UFRGS)
- Do mapeamento do espanhol à extensão: diálogo desde y con las fronteras voltados à formação de professores. Coordenação: Isaphi Marlene Jardim Alvarez
- Laboratório de Leitura e Produção Textual – Jornal Universitário do Pampa. Coordenação: Clara Zeni Camargo Dornelles
- Ler é liberdade: projeto de leitura com remição de pena. Coordenação: Marcela Wanglon Richter
- Núcleo de Apoio à Aprendizagem Intercultural de Português como Língua Adicional e de Acolhimento (NAAIPLAA). Coordenação: Clara Zeni Camargo Dornelles
- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) – Campus Jaguarão. Coordenação: Marcela Wanglon Richter
- TRAMAS. Coordenação: Amanda Meincke Melo
- UNIPATAS Alegrete: Proteção, Esterilização e Adoção. Coordenação: Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt (TAE)

- Fórum da comunidade surda de Alegrete: Surdos, Acessibilidade Social e Educação. Coordenação: Ana Paula Gomes Lara
- Grupo de estudos de casos em alfabetização inicial: Coordenação: Suzana Schwartz

Outros projetos ainda estão em tramitação no novo programa de cadastro criados pela Universidade. Estes serão inclusos e divulgados na página institucional do curso, tão logo tenham o devido registro.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância visa proporcionar ao aluno um conjunto de saberes necessários para atingir o perfil profissional pretendido, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o adequado exercício da profissão de professor de português e literatura brasileira.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais egressos do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, para concluir o curso e receber o diploma, necessitam estar adequadamente habilitados para:

- atuar como docente de língua portuguesa e literatura, conhecendo as diferentes teorias sobre a aprendizagem humana, sobre os processos didáticos como planejamento, intervenção docente, avaliação, autoavaliação, elaborando escolhas conscientes e coerentes com elas;
- intervir e contribuir na qualidade de vida da sua comunidade de inserção;
- reconhecer a necessidade de aprendizagem continuada, ao longo da vida, da atualização constante, sobre a docência, e os objetos de estudo;

- desenvolver sua profissão com ética, responsabilidade social e educacional, refletidas na atuação no mundo do trabalho;
- fazer uso das novas tecnologias de maneira crítica, sabendo selecionar fontes fidedignas, orientando os estudantes para essas escolhas;
- comprometer-se com sua formação profissional em caráter continuado e permanente.

2.3.1 Campos de atuação profissional

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o graduado em Letras – Português, Licenciatura a distância, estará habilitado a atuar como professor de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, espaços de educação não formal, tutor presencial e a distância, pesquisador, crítico literário, ensaísta e editor e/ou revisor de textos.

2.3.2 Habilidades e competências

Conforme a Resolução CNE 2/2019, Art. 3º, “[...] com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes”. Sendo assim, a metodologia utilizada para a definição dos objetivos de aprendizagem de cada componente curricular do curso partiu da articulação entre competências e habilidades elencadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, com base nas competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica, instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

O currículo foi planejado de modo a atender aos eixos delimitados pela BNCC (BRASIL, 2018) para o ensino de língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

1. **O Eixo Leitura** compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmico; entre outros.
2. **O Eixo da Produção de Textos** compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos como, por exemplo, construir um álbum de personagens famosas, de heróis ou de vilões.
3. **O Eixo da Oralidade** compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, lista de reprodução comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias [...]

4. **O Eixo da Análise Linguística/Semiótica** envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido.

Além dos eixos propostos pela BNCC, julgamos pertinente incluir os eixos que focam a identidade docente, o conhecimento linguístico, o conhecimento literário e o das tecnologias.

Na composição do currículo, consideramos também a necessidade de ir ao encontro das competências e habilidades inerentes ao perfil docente indicados pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, nomeada BNC-Formação, quanto ao conhecimento, à prática e ao engajamento profissional, que encaminham para a reconstrução continuada da identidade docente.

Conforme as diretrizes curriculares, o curso prevê quatro estágios: o primeiro, realizado nos anos finais do ensino fundamental, sendo seus objetivos observar, descrever, analisar criticamente, explicar, compreender as diferentes realidades. O segundo, realizado nos anos finais do Ensino Fundamental com o objetivo de regência, trabalhando na prática o conhecimento reconstruído ao longo do curso. O terceiro estágio é desenvolvido no Ensino Médio, com foco nas especificidades desta modalidade, com objetivo de observar, descrever e analisar criticamente a realidade observada. E o quarto, também desenvolvido no Ensino Médio, com ênfase na docência, trabalhando as especificidades no contexto de sala de aula.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Os requisitos para integralização curricular com vistas à colação de grau são:

- cumprimento de todos os componentes curriculares obrigatórios (2.775 horas);
- cumprimento da carga horária mínima em componentes curriculares complementares (120 horas);
- cumprimento da carga horária mínima de Atividades Curriculares de Extensão, conforme as normas deste PPC (325 horas);
- apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso com aprovação e posterior entrega da versão final à universidade, conforme as normas da Biblioteca vigente;
- situação regular no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861/2004 e Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.

No Quadro 2, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação e Atividades Curriculares de Extensão.

Quadro 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

| Modalidade da Atividade | Carga Horária |
|--|---------------|
| 1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação | 2775 |
| 1.1 Trabalho de Conclusão de Curso | 120 |
| 1.2 Estágio Curricular Obrigatório | 405 |
| 1.3 Prática como Componente Curricular (licenciaturas) | 405 |
| 2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação | 120 |

| Modalidade da Atividade | Carga Horária |
|---|----------------------|
| 4. Atividades Curriculares de Extensão | 325 |
| 4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas | 0 |
| 4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas | 205 |
| 4.3 Atividades Curriculares de Extensão Específicas (Unipampa Cidadã) | 120 |
| *Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4) | 3.220 |

O prazo mínimo para integralização curricular são oito semestres e o prazo máximo, estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso (orientação de matrícula) são dezesseis semestres. Não é possível trancamento total do curso no primeiro semestre e, para tal pedido, o discente deverá ter no mínimo 180h em créditos vencidos e aprovados.

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|---|----------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 1 | JLEAD053 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador I | | 15 | | | 60 | | 75 | 5 |
| 1 | | Introdução à Licenciatura em Letras EaD | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 1 | JLEAD002 | Leituras do Fato Literário | | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 1 | JLEAD058 | Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação | | 60 | | | | | 60 | 4 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|--|----------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 1 | | Fundamentos Linguísticos | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 1 | JLEAD006 | Práticas de Linguagem I | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 1 | JLEAD009 | Letramento Digital | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 2 | JLEAD060 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador II | | 15 | | | 60 | | 75 | 5 |
| 2 | | Introdução à Pesquisa | | 60 | | | | | 45 | 3 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|---|----------------------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 2 | JLEAD037 | Literatura Brasileira I | Leituras do Fato Literário | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 2 | | Estudos Gramaticais I | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 2 | JLEAD011 | Práticas de Linguagem II | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 3 | JLEAD064 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador III | | 15 | | | 60 | | 75 | 5 |
| 3 | JLEAD023 | Educação Inclusiva | | 60 | | | | | 60 | 4 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|--|----------------------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 3 | JLEAD041 | Literatura Brasileira II | Leituras do Fato Literário | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 3 | | Estudos Gramaticais II | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 3 | | Produção Textual Acadêmica | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 3 | JLEAD013 | Práticas de Linguagem III | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 4 | JLEAD102 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV | | 15 | | | 75 | | 90 | 6 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|--|----------------------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 4 | JLEAD029 | Literaturas Lusófonas | Leituras do Fato Literário | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 4 | | Estudos Gramaticais III | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 4 | | Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 4 | JLEAD050 | Acessibilidade e Inclusão Digital | | 45 | | | | | 60 | 4 |
| 4 | | Organização do Trabalho Pedagógico | | 60 | | | | | 60 | 4 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|--|----------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 4 | | Práticas de Linguagem IV | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 5 | JLEAD043 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador V | | 15 | | | 75 | | 90 | 6 |
| 5 | JLEAD103 | Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa em Ambientes Virtuais de Aprendizagem | | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 5 | | Planejamento e Avaliação | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 5 | JLEAD068 | Variação Linguística | | 60 | | | | | 60 | 3 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|--|--|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 5 | | Prática de Linguagem V | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 5 | | Estágio Supervisionado I | Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa, Organização do Trabalho Pedagógico | 90 | | | | | 90 | 6 |
| 6 | JLEAD045 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI | | 15 | | | 75 | | 90 | 6 |
| 6 | | Psicolinguística Aplicada | | 60 | | | | | 60 | 4 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|----------------------------------|--|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 6 | | Teoria e Crítica Literária | Leituras do Fato Literário | 45 | | | | | 45 | 3 |
| 6 | JLEAD051 | Trabalho de Conclusão de Curso I | Introdução à Pesquisa e Produção Textual Acadêmica | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 6 | | Estágio Supervisionado II | Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Estágio Supervisionado I, Planejamento e Avaliação | 120 | | | | | 120 | 8 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|-------------------------------------|--|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 7 | | Metodologia de Ensino de Literatura | Teoria e Crítica Literária | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 7 | | Língua Brasileira de Sinais | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 7 | | Políticas Públicas em Educação | | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 7 | | Estágio Supervisionado III | Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa, Organização do Trabalho Pedagógico | 75 | | | | | 75 | 5 |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH – Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|----------|---------------------------------|-------------------------------|--|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| 8 | JLEAD108 | Educação Integral | Políticas Públicas em Educação | 60 | | | | | 60 | 4 |
| 8 | | Estágio Supervisionado IV | Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa, Organização do Trabalho Pedagógico, Metodologia de Ensino de Literatura, Estágio Supervisionado III, Metodologia de ensino e aprendizagem de língua em | | 120 | | | | 120 | 8 |

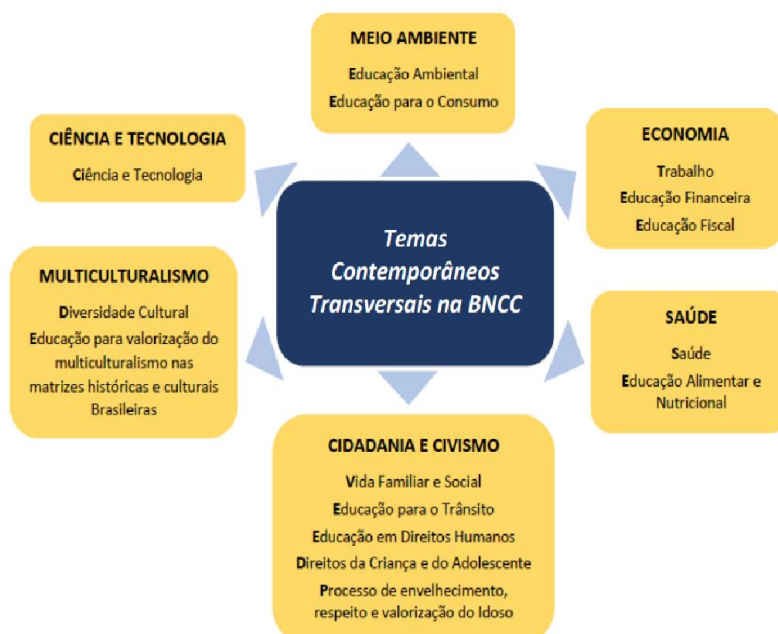
| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|--|---------------------------------|-----------------------------------|--|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| | | | Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Planejamento e Avaliação | | | | | | | |
| 8 | JLEAD071 | Trabalho de Conclusão de Curso II | Trabalho de Conclusão de Curso I | 60 | | | | | 60 | 4 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES | | | | | | | | | 120 | 8 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO | | | | | | | | | 325 | |
| Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas | | | | | | | | | 205 | |

| Semestre | Código do Componente Curricular | Nome do Componente Curricular | Pré-requisitos | CH - Teórica | CH - Prática | CH - Presencial | CH - Prática como Componente Curricular | CH - Extensão | CH - Total | Créditos |
|--|---------------------------------|-------------------------------|----------------|--------------|--------------|-----------------|---|---------------|------------|----------|
| Carga horária total de Unipampa Cidadã | | | | | | | | | 120 | |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | | | | | | | | | 3.220 | |

2.4.3 Abordagem dos temas transversais

Conforme o documento Temas Contemporâneos Transversais (TCT) na BNCC - Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos, os temas objetivam contextualizar os conteúdos aprendidos, oportunizando a elaboração de relações de temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. Assim, espera-se que os TCT oportunizem a compreensão de temas relativos a: quais são seus direitos e deveres enquanto cidadãos; aceitar, compreender e respeitar que todos os seres humanos são diferentes; como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como utilizar seu dinheiro, assuntos que conferem aos TCT o atributo da contemporaneidade. A Figura 4 a seguir apresenta a proposta dos TCT.

Figura 4 - Temas Contemporâneos Transversais na BNCC



Fonte: Brasil (2018)

O conceito de transversal pode ser definido como aquilo que atravessa. Portanto, TCT, no contexto educacional, são aqueles assuntos que não

pertencem a uma área específica do conhecimento, mas que têm potencial para contribuir em todas elas, que fazem parte da vida em sociedade. O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010: “[...] a transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).” (BRASIL, CNE/CEB, 2010, p. 24).

O Parecer ressalta que a transversalidade difere da interdisciplinaridade, sendo ambas complementares, na perspectiva que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade, rejeitando a concepção de conhecimento considerado como algo estável, pronto e acabado, que é coerente com a concepção transmissiva e conteudista de aprendizagem. A transversalidade especifica a dimensão didático-pedagógica, e a interdisciplinaridade se refere à abordagem de como se dá a produção do conhecimento (*Idem*, 2010).

Na BNCC (BRASIL, 2018), os temas transversais são considerados conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas. (BRASIL, 2013, p. 29).

Na Unipampa, há a Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI), vinculada ao Gabinete da Reitoria, que tem o intuito de promover ações transversais de equidade junto aos órgãos da administração superior, comissões, órgãos complementares e suplementares, pró-reitorias e unidades universitárias sediadas nos municípios de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. A missão desta Assessoria é a de assegurar a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência, nas mobilidades e nas qualificações de discentes e servidores nos âmbitos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Unipampa, contribuindo com estratégias de atuação para a superação das desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas que são históricas na sociedade brasileira. Tendo como visão a de ser reconhecida pela comunidade acadêmica e pelas sociedades local, regional, nacional e internacional como órgão de excelência da Unipampa na redução das discriminações étnico/raciais, geracionais, de gênero, de diversidade sexual, de deficiências, entre outras que são estruturantes das desigualdades sociais brasileiras.

O Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância defende a ideia da necessidade de articulação dos conteúdos escolares com a realidade vivida, para a efetivação das aprendizagens significativas. Consideramos também que educar, ensinar e aprender são fenômenos que envolvem as diferentes dimensões do ser humano. Nos polos de apoio presenciais do curso, há diferentes núcleos que atuam através de projetos de ensino, pesquisa, extensão, eventos, com o objetivo geral de contribuir na abordagem dos temas transversais, tais como o Núcleo Interdisciplinar de Educação, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, o IN LIBRAS (grupo de inclusão de pessoas surdas), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) UNIPAMPA, Campus Jaguarão, por exemplo, foi criado pela Resolução do Conselho Universitário nº. 161, de 31 de outubro de 2016, e alterada pela Resolução 196 de

26 de abril de 2018, e é regido pelos Estatuto e Regimento Geral da Universidade. Nomeado NEABI Mocinha, em homenagem à Maria Cezarina Cardozo, mulher negra que representa o carnaval do município de Jaguarão, objetiva o acolhimento de demandas da população alvo e o desenvolvimento de estudos e ações em histórias, artes e culturas de matriz africana, afro-brasileira e indígenas, a fim de combater racismos, xenofobia, intolerância religiosa e todas as formas de preconceito e discriminação. O NEABI Mocinha, dentre outras atividades, oferece para toda a comunidade acadêmica, acesso e participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, como por exemplo, o projeto de ensino Formação ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais: noções básicas, estratégias e desafios.

O projeto de pesquisa Projeto Clubes Sociais Negros - Articulação Sul-Sul na Lei Aldir Blanc, é outro exemplo de oferta de acesso do conhecimento sobre o tema. Financiado pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, através da Fundação Marcopolo, possibilitou a construção de um site que apresenta os mapeamentos, as memórias, as edificações e as histórias dos Clubes Sociais Negros do Brasil e Uruguai, além de contribuir na estruturação do acervo do centenário Clube Social Negro 24 de Agosto, localizado em Jaguarão, na fronteira Brasil Uruguai.

Há também o programa extensionista denominado “Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade”, espaço articulador que efetiva a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa potencializando as ações vinculadas à temática de gênero e sexualidade. O objetivo geral deste comitê é o de potencializar o diálogo, a reflexão, a reconstrução coletiva de alternativas no horizonte da cultura da paz escolas (Lei 13.663/18) e da equidade de direitos das minorias excluídas dos processos de uma vida com justiça e dignidade social. O comitê que participa do He For She - ONU Mulheres vem realizando várias estratégias de sensibilização para os limites e possibilidades articulados com a temática gênero, sexualidade e diversidade, através do

desenvolvimento de ações específicas nas quais há significativa participação da comunidade acadêmica e externa aos polos.

Relativo ao tema da inclusão das pessoas surdas, o curso, com base na Instrução Normativa Unipampa Nº 12, 09 de Junho de 2021, estabeleceu os procedimentos internos sobre oferta e demanda dos serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - Libras, no âmbito da Universidade, o curso conta com a parceria do O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Nina) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), que desenvolveu a estratégia de criação do núcleo IN LIBRAS.

Relativo ao tema do empreendedorismo, com base na resolução Consuni/Unipampa 338/2022, o curso reconhece a necessidade de desenvolver estratégias didáticas a fim de considerar os valores da universidade, especialmente no que expressa o “empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p.14)”, bem como está ciente de que a “[...] inovação deve promover e impulsionar o empreendedorismo [...]. O ambiente universitário oportuniza e identifica ações de natureza empreendedora e inovadora. [...] Dessa forma, a Instituição posiciona-se como um vetor do desenvolvimento econômico, social, cultural regional... (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p. 31). Nesse contexto a Unipampa percebe que “[...] entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p. 30).

Ainda, conteúdos referentes à conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas e violência contra a mulher (Lei 14.164/2021); bem como ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas (Lei 13.663/18) são amplamente abordadas nos componentes curriculares de Prática Pedagógica e Seminários Integradores, assim como nos Estágios Supervisionados.

As relações étnico-raciais e questões relacionadas a gênero e sexualidade são amplamente debatidas em componentes curriculares obrigatórios como Leituras do Fato Literário, Literatura Brasileira I e II e Literaturas Lusófonas. O curso também oferece componentes curriculares complementares de graduação que abordam questões como Introdução aos Feminismos e Estudos Culturais.

Além disso, perpassa as concepções do curso a ideia de, sempre que possível, abordar estas (e outras) problemáticas que convivem nos espaços escolares e precisam ser conhecidas, identificadas e solucionadas.

2.4.4 Flexibilização curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, complementares e atividades curriculares de extensão).

O PDI da Unipampa (2019–2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar isolada ou em caixas dos conteúdos.

Também, nos PPC, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na

matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do PNE e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

A interdisciplinaridade e flexibilização curricular se articulam no curso a partir de diretrizes que integram os componentes curriculares, atividades e projetos. Nesse aspecto, os CCCGs os projetos de ensino, extensão e pesquisa e de aprendizagem, estágios, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, potencializam a relação teoria-prática, oportunizando possibilidades de flexibilização de itinerários formativos que vão ao encontro dos interesses dos licenciandos, bem como do atendimento das demandas legais, encaminhando para o perfil do egresso planejado para ser reconstruído ao longo do curso.

Nesse contexto, a flexibilização curricular é oportunizada através da oferta de:

1. Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs): ofertados a cada semestre, no curso de Letras – Português EaD, em outros cursos da instituição, ou ainda, em outras instituições por convênios e/ou parcerias, atendendo, quando possível a solicitações e/ou sugestões dos estudantes, com um mínimo de 120h.
2. Existência de pré-requisitos curriculares apenas para os componentes de Estágios I e II, Educação Integral e para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Para a matrícula em outros cursos da Unipampa, em CCCGs, o discente precisa realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste junto às coordenações do Curso – nome do curso e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do

curso pretendido.

Depois de finalizado algum CCGG em outros cursos de educação superior, o discente deverá solicitar formalmente na secretaria acadêmica do campus o seu aproveitamento no contexto do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Visando à flexibilização curricular e à autonomia do estudante, este PPC propõe componentes curriculares complementares, nas modalidades a distância e/ou presencial (Quadro 4). O discente tem autonomia de escolha dos que deseja cursar dentre aqueles ofertados a cada semestre neste curso, em outros da IES ou em outras universidades/institutos federais. O mínimo estipulado é de 120h para integralização curricular.

Quadro 4 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Canção Popular Brasileira e Ensino | 60 | | 60 | 4 |
| | Direito Educacional | 60 | | 60 | 4 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Educação de Jovens e Adultos (Pedagogia) | 90 | | 90 | 6 |
| | Educação para a paz e a resolução não violenta de conflitos | 60 | | 60 | 4 |
| | Educação, cultura e sociedade contemporânea | 60 | | 60 | 4 |
| | Educação e tecnologias | 60 | | 60 | 4 |
| | Espanhol Instrumental I | 60 | | 60 | 4 |
| | Estudos Culturais | 60 | | 60 | 4 |
| | Experiências de Aprendizagem em Gestão Educacional (Pedagogia) | 75 | | 75 | 5 |
| | Fundamentos Teóricos da Literatura Infantojuvenil | 45 | | 45 | 3 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Filosofia da Educação | 60 | | 60 | 4 |
| | História da Língua Portuguesa | 45 | | 45 | 3 |
| | Infâncias, Culturas e Educação (Pedagogia) | 90 | | 90 | 6 |
| | Introdução a Linguagem Audiovisual | 45 | | 45 | 3 |
| | Introdução ao Feminismo | 45 | | 45 | 3 |
| | Laboratório de Produção Criativa em Rede I | 60 | | 60 | 3 |
| | Leituras Orientadas em Didática e Prática Docente | 60 | | 60 | 3 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Leituras Orientadas em Estudos da Linguagem | 45 | | 45 | 3 |
| | Leituras Orientadas em Estudos Literários | 45 | | 45 | 3 |
| | Leituras Orientadas em Gramática do Português Brasileiro | 45 | | 45 | 3 |
| | Letramento Digital II | 60 | | 60 | 4 |
| | Literatura e Cinema | 60 | | 60 | 4 |
| | Literatura e Outras Linguagens como Estratégia de Letramento | 60 | | 60 | 4 |
| | Linguagem: aspectos linguísticos, cognitivos e sociais (Pedagogia) | 90 | | 90 | 6 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Metodologia de Ensino e da aprendizagem língua materna II | 60 | | 60 | 4 |
| | Metodologia de Pesquisa em Literatura | 30 | | 30 | 2 |
| | Pedagogia de Projetos e Intervenção Pedagógica | 60 | | 60 | 4 |
| | Planejamento e Avaliação Educacional na Educação Básica (Pedagogia) | 75 | | 75 | 5 |
| | Pragmática | 45 | | 45 | 3 |
| | Psicologia e Educação | 60 | | 60 | 4 |
| | Seminário Aberto em Estudos Literários | 60 | | 60 | 4 |
| | Seminários abertos: temas atuais da educação | 60 | | 60 | 4 |
| BA001419 | Sintaxe do Espanhol (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 30 | | 30 | 2 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| BA001420 | Sintaxe do Inglês (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 30 | | 30 | 2 |
| | Sociologia da Educação (Pedagogia) | 60 | | 60 | 4 |
| BA001421 | Tecnologia e Inovação no Ensino de Línguas (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 30 | | 30 | 2 |
| | Tecnologias Digitais e Educação (Pedagogia) | 90 | | 90 | 6 |
| | Tecnologia em Contexto Social | 45 | | 45 | 3 |
| BA001422 | Teoria e Crítica Étnico-Racial (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 30 | | | 30 |
| | Teorias do Currículo | 60 | | 60 | 4 |
| | Teorias do Discurso | 45 | | 45 | 3 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| | Teorias e Práticas Alfabetizadoras I (Pedagogia) | 75 | | 75 | 5 |
| | Teorias e Práticas Alfabetizadoras II (Pedagogia) | 75 | | 75 | 5 |
| BA001423 | Tópicos de Culturas Anglófonas (Letras Línguas Adicionais/ Bagé) | 30 | | 30 | 2 |
| BA001424 | Tópicos de Culturas Hispânicas (Letras Línguas Adicionais/ Bagé) | 30 | | 30 | 2 |
| BA001425 | Tópicos de Ensino de Português como Língua Adicional (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 30 | 15 | 15 | 2 |
| | Tópicos de Feminismo(s) | 30 | | 30 | 2 |
| BA001427 | Tópicos de Literaturas Anglófonas (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 60 | | 60 | 4 |

| Código | Nome | CH – Teórica | CH - Prática | CH - Total | Créditos |
|---------------|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| BA001428 | Tópicos de Literaturas Hispanicas (Letras Línguas Adicionais/Bagé) | 60 | | 60 | 4 |
| | Tópicos em Literaturas Lusófonas | 60 | | 60 | 4 |
| | Direitos Humanos e Cidadania | 60 | | 60 | 4 |

2.4.4.2 Mobilidade acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional oportuniza que os estudantes da graduação possam cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao discente que escolher essa modalidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander. Outros poderão ser assinados e/ou conveniados com a Diretoria responsável na universidade

Os programas BRACOL e BRAMEX têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o

intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México. Mais informações sobre mobilidade acadêmica Internacional podem ser encontradas no site da Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (DAIINTER).

O programa CAPES-BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que discentes de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.3 Aproveitamento de estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “[...] o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da Unipampa, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Coordenação de Curso e, analisado e deferido pelo Coordenador de Curso ou por comissão designada para tal fim.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2011, p. 12).

Nos trâmites deste curso, os processos de aproveitamento devem ser encaminhados a partir do 2º semestre. Nos semestres anteriores, os estudantes podem cursar componentes e desenvolver ações complementares, no entanto, a formalização da solicitação de aproveitamento deverá ser realizada quando o estudante estiver matriculado a partir do 3º (terceiro) semestre do curso.

2.4.5 Migração curricular e equivalências

Devido às alterações no PPC exigidas pelas instâncias superiores, os discentes serão consultados sobre o interesse em migrar para o currículo novo, na perspectiva de uma formação mais atualizada diante do mundo do trabalho e da legislação vigente. Todos os discentes que ingressarem em 2023 por qualquer modalidade ou que estejam com matrícula trancada ou qualquer outra situação análoga entram obrigatoriamente na nova composição curricular. Estudantes que durante o ano de 2022 concluíram com êxito até 180h do, então, currículo antigo deverão migrar automaticamente para a matriz 2023. Somente discentes com carga superior a 180h vencidas e aprovadas têm a oportunidade de escolha em migrar ou não para o currículo em vigência em 2023. A anuência da migração será registrada em formulário próprio, confeccionado pelo NDE.

No Quadro 5, constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a nova composição.

Quadro 5 - Migração curricular - Medidas resolutivas

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|--|------------|--|-------------------------------------|
| 1 | JLEAD053 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador | 60 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |
| 1 | JLEAD006 | Prática em Linguagem I | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 1 | JLEAD002 | Leituras do Fato Literário I | 60 | Mudou o nome para Leituras do Fato Literário, Redução de 15h | Aproveitamento sem pendências |
| 1 | JLEAD058 | Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 1 | JLEAD004 | Estudos Gramaticais I | 60 | Mudou de nome para Estudos Gramaticais II | Aproveitamento sem pendências |
| 1 | JLEAD009 | Letramento Digital | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|--|------------|---|---|
| 1 | JLEAD018 | Introdução ao Trabalho Científico | 45 | Aproveitar como Introdução à Pesquisa e trocou do 1º para 2º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 2 | JLEAD060 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador II | 60 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |
| 2 | JLEAD011 | Prática em Linguagem II | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 2 | | Leituras do Fato Literário II | 60 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitar como Metodologia de Ensino de Literatura |
| 2 | JLEAD028 | Estudos Gramaticais II | 60 | Mudou para o 3º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 3 | JLEAD064 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador III | 60 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|--|------------|--|-------------------------------------|
| 3 | JLEAD013 | Prática em Linguagem III | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 3 | JLEAD014 | Teorias Literárias | 60 | Mudou o nome para Teoria e Crítica Literária, trocou do 3º para o 6º semestre, diminui 15h | Aproveitamento sem pendências |
| 3 | | Filosofia da Educação | 60 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 3 | JLEAD016 | Fundamentos dos Estudos Linguísticos | 60 | Mudou o nome para Fundamentos Linguísticos e trocou do 3º para o 1º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 3 | JLEAD017 | Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna I | 45 | Mudou para Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa | Aproveitamento sem pendências |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|---|------------|---|-------------------------------------|
| 4 | JLEAD102 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV | 75 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |
| 4 | JLEAD039 | Prática em Linguagem IV | 45 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 4 | JLEAD037 | Literatura Brasileira I | 60 | Trocou do 4º para o 2º semestre, diminuiu 15h | Aproveitamento sem pendências |
| 4 | | História da Educação | 45 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 4 | JLEAD033 | Estudos Linguísticos I | 60 | Mudou para Estudos Gramaticais I | Aproveitamento sem pendências |
| 4 | | Aquisição da Linguagem | 45 | Extinta na matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 4 | | Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna II | 60 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|--|------------|---|-------------------------------------|
| 5 | JLEAD043 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador V | 75 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |
| 5 | | Prática em Linguagem V | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 5 | JLEAD041 | Literatura Brasileira II | 60 | Trocou do 5º para o 3º semestre, diminuiu (15h) | Aproveitamento sem pendências |
| 5 | | Fundamentos Sócio- antropológicos da Educação | 45 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 5 | JLEAD028 | Estudos Linguísticos II | 60 | Mudou para Estudos Gramaticais III | Aproveitamento sem pendências |
| 5 | JLEAD068 | Variação Linguística | 45 | Aumentou 15h | Aproveitamento sem pendências |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|---------------|--|-------------------|---|-------------------------------|
| 5 | JLEAD103 | Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua em Ambientes Virtuais de Aprendizagem | 45 | Mudou do 3º para o 5º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | JLEAD045 | Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI | 60 | Aumentou 15h de CH como PCCC | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | | Prática em Linguagem VI | 45 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | JLEAD029 | Literaturas Lusófonas | 60 | Trocou do 6º para o 4º semestre, diminuiu 15h | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | JLEAD024 | Organização do Trabalho Pedagógico | 60 | Trocou para o 4º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | JLEAD022 | Língua Brasileira de Sinais | 60 | Trocou do 5º para o 7º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 6 | JLEAD023 | Educação Inclusiva | 60 | Trocou do 6º para o 3º sem. | Aproveitamento sem pendências |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestre | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|---------------|--|-------------------|--|-------------------------------|
| 7 | | Prática Pedagógica e Seminário Integrador VII | 60 | Extinta da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 7 | JLEAD025 | Políticas Públicas em Educação | 60 | Trocou para o 7º semestre | Aproveitamento sem pendências |
| 7 | JLEAD050 | Acessibilidade e Inclusão Digital | 45 | trocou do 6º para o 3º sem. | Aproveitamento sem pendências |
| 7 | JLEAD074 | Metodologia de Ensino de Literatura | 30 | aumentou 30h | Aproveitamento sem pendências |
| 7 | JLEAD051 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 7 | JLEAD052 | Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental | 195 | Dividida em 2 disciplinas: Estágio Supervisionado em Ensino Fundamenta I (90h) e II (120h) | Aproveitamento sem pendências |
| 8 | | Prática Pedagógica e Seminário Integrador VIII | 60 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |

| Quadro 6 - Migração curricular - Medidas resolutivas emestres | Código | Nome do Componente Curricular | CH - Total | Proposta de alteração | Medida Resolutiva |
|---|----------|--|------------|---|-------------------------------|
| 8 | | Profissão e Trabalho Docente | 60 | Extinta como componente curricular obrigatório da matriz anterior | Aproveitamento como CCCG |
| 8 | JLEAD071 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 60 | Sem alterações | Aproveitamento sem pendências |
| 8 | JLEAD072 | Estágio Supervisionado em Ensino Médio | 210 | Dividida em 2 disciplinas: Estágio Supervisionado em Ensino Médio I(90h) e II(120h) | Aproveitamento sem pendências |

2.4.6 Prática como Componente Curricular

O Parecer do CNE 2/2019, aponta no seu

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores: [...] o reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado (BRASIL, 2019, p.4).

Em direção ao atendimento dessa demanda, no curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, a prática permeia toda a formação inicial, culminando nos estágios. A Prática como Componente Curricular (PCC) é inerente à formação da identidade do professor como educador, possibilitando a correlação teórico-prática e o movimento entre saber, saber fazer, saber compreender/refletir sobre o que faz na busca de significados na gestão e resolução de situações próprias dos diferentes espaços educacionais.

Sendo assim, o curso prevê situações didáticas em que os futuros professores coloquem em prática seus conhecimentos oriundos de diversas experiências, tempos e espaços, como indicadas a seguir:

- a) observações participantes de aulas, com descrição e análise crítica à luz da revisão teórica sobre formação docente, teorias de aprendizagem e metodologia de pesquisa educacional;
- b) elaboração processual de planejamentos de ensino e desenvolvimento de situações de microaulas de prática docente, no contexto da sala de aula;
- c) análise crítica e produção de materiais didáticos, tanto em atividades de microensino nos próprios componentes curriculares, quanto em contexto escolar.
- d) em Programas/Projetos de Ensino, Pesquisa vinculados ao curso, nos qual os estudantes podem planejar e desenvolver cursos, oficinas e/ou aulas específicas sobre os temas/competências desenvolvidos no curso;
- e) em Grupos de Estudo planejados e desenvolvidos em torno de temas pertinentes ao curso, que resultam em trabalhos apresentados em eventos de iniciação científica, nos quais têm oportunidades de conhecer outras perspectivas, bem como aumentar seu capital social para organizar futuras comunidades de aprendizagem;
- f) na inserção da curricularização da inserção no PPC do curso.

Com relação às horas teóricas, planejadas e descritas nos planos de ensino, elas podem abranger atividades em aulas síncronas, no âmbito das interações e/ou intervenções didáticas, bem como nos tempos e espaços externos

da universidade, realizando leituras e produzindo atividades solicitadas nos componentes.

Nos componentes **Práticas Pedagógicas e Seminários Integradores I – VI**, os estudantes serão orientados a ingressar no espaço escolar identificado como em situação de vulnerabilidade social, através dos indicadores educacionais (Ideb, Saeb, entre outros), bem como a localização periférica na cidade ou em regiões reconhecidas como carentes de recursos. Estes componentes objetivam aprendizagens como identificar os limites e possibilidades da instituição escolar, descrever os espaços investigados, aprender a realizar entrevistas com os atores escolares e da comunidade de inserção, realizar observações como instrumento metodológico, a fim de investigar o contexto e nele interagir, conhecer os métodos investigativos de intervenção e etnográfico, elaborar um projeto de intervenção baseado nos limites e possibilidades identificados no contexto estudado, propor e desenvolver uma intervenção a fim de qualificar o espaço escolar e a atender demandas da comunidade (Quadro 6).

Quadro 7 - Práticas Pedagógicas e Seminários Integradores I – VI

| Semestre | Componente Curricular | Carga horária total | PCCC | Interlocução Escola | Produto Interdisciplinar |
|----------|---|---------------------|------|--|---|
| 1º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador I | 75h | 60h | Entrevistas orientadas de professores e gestores | Transcrição e Descrição das entrevistas Identificação Limites e possibilidades da escola |

| Semestre | Componente Curricular | Carga horária total | PCCC | Interlocução Escola | Produto Interdisciplinar |
|----------|---|---------------------|------|--|---|
| 2º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador II | 75h | 60h | Entrevistas orientadas da comunidade (pais e responsáveis) | Identificação dos limites e possibilidades da escola na visão da comunidade |
| 3º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador III | 75h | 60h | Observação do participante no cotidiano escolar: anos finais do EF e/ou EM | Análise da descrição das observações e identificação das demandas de intervenções |
| 4º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV | 90h | 75h | Observação do participante no cotidiano escolar: anos finais do EF e/ou EM | Elaboração do Projeto de intervenção na escola, baseada na coleta de informações dos outros semestres |
| 5º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador V | 90h | 75h | Atuação do participante e aplicação do plano de ação | Desenvolvimento do Plano de Ação |
| 6º | Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI | 90h | 75h | Elaboração e apresentações no modelo SIEPE | Evento de socialização dos trabalhos produzidos nos seminários integradores (I a V) |

Do modo como planejamos, cada estudante irá estar inserido em uma comunidade escolar em situação de vulnerabilidade desde o início do curso, e nela irá frequentar, conversar, entrevistar, dialogar, interagir, aprendendo e ensinando, incentivando o grupo a olhar criticamente para si, educando o olhar para a observação, identificando seus problemas e suas virtudes, trabalhando

para qualificar o espaço, com clareza sobre os seus objetivos e diferentes papéis de atuação.

2.4.7 Estágios obrigatórios ou não obrigatórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

Por meio do estágio, os estudantes podem reconstruir e ressignificar as competências próprias da atividade profissional, objetivando seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho. A Resolução Nº 329/2021, de 04 de novembro de 2021, dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Unipampa, sendo utilizada para a elaboração da Instrução normativa de estágio do Curso, apresentada no **Apêndice A** deste documento.

2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2011, p. 20).

No Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância, os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão I (60 horas) e Trabalho de Conclusão II (120 horas) são ofertados respectivamente no 6º e 8º semestre do curso. A universidade disponibiliza manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos na página do SISBI e, também, publica os TCC em repositório institucional próprio, acessíveis pela internet.

Reconhecendo que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS e de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328, de 4 de novembro de 2021 é facultado ao discente surdo a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de

graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”, bem como é facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo. Será garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da Unipampa.

O detalhamento do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será descrito na Instrução normativa de TCC do curso, no **Apêndice B**, aprovado pelo NDE, quando for alterado.

2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso

De acordo com o PDI da Unipampa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, 2019-2023, p. 31), a extensão

assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como pela retroalimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a extensão universitária será efetivada na interação com a comunidade, compartilhando saberes e informações, identificando limites e possibilidades, mediante a participação ativa de estudantes, servidores, diferentes atores da comunidade de inserção, em ações diagnosticadas metodologicamente para ir ao encontro de necessidades/demandas reais.

Para tal, o processo demanda observações metodológicas da realidade articuladas com atitudes questionadoras, que ocorrem no diálogo e na interação com o contexto de inserção, com a intenção de compreendê-lo, qualificá-lo e/ou transformá-lo, quando a realidade assim o sinalizar. Para oportunizar sistemática e intencionalmente a interlocução com a realidade escolar, contexto do nosso curso, precisamos da extensão e da pesquisa acadêmicas inseridas nas atividades de ensino.

As atividades extensionistas, assim como as de ensino e de pesquisa, necessitam explicitar os objetivos das ações, as atribuições e os papéis dos atores nela envolvidos, os resultados desejados, bem como os critérios de avaliação da participação do estudante e dos resultados alcançados. Tais atividades extensionistas estão materializadas na curricularização da extensão conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 29 de abril de 2021.

No Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância, o discente do deverá cumprir, no mínimo, 325 horas (10% da carga horária total do curso) em Atividades Curriculares de Extensão presencialmente, como membro da equipe executora, nas seguintes modalidades:

1. ACEE (Atividade Curricular de Extensão Específica) denominada “Unipampa Cidadã”: obrigatório o cumprimento de 120 horas;
2. ACEE (Atividades Curriculares de Extensão Específicas) mediante a participação na equipe executora de projetos e ações de extensão de sua livre escolha, com validação por meio de documentação comprobatória: obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 205 horas.

Conforme Instrução Normativa nº 18 de 5 de agosto de 2021, a atividade curricular de extensão específica denominada Unipampa Cidadã é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade. Nessa ação, os discentes da Unipampa realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente,

pessoas em situação de vulnerabilidade. O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

É de responsabilidade do discente buscar instituições, em sua localidade, para desenvolver as ações de cidadania e/ou solidariedade. O processo inicia com o estudante elaborando um Plano de Ação (PA) que necessitará da anuência do supervisor de extensão e de um responsável do local da ação, para ser iniciado. Finalizada a ação, a comprovação de sua realização e das horas de extensão cumpridas, se dará através de certificado emitido pela instituição sede e de um relatório da atividade elaborado pelo discente e avaliado pelo supervisor da extensão.

As outras Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) deverão ser desenvolvidas presencialmente em projetos e programas cadastrados na Unipampa e/ou outras IES do país ou do exterior. Com base no Art. 17º da Resolução CNE/CES 07/2018, as atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

O Art. 9º da Resolução CNE/CES 07/2018 afirma que “nos cursos na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado.” Os polos de apoio presenciais estão articulados em todos os estados da federação mapeando, planejando, orientando e acompanhando todas as ações extensionistas presenciais, em harmonia com o supervisor de extensão (denominado pela comissão de curso) e os interfaces de EaD, indicados por cada polo de apoio presencial. Em síntese, a realização presencial das atividades de extensão em suas localidades de inserção e/ou comunidades de origem assegura uma ação extensionista democrática, exequível e que promova, de fato, a extensão universitária articulada às necessidades de cada região.

O detalhamento do desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão será descrito no **Apêndice C - Regulamento para inserção da extensão do curso.**

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

A educação a distância tem sido, desde a sua origem, um mecanismo de democratização do acesso e da oferta educacional. Atualmente ela foi assumida pelas instituições educacionais para oferta de educação básica, educação superior e formação profissional continuada (AIRES; LOPES, 2009).

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007), a EaD é a modalidade na qual a mediação didática acontece através de tecnologias de informação e comunicação, com os participantes, estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas com os objetivos de promover os processos de ensino e de aprendizagem, em lugares e/ou tempos diversos.

A EaD considera a necessidade de potencializar a interação entre os sujeitos participantes, mediados pelas tecnologias, reconhecendo não ser suficiente garantir boa interatividade funcional com as ferramentas disponíveis por elas. Segundo Belloni (2001), há demanda de explorar as potencialidades desses recursos nas situações de ensino e de aprendizagem com criticidade, aprendendo a identificar os recursos fidedignos, evitando o deslumbramento que tende a levar ao uso inadequado da tecnologia por si e em si, ou seja, mais por suas virtualidades técnicas do que por suas possibilidades didáticas.

Nesse sentido, o curso proposto está em consonância com a legislação educacional vigente, buscando atender às políticas que dispõem sobre a inclusão escolar e social, o que significa possibilitar a acessibilidade curricular do estudante com deficiência nas diferentes áreas do conhecimento, bem como as políticas de ambientalização curricular e as que tratam das diversidades culturais e étnico-raciais brasileiras.

O curso objetiva a formação de professores de língua portuguesa e literatura. Este curso percebe que o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012), que seu trabalho visa planejar, criar, desenvolver ações para oportunizar que todos seus estudantes aprendam o conteúdo que ensina. No entanto, nas últimas décadas, como já comentamos, os resultados do trabalho docente, identificados por diferentes tipos de avaliações, nacionais e internacionais, especialmente na educação básica, não têm sido animadores.

Como uma alternativa de solução para modificar esse quadro, foi elaborada a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019-b), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), tendo como referência a implantação da BNCC, instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

A legislação vigente, bem como a BNC-Formação e a BNCC, perpassam a concepção pedagógica deste Curso, destacando a importância da consciência da heterogeneidade e do inacabamento do conhecimento e do ser humano. O foco do curso é a formação de professores de língua portuguesa e literaturas para a Educação Básica, no qual língua e literaturas se articulam, relacionando as tecnologias digitais e as não digitais.

A Língua Portuguesa e a Linguística concebem a linguagem como um fenômeno político, social, histórico, ideológico, cultural e psicológico, o estudo da língua, pressupondo a adoção de abordagens linguísticas que considerem o contexto.

A Literatura percebe o objeto de análise como manifestação cultural e artística, representando o sujeito em sua individualidade e em sua dimensão histórica e social. Assim, através do texto, promove a formação de sujeitos leitores do mundo e dos livros, habilitados a trabalhar na Educação Básica com o texto literário.

A concepção de letramento digital, de acordo com Lévy (1999), refere-se à questão das práticas de leitura e de escrita que o computador e a internet nos possibilitam, pois “a cibercultura é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (p. 17). Portanto, os conceitos sobre o que é o virtual e o real, a cibercultura, a inteligência coletiva e o hipertexto norteiam a compreensão do meio digital.

No que se refere às metodologias de ensino, elas perpassam as escolhas teóricas assumidas pelos cursos em relação aos processos de ensino e de aprendizagem. Estes são conceitos polissêmicos que podem ser percebidos sob diferentes perspectivas relacionadas com as escolhas teóricas dos atores dos processos.

Na ideia de que há possibilidade de diferentes modos de organização na proposta de um curso, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos na modalidade a distância, a compreensão de que o curso existe para ensinar/aprender com todos os participantes, independentemente de seu modo de organização. O foco é a aprendizagem significativa, que habilite sujeitos a pensar, a elaborar relações, a produzir argumentos, a reconhecer sua incompletude, conseqüentemente da demanda constante de formação continuada e o inacabamento do conhecimento, porque “[...] precisamos da educação ao longo da vida para termos escolha. Mas precisamos dela ainda mais para preservar as condições que tornam essa escolha possível e a colocam a nosso alcance.” (BAUMAN, 2007, p. 167).

Como comentamos anteriormente, o curso assumiu a concepção sociointeracionista de aprendizagem baseada no ideário de Vygotsky (1998) de educação, que explica e compreende (MORIN, 2000) que o sujeito aprende na interação consigo, com os outros e com o objeto do conhecimento. Sendo assim, o curso é voltado para ações que potencializam os processos de interação oportunizados pelas tecnologias, explorando os ambientes virtuais de aprendizagem, aprendendo com eles.

Neste sentido, reiteramos que o foco da educação superior - seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância é a aprendizagem humana, na perspectiva de comprometimento com a reconstrução social inclusiva e democrática.

Nesse contexto, considerando as orientações da Resolução CNE/CP nº 2/2019 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, bem como instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), especificando no seu Art. 4º que há três dimensões fundamentais que de modo interdependente e sem hierarquia, necessitam se integrar na ação docente: o conhecimento da profissão, a prática e o engajamento profissional.

Diante dessas demandas, as metodologias de ensino partem dos seguintes pressupostos:

- a) a assunção de que o curso é de licenciatura, conseqüentemente, habilita profissionais para serem professores de língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa;
- b) o professor é percebido como o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2010, 2012), cujo objetivo das suas ações é o de desenvolver estratégias didáticas para oportunizar que todos aprendam;
- c) aprendizagem é fenômeno social, que se caracteriza como sendo resultado explícito de uma intervenção exterior, que se concretiza quando internalizada a partir de uma elaboração pessoal;
- d) a percepção dos estudantes como sujeitos ativos, autônomos e partícipes dos processos de ensino e de aprendizagem;
- e) o acolhimento, o respeito à diversidade humana, reconhecendo as características unas/diversas (MORIN, 2000) dos sujeitos;
- f) o reconhecimento das relações simbióticas entre língua, cultura e literatura;
- g) a necessidade de instrumentalização adequada para o uso crítico das tecnologias da informação e da comunicação, potencializando os processos de ensino e de aprendizagem;

- h) o planejamento de utilização de metodologias, estratégias didáticas e materiais de apoio contextualizados, inovadores e inclusivos;
- i) a abordagem de temas transversais contemporâneos como pressupostos formadores da cidadania ativa, crítica, autônoma;
- j) a qualificação da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.

Para efetivar esses pressupostos, transportá-los para a prática docente, as metodologias, coerentes com o ideário que subjaz a eles, são planejadas e desenvolvidas em ações didáticas que objetivam priorizar o diálogo, a identificação e a análise da realidade, o debate, a interação, o protagonismo, a promoção da autonomia dos participantes, o ressignificar das informações, contextualizando-as, enfatizando as dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento na profissão docente, de acordo com a nova BNCC.

Assim sendo, a oferta dos componentes curriculares traz em suas ementas, temas e objetivos de aprendizagem articulados com os contextos de atuação, com as análises contextualizadas das realidades regionais, nacionais, internacionais, com as demandas do mundo do trabalho, que envolvem as diferentes especificidades da atuação de um profissional professor de Letras-Português.

A modalidade de EaD pressupõe a presença ativa dos participantes, no planejamento, nas propostas de atividades para a reconstrução de aprendizagens significativas, nos modos de organizar os processos de ensino e de aprendizagem em uma perspectiva interativa, baseando as demandas que embasam os objetivos de aprendizagem, em projetos, investigações, estudos de caso e propostas de soluções de problemas da realidade.

A interação na modalidade a distância acontece em ambiente virtual de aprendizagem. O ambiente utilizado pela Universidade Federal do Pampa é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto, ou popularmente conhecido como Moodle. Nesse ambiente, há a possibilidade de acompanhar o acesso e a frequência dos estudantes aos componentes curriculares; o controle

da disponibilização do conteúdo e a utilização das ferramentas de interatividade e comunicação síncronas e assíncronas. Dentre elas, destacam-se o chat (ferramenta de socialização na qual o diálogo acontece simultaneamente com possibilidade de compartilhamento de arquivos); fóruns (ferramentas para construção do conhecimento, que estimulam o estudante a expressar seus posicionamentos diante de questões propostas pelos professores), videoconferências com o uso do Google Meet (ferramenta que possibilita também o contato visual) e os podcast.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado no curso oportuniza implementar práticas dinâmicas a partir do uso das diferentes TIC: Celular; Tablet; Computador; Televisão; Impressoras multifuncionais; Câmera fotográfica; Pen drives; E-mails; Serviços de streaming; Sites da Internet como: Repositórios Digitais, Refratários de Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais, Plataformas de Compartilhamento de Vídeos, Sistemas de Busca de Informação, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas de comunicação por videoconferência, de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

Quanto aos aspectos de acessibilidade, um dos recursos de acessibilidade integrado e disponível no Moodle é o NVDA, o qual, através de voz sintética, possibilita que estudantes com deficiência visual consigam o acesso ao ambiente. Ele é compatível com o sistema operacional Windows e outros softwares e aplicativos, como navegadores web, planilha eletrônica Microsoft Excel, Editor de Texto Microsoft Word, leitor PDF, como o Acrobat Reader, entre outros.

Através do NVDA, o estudante consegue realizar a leitura do material didático em qualquer idioma (se possuir sintetizador de voz com capacidade de falar o idioma desejado). Outro recurso de acessibilidade compatível e disponível no Moodle é o Vlibras, que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). E o "Bloco acessibilidade" que oportuniza que os usuários personalizem o Moodle para suas necessidades visuais. Ele suporta a alteração de tamanhos de texto e esquemas de cores.

Por fim, o Moodle é avaliado no levantamento da CPA através da questão: Como você avalia o Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVA) Moodle? As informações coletadas permitem ao NDE e Comissão de Curso ponderar sobre a relação dos discentes com a plataforma de ensino e buscar soluções e ações para utilizá-la. Pelo AVA o estudante pode, quando precisar, em sua rotina de estudos, postar tarefas e rever conteúdos, vídeos, resumos, mapas mentais, figuras, organogramas, infográficos, podcast dentre outras possibilidades.

A sistematização dos processos de ensino e de aprendizagem se efetiva através de eventuais encontros síncronos que desencadeiam atividades assíncronas, avaliadas por critérios explícitos e objetivos, pois o curso assume a ideia de que o processo de avaliação da aprendizagem é parte do planejamento didático, caracterizando a avaliação como processual, sendo um instrumento diagnóstico, que serve para inicialmente identificar o conhecimento prévio dos estudantes e na continuidade do processo, evidencia se o que o professor planejou está indo ao encontro dos limites e possibilidades dos estudantes, se estão aprendendo a pensar, a relacionar, a reelaborar, a ressignificar o conhecimento.

2.5.1 Interdisciplinaridade

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da Unipampa, em que “[...] as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas

a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, os projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, PDI, p. 47).

A fim de prevenir 'rivalidades', a prática docente interdisciplinar, proposta no curso, considera que "conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas." (MORIN, 2000, p. 16). Ideia que demanda atitudes diferenciadas no trabalho docente, planejado com base em um olhar amplo para o objeto do conhecimento, contextualizando-o, analisando suas partes e o todo, valorizando igualmente, identificando os limites e as possibilidades das informações e das aprendizagens reconstruídas.

Neste PPC, optamos por desenvolver estratégias inter e transdisciplinares especialmente em relação à produção dos trabalhos avaliativos. Em diferentes oportunidades que tivemos de interagir com os licenciandos do nosso e de outros cursos, o limite/problemática recorrentemente apontada por eles se referia à quantidade de trabalhos avaliativos que precisavam elaborar para cada componente cursado.

Eles refletiam que a qualidade destes trabalhos ficava muito a desejar, bem como todo o processo de retroalimentação avaliativa, pois os professores também ficavam com muitos trabalhos para dar uma devolução adequada para cada um. Pensando em uma alternativa de solução para esta limitação frequentemente apontada pelos estudantes, optamos por:

- 1) unificar as referências utilizadas na produção de projetos, pesquisas, relatórios, livros que encaminha como produzir textos acadêmicos;

- 2) as Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos também foram consensualmente escolhidas como as divulgadas pela Unipampa²³;
- 3) convidar os professores que ministram aulas nos mesmos semestres para planejar juntos a elaboração de um produto que oportunize diferentes olhares e acompanhamentos avaliativos;
- 4) nosso próximo passo, será convidar os outros cursos do campus (inicialmente) a unificar os planos de ensino e as referências utilizadas, a fim de contribuir para a mobilidade discente e os processos de inter e transdisciplinaridade.

Nesse contexto, após a aprovação do PPC nos trâmites institucionais que ainda precisa cumprir, vamos implementar o passo a passo deste processo.

Nos pressupostos que nortearam a criação e consolidação do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância também há evidências de processos de interdisciplinaridade e de transversalidade - modo de pensar organizador, que busca uma unidade integradora do conhecimento considerado como complexo, não simplificador, não linear, não transmissível.

A inserção da extensão no currículo, da escolha de componentes complementares, a possibilidade de participação em diferentes grupos e projetos de ensino e/ou de pesquisa, desenvolvidos no campus, visam contribuir para a reconstrução da visão crítica e holística do conhecimento socialmente reconstruído, bem como os seus impactos e/ou consequências locais, nacionais e/ou globais. Os componentes de Seminários Integradores, por exemplo, escolhidos para desenvolverem a proposta de inserir a prática como componente curricular do curso, contribuem para que este processo se concretize de modo formal, inter e transdisciplinar.

²³ Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2021/06/manual-de-normatizacao-de-trabalhos-academicos-1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

2.5.2 Práticas inovadoras

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (p. 39).

Também, o documento indica, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). Ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

O conceito de práticas inovadoras pode ser definido como o conjunto de ações que aprimoram a oportunidade de aprender bem [...] Inovação educacional significa, ultrapassar nossos sistemas de ensino, para torná-los sistemas de aprendizagem (DEMO, 2012, p. 8)²⁴. Nesse sentido, inovador não precisa ser, necessariamente, algo novo ou inédito, como já mencionado.

Praticar inovação demanda reaprender a pensar de maneira complexa, buscando analisar o todo e as partes, educando o olhar para a observação (FREIRE, 1996), questionando ‘certezas’, ‘obviedades’, praticando a serendipidade, arte de valorizar os detalhes para a reconstrução do todo (MORIN, 2000).

²⁴ Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3864>. Acesso em: 23 jun. 2022.

Dessa forma, a ampliação dos espaços de aprendizagem sem os limitantes espaciais e temporais permitem flexibilização no planejamento, desenvolvimento de projetos/tarefas, atendimento personalizado às demandas dos estudantes. Oportunizam também ampliar os horizontes formativos, culturais, sociais, planejando intercâmbios, visitas virtuais, produzindo ou assistindo videoconferências, eventos, dentre outras inúmeras possibilidades.

Nessa lógica, os eixos formativos previstos contemplam nos diferentes componentes curriculares a integração orgânica dos recursos digitais, por meio do AVA adotado oficialmente na Unipampa, o Moodle, e/ou através da utilização de outros recursos e/ou plataformas potencialmente úteis para a constituição de comunidades de aprendizagem. No Moodle, temos inúmeras funcionalidades que são testadas e instrumentalizadas para todos os docentes, tutores, interfaces a fim de que se possa sempre estar aprendendo. Novas apresentações e funcionalidades no Moodle estão sendo testadas gradativamente a fim de melhorias de comunicação e interação, proporcionando a aprendizagem contínua e formativa.

Na Unipampa, existe a família Jucabyte²⁵ que, em forma de avatares, tenta aproximar o virtual do real, o analógico do digital e, assim, propiciando ambientes de reconstrução do ensinar e do aprender de modo contextualizado. Em alguns componentes curriculares nota-se a família Jucabyte interagindo e dinamizando o acesso ao conhecimento junto à plataforma digital.

2.5.3 Acessibilidade metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-

²⁵ Para maiores detalhamento, acessar a página da Divisão de Educação a Distância e procure a família JucaByte.

se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos estudantes e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos estudantes.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da Unipampa, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

A acessibilidade metodológica está balizada no artigo 24, do Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, reconhecendo o direito das pessoas com deficiência à educação.

Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, será assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2009). Segundo o art. 112, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, os requisitos de acessibilidade tomam como base o conceito de “pessoa com deficiência”, sendo definida como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No curso, o acesso ao currículo, para qualquer tipo de impedimento das pessoas com deficiência, requer, antes de tudo, condição que possibilite a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, mas também acesso aos materiais e metodologias de apoio pedagógico com a finalidade de representação e expressão da aprendizagem.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade deve prever a utilização das tecnologias assistivas no planejamento da estrutura curricular, adequadas aos objetivos, às metodologias, à avaliação e à temporalidade das atividades.

O planejamento da estrutura curricular visa também assegurar condições de permanência do sujeito com deficiência. Para tal, a Unipampa aprovou a Resolução CONSUNI/ nº 328/2021, que apresenta as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do PPC e a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência, na qual o capítulo II contempla a acessibilidade metodológica. Após esse pequeno recorte inicial, coube-nos revisar as instalações dos polos para que todos pudessem ser recebidos de forma acolhedora e com as necessidades de que necessitavam. Como já mencionamos anteriormente, primamos pela flexibilização curricular e a interdisciplinaridade com a recuperação imediata da aprendizagem em eixos e sequências de componentes que propiciam o crescimento intelectual e construto de aprendizagens significativas ao longo do curso.

Propiciam também períodos letivos especiais de verão e inverno, além de possibilidade de matrícula em componentes no caráter remoto, pela excepcionalidade da pandemia, que perdurou dois anos, e hoje é uma realidade em alguns cursos da instituição. Elencamos que todos os componentes curriculares foram pensados e idealizados com as diretrizes curriculares nacionais vigentes. É importante frisar que durante todo curso além dos professores, temos interfaces EaD (nos polos institucionais), além da coordenação de tutoria/interface, que auxiliaram todo o corpo discente em todas as questões pedagógicas e administrativas do curso.

Lembramos que trabalhamos com a flexibilização curricular, entendendo que no mundo contemporâneo, com saberes e competências reconstruídas não se faz necessário o uso de pré-requisitos.

A oferta da componente curricular de Libras, com carga horária de 60h, é ofertada conforme preconiza a legislação vigente, mas entendemos que há mais a se aprender no quesito; por esta razão, consta como obrigatória o componente curricular Acessibilidade digital. No início do curso, para todos, é oferecido Introdução às Tecnologias (para acesso ao Moodle e familiarização com os conceitos e ambientes virtuais) e o componente de Letramento Digital. A fim de

aprofundar os estudos, temos como componente complementar o Letramento Digital II e outros componentes ligados à área.

Ao todo, o curso tem duração de 8 (oito) semestres. É importante ressaltar que o tempo máximo de permanência no curso, tendo em vista que ele é institucional, é de 16 (dezesesseis) semestres, salvo exceções de estudantes com necessidades educativas especiais, ou polos fomentados pela UAB com editais próprios.

A inclusão na Educação Superior está prevista na atual legislação educacional brasileira e é um princípio da educação. De acordo com a política nacional vigente, são considerados estudantes com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, 2008, p. 15). No tocante especificamente à Educação Superior, para além da legislação prevista de forma geral, segundo o qual a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e

profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional.

Nesse sentido, estão previstas flexibilizações em quatro eixos centrais:

1. nos métodos de ensino – superação do paradigma expositivo tradicional;
2. no formato e na utilização dos instrumentos de avaliação – rompimento com padrões únicos de expressão do conhecimento e da aprendizagem;
3. nos materiais didáticos utilizados – recursos de tecnologia assistiva e formatos alternativos de informação;
4. nas atividades orientadoras de acompanhamento da aprendizagem (atividades educativas individualizadas, quando necessário).

Também apresenta orientações para a inclusão na Educação Superior o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior, com enfoque em acessibilidade física e acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica), a qual caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. A forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará a remoção das barreiras pedagógicas e está relacionada diretamente à atuação docente.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o acesso, a participação e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação enfatiza a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) – modalidade que perpassa os diferentes níveis de ensino e que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para minimizar limites para a participação dos discentes, considerando suas necessidades educacionais específicas (NEE), as quais são advindas de condições de deficiências.

O atendimento educacional especializado (AEE, 2011) é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da

Língua Brasileira de Sinais, na Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, no sistema Braille, no Soroban, na orientação e mobilidade, nas atividades de vida autônoma, na comunicação alternativa, no desenvolvimento dos processos mentais superiores, nos programas de enriquecimento curricular, na adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, na utilização de recursos ópticos e não ópticos, na tecnologia assistiva e outros.

Na Unipampa, o apoio e orientação aos acadêmicos e docentes – atendimento educacional especializado – têm sido efetivados pelo NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) e por pedagogas, técnicos em assuntos educacionais e psicólogas designadas em cada polo institucional para auxiliar nesse atendimento.

Para tanto, prevê-se a orientação do atendimento aos discentes com deficiência com base no trabalho colaborativo entre os profissionais especializados e os docentes e gestores, com o estabelecimento de parcerias com os profissionais do AEE na instituição que, em conjunto com o professor do componente curricular, identificam as barreiras que impedem o acesso dos discentes aos elementos curriculares, providenciando metodologias de ensino e de aprendizagem compatíveis às características e necessidades pedagógicas.

No âmbito do curso, a flexibilização curricular e o atendimento diferenciado se beneficiam pela característica didático-pedagógica do trabalho interdisciplinar, que proporciona interação entre estudantes com níveis cognitivos diversificados o que, por sua vez, é um modo de promover a inclusão social, por meio da aprendizagem significativa.

O trabalho colaborativo entre os professores é uma estratégia efetiva para auxiliar o educador a lidar melhor com as diferenças. O curso disponibiliza e implementa métodos e técnicas de trabalho didático-pedagógico pautados na concepção de atividades flexíveis, interdisciplinares e colaborativas, incentivando a customização de alternativas e de instrumentos de acesso ao currículo.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e de aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas universidades ampliaram o acesso às informações de diferentes formas para os acadêmicos. A diversidade de mídias digitais passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. No meio educacional, temos vivido a busca de qualificação e a necessidade de conhecimento educacional aliados à inserção da tecnologia informatizada no espaço escolar, pois, em muitos casos, as estruturas da escola não foram suficientemente qualificadas no campo das benfeitorias (laboratórios) nem no que se refere aos recursos humanos (professores).

Todavia as políticas públicas relacionadas ao ensino avançaram na definição de que as tecnologias da informação e da comunicação devem ser uma constante no ambiente escolar. A dinamização de informações disponíveis, a facilidade de acesso, encaminharam para a necessidade de aproximação dos educadores com a prática científica e o uso de recursos tecnológicos.

Os contextos da Educação Básica e Superior demandam o desenvolvimento e a habilidade de retroalimentação de práticas educativas sistemáticas que podem ser auxiliadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação. As exigências feitas pelo mundo globalizado têm provocado mudanças significativas também no contexto educacional, exigindo habilidades e competências para aprender cooperativamente.

Os conteúdos e experiências vividos no percurso formativo são a base em que nós nos apoiamos para empreender novos projetos. Com a evolução das novas TIC, uma realidade em expansão é a modalidade da EaD e os softwares educacionais, evidenciando a necessidade de despir-se da maneira tradicional de compreender o universo do ensinar e do aprender.

Para o desenvolvimento das atividades, os docentes utilizam-se da Plataforma Moodle e contam com o suporte de diversos outros recursos, tais como blogs, podcasts, sites acessíveis, produção de vídeos acessíveis (legendas, ampliações, presença de intérpretes). Há permanente busca por recursos mais interativos e atualizados proporcionando situações cada vez mais interativas entre docentes, discentes, mediadores, interfaces e tutores.

Em atendimento ao que prescreve a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2020, especial atenção deve ser dada quanto à vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em diversos contextos de ensino e de aprendizagem.

Acreditamos que, para além de uma abordagem tecnicista quanto à necessidade vital dos recursos digitais para os professores do século XXI, há o importante papel do letramento e da fluência digital para que os discentes se tornem cidadãos participativos em nossa sociedade contemporânea.

O acesso e vivência com os recursos digitais em ambiente acadêmico instrumentalizado para agir e interagir com o mundo, posicionando-o como agente transformador da sua realidade, ao produzir conhecimento e desenvolver competências complexas. Em outras palavras, a inserção de recursos digitais aliados a uma perspectiva crítica, proporciona que consumidores de informação se transformem em agentes ativos na análise e produção de artefatos culturais.

De acordo com Jenkins *et al.* (2008), apesar de algumas competências e habilidades serem construídas através da interação espontânea com os recursos digitais, três aspectos devem ser considerados para receber intervenção pedagógica:

1. o acesso desigual aos meios digitais, o que ocasiona desigualdade de oportunidades, experiências, habilidades e conhecimento;
2. a falta de criticidade sobre como as mídias configuram e moldam as percepções de mundo;
3. a ética emergente no que diz respeito às formas de se relacionar e socializar (pessoal e profissionalmente), o que poderá oportunizar suas

práticas como participantes ativos, críticos e éticos na sociedade atual, seja nos meios digitais ou não.

Ao abordar esses aspectos norteadores, através da utilização das TIC em espaços pedagógicos, o educador contribui para o acesso aos meios digitais e, acima de tudo, proporciona oportunidades para que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que os tornarão participantes ativos na construção da cultura.

2.5.4.1 Outros recursos didáticos: Equipe Multidisciplinar

A Divisão de Educação a Distância, DED/PROGRAD, constituiu a Equipe Multidisciplinar²⁶, conforme Portaria nº 1.688, de 25 de novembro 2021, formada por diferentes profissionais que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição que ofertam atividades na modalidade a Distância, com contínuo diálogo entre os NDEs, coordenadores de curso (com ou sem fomento externo), docentes, tutores, bolsistas de convênios de fomento externo de cursos EaD e técnico-administrativos em educação que participam direta e indiretamente das ações propostas pela equipe.

A DED, vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento, Avaliação e Acreditação da Pró-Reitoria de Graduação, tem como um de seus objetivos assessorar a implantação e desenvolvimento de cursos e projetos mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e a EaD na instituição. É nesse contexto que nosso curso tem estreita e constante relação com a DED, a fim de propiciar processos de melhoria constante em nossa forma de apresentar e construir conhecimentos.

²⁶ Anteriormente tínhamos servidores técnico-administrativos em cada função. Por oportuno, tendo em vista a dinamicidade dos trabalhos, foi instituída a equipe multidisciplinar, que atende a diversidade de demandas do curso. De acordo com os Referenciais para a educação superior a distância (2007), a equipe multidisciplinar deve estar integralmente expressa no Projeto Pedagógico de um curso na modalidade a distância.

Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar é configurada a partir da atuação da Divisão de EaD, em parceria com outros setores da instituição. Cria-se, portanto, uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD, alinhando-se ou assemelhando-se a um Plano de Contingência para as ações da modalidade. As ações da Equipe Multidisciplinar estão em consonância com as normativas sobre regulação e avaliação de cursos, Projetos Pedagógicos de Cursos e PDI - 2019/2023 (Iniciativas e metas relativas à modalidade EaD), a seguir descritas:

1. Assessorar a implementação de cursos e projetos de educação mediados por tecnologias educacionais no âmbito da educação aberta e a distância
Público: comunidade acadêmica
Periodicidade: semestral
Setor responsável: DED/PROGRAD
2. Auxiliar as coordenações de curso e NDEs na atualização do Projeto Pedagógico do Curso
Público: Coordenadores de cursos
Periodicidade: semestral
Setor responsável: Núcleo de Projetos Pedagógicos de Cursos - NPPC/DPDA/PROGRAD; DED/PROGRAD
3. Prestação de assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA)
Público: Docentes dos cursos
Periodicidade: semestral
Setor responsável: DED / PROGRAD
4. Planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem para a modalidade de educação a distância.

Público: Comunidade Acadêmica dos Cursos

Periodicidade: semestral

Setor responsável: DED/PROGRAD

5. Promoção de atividades de formação e capacitação para uso do AVA institucional, ferramentas de TICs, gravação e edição de videoaulas e materiais audiovisuais, aos docentes, tutores e demais profissionais envolvidos no desenvolvimento dos cursos EaD e presenciais que ofertam carga horária EaD

Público: Docentes, tutores e demais profissionais envolvidos em cursos EaD

Periodicidade: semestral

Setor responsável: DED/PROGRAD

6. Atuação na concepção, produção e disseminação de tecnologias, de metodologias e dos recursos educacionais para a educação a distância

Público: Coordenações e docentes de cursos

Periodicidade: semestral

Setores responsáveis: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e DED/PROGRAD

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No processo educativo, avaliar pressupõe a continuidade e a inclusão da autoavaliação dos participantes (estudantes e professores). Este processo é efetivado através da observação metódica e sistemática nos processos de ensino e de aprendizagem, elaborando um acompanhamento criterioso das ações planejadas, efetivadas ou não, definidas previamente com objetivos de aprendizagem intencionais, concretos, realizáveis e observáveis.

Sendo assim, o planejamento dos processos de ensino e de aprendizagem necessita ser articulado, de modo que a escolha dos conteúdos programáticos esteja associada às intenções dos objetivos de aprendizagem, bem como com os critérios avaliativos, e todos estes precisam ser explicitados no plano de ensino.

Na teoria sociointeracionista de aprendizagem humana, assumida neste curso, o papel coerente da avaliação processual é o de prevenir e/ou diagnosticar o andamento do planejamento docente, servindo para identificar se e como os estudantes estão aprendendo o que os professores planejaram ensinar.

Para que tais processos possam ser adequadamente acompanhados, há que se ter clareza dos objetivos de aprendizagem para cada ação planejada no plano de ensino e como é possível identificar/avaliar se estes estão sendo alcançados por todos os estudantes.

Para viabilizar o processo, o professor, com olhar educado para a observação (FREIRE, 2008), elabora um instrumento para a avaliação processual, com o nome dos estudantes, as atividades solicitadas, os objetivos de aprendizagem, e os critérios avaliativos. Ao longo do semestre, ele coleta indícios, fatos, relativos aos processos subjetivos dos estudantes e da sua prática com eles, analisa-os metodologicamente, a fim de continuamente qualificar e/ou modificar as estratégias planejadas, quando a realidade assim demandar.

Relembrando que “olhar sem pauta se dispersa” (FREIRE, 2008) e, por isso, o professor precisa conhecer e ter ressignificado para si o conhecimento cientificamente reconstruído sobre quais são os indícios, fatos que justificam afirmar se os estudantes estão aprendendo ou não, pois a competência didática tem a ver com o saber como os seres humanos aprendem e o saber fazer os sujeitos aprenderem (PERRENOUD, 2000).

Sendo assim, conforme o Regimento Geral da Unipampa, Resolução nº. 29/2011, no que se refere ao desempenho Acadêmico:

Art. 56 - A aprovação nas atividades de ensino dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo de seu período de realização, na forma prevista no Plano de Ensino, sendo o resultado global expresso em nota, conforme estabelecido pelo Regimento Geral da Universidade.

§ 1º - O discente que alcançar a nota final mínima de 6 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação de ensino, além de frequência mínima de 75% da carga horária da componente curricular, será considerado aprovado.

§ 2º - O resultado das atividades de ensino deverá ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis, após a sua realização.

§ 3º - É assegurado ao discentes vistas aos documentos referentes à sua avaliação, após a divulgação do resultado.

§ 4º - Caberá à Secretaria Acadêmica de cada campus o armazenamento dos registros de nota final, bem como os demais registros acadêmicos existentes.

Além disso, de seguir as orientações institucionais sobre os processos avaliativos, explicitamos algumas dimensões, que precisam ser descritas nos Planos de Ensino de cada docente:

- a) **reflexiva:** encaminha para fornecer subsídios para que os discentes possam pensar sobre seu desempenho e sobre como estão se envolvendo com os conteúdos programáticos;
- b) **recíproca:** envolver a descrição de quando e como serão realizados os processos de autoavaliação (de estudantes, professores, componente curricular), o que deverá acontecer no mínimo duas vezes no semestre (meio e final);
- c) **contínua:** que inicia com a descrição da estratégia utilizada para o diagnóstico do conhecimento prévio dos estudantes, a fim de se identificar de qual lugar o grupo parte e, a cada ação planejada, há necessidade de se refletir criticamente, de considerar o critério de reciprocidade, da estratégia sistemática de acompanhamento processual escolhida;
- d) **singular:** coerente com as dimensões anteriores, esta percebe e respeita as diferenças dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. Tal opção pressupõe considerá-los como sujeitos coletivos e singulares, uno/diversos (MORIN, 2000) em relação à troca/produção/reconstrução e socialização de conhecimento.

Instrumentos avaliativos inclusivos estão previstos e serão consideradas as adaptações metodológicas e de conteúdo estabelecidas no currículo dos

discentes com deficiência. Também serão consideradas as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem, incluindo-se ações/formas de apoio para realização das avaliações dos discentes, considerando suas especificidades, com indicação de práticas que serão adotadas para esta tarefa, de acordo com a área de conhecimento.

O processo avaliativo desenvolvido desta maneira descrita, considera a necessidade indissociável da retroalimentação das aprendizagens, através da leitura atenta pelos professores das atividades realizadas, apontando o que está adequado, o que pode melhorar, sugerindo alternativas para complementação do trabalho, considerando que a aprendizagem é um processo e sempre pode avançar.

2.6.1 Plágio acadêmico

O plágio acadêmico é uma violação dos direitos autorais de outrem com implicações cíveis e penais. O plágio se configura quando o acadêmico copia ideias, conceitos ou frases de outro autor sem lhe dar o devido crédito. De acordo com a cartilha “Direito Autoral: conheça e participe desta discussão sobre a cultura no Brasil”, publicado pelo MinC, em 2008, disponível no *site*, a propriedade intelectual é protegida por lei. Além da lei brasileira que regula os direitos autorais (Lei Federal nº 9.610/98), também existe uma convenção universal, assinada em Genebra, em 6 de setembro de 1952, que protege o direito autoral em todos os países que aderiram ao documento, inclusive o Brasil. De acordo com o Código Civil, Art. 524, “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que, injustamente, os possua”.

De acordo com o Código Penal brasileiro, o crime contra o Direito Autoral está previsto nos Artigos 7, 22, 24, 33, 101 a 110, e 184 a 186 (direitos do Autor formulados pela Lei 9.610/1998) e 299 (falsidade ideológica). O autor lesado pelo plágio pode entrar na justiça com ação indenizatória e as penalidades variam de multa até a reclusão (podendo chegar a 5 anos). Portanto, a identificação de plágio

acadêmico acarretará a não aceitação do trabalho e a reprovação sumária no componente curricular, além das medidas jurídicas cabíveis ao caso.

As licenças *Creative Commons* são um sistema alternativo às licenças tradicionais de utilização de obras protegidas. No entanto, é importante que o acadêmico observe sob qual tipo de licença *Creative Commons* um autor disponibiliza a sua obra, para saber como poderá utilizá-la legalmente. Mais informações sobre as licenças *Creative Commons* estão disponíveis no site <https://creativecommons.org/>.

2.7 APOIO AO DISCENTE

No PDI da Unipampa (2019-2023), é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na Unipampa são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo PDI e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: programa de bolsa permanência, programa de apoio à instalação estudantil, Programa de Desenvolvimento Acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

De acordo com o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 239, de 25 de abril de 2019, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), de cada campus, contempla uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar de acordo com as especificidades e demandas de cada campus, a fim de garantir a execução e

articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (DECRETO nº 7.691/2011).

As principais atividades do NInA são:

- a) identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais;
- b) criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação nos componentes curriculares nos cursos da Unipampa;
- c) identificar as condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da Unipampa;
- d) desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes e servidores técnico-administrativos, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva.

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução nº 328/2021) e a Resolução nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para discentes com deficiência.

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, foi aprovada a Resolução nº 328/2021 que institucionaliza as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos

Formativos Flexíveis, contemplando também o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes visando à autonomia e independência na Instituição e fora dela, a partir da avaliação da equipe multidisciplinar.

Ainda, a Resolução nº 240/2019 prevê, no art. 5º, a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para estudantes com deficiência. Também, são desenvolvidos os seguintes programas de assistência estudantil, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários:

- a) Programa de Apoio ao Ingressante;
- b) Plano de Permanência (PP), constituído pelos Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa;
- c) Programa de Moradia Estudantil João de Barro;
- d) Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche;
- e) Política de Assistência Estudantil para discentes indígenas e quilombolas;
- f) Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE);
- g) Programa de Apoio Emergencial (extrema vulnerabilidade socioeconômica);
- h) Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP) para acompanhamento a estudantes das ações afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência (PP);
- i) Programa de Participação de Mobilidade Acadêmica para auxílio em período de Mobilidade Acadêmica.

Além dessas ações, há o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), que possibilita o apoio na realização de atividades acadêmicas no contexto da graduação, através da concessão de bolsas nas modalidades de ensino e monitoria em componente curricular; pesquisa, desenvolvimento tecnológico e

inovação; extensão e cultura; ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica.

Também, a Pró-Reitoria de Graduação realiza Chamadas Internas para seleção de bolsistas que atuam na organização e oferta de atividades de nivelamento a discentes, em componentes curriculares com baixo aproveitamento, ou ainda editais de chamamento de mediadores virtuais pedagógicos.

Outra forma de apoio aos discentes é a possibilidade de usufruir dos serviços de tradução e interpretação entre a língua portuguesa e outros idiomas, no âmbito da Unipampa, nos termos da Instrução Normativa nº 35, 23 de dezembro de 2021, que estabelece os respectivos fluxos e procedimentos internos.

Dentre os serviços prestados pelos tradutores intérpretes institucionais, destacam-se o assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como: suporte linguístico a atividades desenvolvidas por estudantes internacionais; orientação de bolsistas em atividades relacionadas a idioma e internacionalização (com possibilidade de supervisão); dentre outras.

Visando contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização dos cursos, cabe mencionar a Resolução nº 300, de 10 de dezembro de 2020, a qual estabelece o Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão.

Também elaboramos redes de comunicação entre estudantes líderes de cada polo e os seus tutores. A coordenação de curso, assim como todos os docentes, disponibiliza horários de atendimentos individuais para demandas pontuais, além de rápida comunicação pelo aplicativo WhatsApp (e outros) e com os tutores presenciais e a distância, e interfaces para eventuais devolutivas e/ou encaminhamentos.

Pretendemos que programas de bolsas de pacote de dados (internet) sejam previstos para aqueles estudantes com dificuldade de acesso à Internet em situações de vulnerabilidade social.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira. As temáticas da EaD e da inclusão de discentes com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da Unipampa. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos discentes, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância

de contribuir com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição. É função do Núcleo Docente Estruturante do curso contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso, elaborar e propor projetos de combate à evasão e acompanhamento pedagógico dos discentes do Curso através de entrevistas, rodas de conversa, questionários etc.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-discentes vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso. É função do NDE propor procedimentos e critérios para a avaliação docente, discente e autoavaliação do Curso, através de reuniões periódicas, questionários, debates, fóruns, análise das informações enviadas pela ouvidoria, pelos relatórios de avaliação da CPA e análise dos resultados obtidos no ENADE. Dessa maneira, o NDE prevê as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos discentes sobre a importância de contribuir com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam

participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente. Cabe ao NDE utilizar os resultados para refletir acerca das condições e percepções dos egressos. Tal reflexão é um importante instrumento de debate, através do qual se constatará, de acordo com os indicadores, os sucessos ou deficiências no curso e sobre os quais novas ações poderão ser planejadas e executadas.

3 EMENTÁRIO

3.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador I**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60

EMENTA

Identificação e descrição do espaço escolar. Entrevistas orientadas de professores e gestores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer a escola selecionada, identificando e descrevendo sua infraestrutura, espaço físico, funcionamento, seus diferentes atores, a fim de ir construindo um diagnóstico metodológico da instituição na qual irá atuar ao longo do curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os limites e possibilidades da instituição escolar.
- ♣ Descrever os espaços investigados.
- ♣ Entrevistar sujeitos atuantes nos espaços investigados.
- ♣ Realizar observações como instrumento metodológico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão**. São Paulo: Espaço Educativo, 1998.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Qualidades da descrição**. In: GUEDES, Paulo Coimbra. Da redação escolar ao texto: um manual de redação. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.194-200 (pdf).

SCHWARTZ, S.; VIEIRA, M. A. **Orientações para o estágio supervisionado na docência: educando o olhar para a observação da prática**. 2020. Disponível

em:

https://www.researchgate.net/publication/347579535_Orientacoes_para_o_estagio_supervisionado_na_docencia_educando_o_olhar_para_a_observacao_da_pratica.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORTONI-RICARDO, Stela Maris; DE SOUSA, Maria Alice Fernandes. **Falar, ler e escrever em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2008.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**. 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior>

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Introdução à Licenciatura em Letras EaD**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Licenciatura em Letras: habilitações, limites e possibilidades. Iniciação à docência: reconhecimento do ambiente escolar; educação local, nacional e global.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer o curso, o Projeto Pedagógico, a habilitação, os limites e as possibilidades; diferenciar licenciatura de bacharelado; compreender e explicar os objetivos da profissão docente; identificar, definir, descrever concepções e conceitos iniciais que perpassam o curso e a profissão docente; identificar e conhecer as possibilidades de espaços de atuação profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar o curso de Letras, características, especificidades e habilitações.
- ♣ Identificar os objetivos da profissão docente em diferentes perspectivas.
- ♣ Produzir um glossário de conceitos.
- ♣ Pesquisar sobre diferentes espaços de atuação do profissional egresso do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GUEDES, Paulo G. **Da redação escolar ao texto**: um manual de redação. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

[http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-](http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior)

[911936531/educacao-superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior](http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior)

<https://www.guiadacarreira.com.br/blog/diferenca-entre-bacharelado-e-licenciatura>

ROSÁRIO, P.; NUNEZ, J. C.; PIENDA, A. G. **Comprometer-se com o estudar na universidade**: “cartas do Gervásio ao seu umbigo. Coimbra: Edições Almedina, 2006. Disponível em:

[https://www.academia.edu/13702120/COMPROMETER-](https://www.academia.edu/13702120/COMPROMETER-SE_COM_O_ESTUDAR_NA_UNIVERSIDADE_CARTAS_DO_GERV%C3%81SIO_AO_SEU_UMBIGO)

[SE_COM_O_ESTUDAR_NA_UNIVERSIDADE_CARTAS_DO_GERV%C3%81SIO_AO_SEU_UMBIGO.](https://www.academia.edu/13702120/COMPROMETER-SE_COM_O_ESTUDAR_NA_UNIVERSIDADE_CARTAS_DO_GERV%C3%81SIO_AO_SEU_UMBIGO)

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. 17. ed. **Prática de textos para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GUIMARÃES, J. C.; LIMA, M. A. **Empreendedorismo educacional**: reflexões para um ensino docente diferenciado. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/304663526_Empreendedorismo_educacional_reflexoes_para_um_ensino_docente_diferenciado acessado em 06/10/2022.

UNIPAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras na modalidade EaD**. Disponível em

https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/bitstream/riu/124/12/PPC_Letras_Portugues_EaD_Jaguarao_atualizado_2022.pdf.pdf acessado em 03/11/2022

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Fundamentos Linguísticos**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Linguística e Linguagem. Abordagens linguísticas. Concepções de linguagem. Linguística e ensino.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer o aparato teórico básico sobre os fatos gerais que envolvem a linguagem humana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer as concepções de linguagem.
- ♣ Identificar as contribuições da Linguística no ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Marcos Bagno (Trad.). 6. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística I**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

TODOROV, Tzvetan; DUCROT, Oswald. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com linguistas**. São Paulo: Parábola, 2003.

* outras referências poderão ser selecionadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Leituras do Fato Literário**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Introdução à leitura de textos literários com ênfase em variados gêneros e seus elementos constitutivos. Os conceitos sobre literatura como fenômeno estético e produto cultural de um determinado contexto sócio-histórico. Reflexão sobre o papel do escritor, do leitor e da crítica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver estratégias de letramento, a partir da leitura, interpretação e discussão de textos literários, em paralelo à leitura e discussão de textos de crítica literária, como forma de suporte à sua compreensão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Promover a aproximação do/a aluno/a à metalinguagem dos estudos literários, introduzindo-o nos componentes curriculares de Estudos Literários e demais componentes de literatura.
- ♣ Compreender a interação com o contexto sociocultural de produção e recepção do texto literário e o processo gerador do cânone e anti-cânone.
- ♣ Adquirir consciência sobre as próprias identidades sociais, reconhecendo e exercitando o princípio da alteridade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras culturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 11 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.

SANTOS, Luis A. Brandão; OLIVEIRA, Silvana P. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANDIDO, A. **Na sala de aula: cadernos de análise literária**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MORICONI, Italo (Org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. São Paulo: Objetiva, 2000.

NUNES, Benedito. **Narrativa histórica e narrativa ficcional**. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). **Narrativa: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

RESENDE, Beatriz (Org.). **Contemporâneos**. Expressão da literatura brasileira no séc. XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

WISNIK, José Miguel. **Sem receita: ensaios e canções**. São Paulo: Publifolha, 2006.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Bibliotecas. Ferramentas de comunicação assíncronas e síncronas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Familiarizar-se no uso do ambiente virtual de aprendizagem adotado pelo curso. Consultar referências *online*. Conhecer, comparar e utilizar diferentes tecnologias de comunicação, assíncronas e síncronas. Conhecer o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar os Ambientes Virtuais de Aprendizagem.
- ♣ Pesquisar sobre as bibliotecas digitais.
- ♣ Conhecer as ferramentas de comunicação (síncrona e assíncrona).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
 MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a Distância**. Summus, 2011. (Pontos e Contrapontos)
 TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas**. São Paulo: SENAC, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BARBOSA, Simone; SILVA, Bruno. **Interação humano-computador**. Campus, 2010.
 CARVALHO, Ana Amélia A. (Org.). **Manual de Ferramentas da Web 2.0 para Professores**. 2008. Disponível em: http://www.crie.min-edu.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf.
 DA SILVA, Robson Santos. **Moodle para autores e tutores**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2011.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 Bibliotecas Digitais em Informática na Educação e Repositórios digitais em geral
** Outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Práticas de Linguagem I**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Práticas de leitura. Aspectos e abordagens fundamentais da leitura. Concepções e tipos de leitura. Compreensão leitora.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver estudos referentes aos conceitos e tipos de leitura e ampliar a compreensão leitora.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar e compreender os conceitos e tipos de leitura.

- ♣ Aprofundar a compreensão leitora.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARLINO, Paula. **Escrever, ler e aprender na universidade: Uma introdução à alfabetização acadêmica**. RJ: Petrópolis: Vozes, 2017.
 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
 MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 74).
 SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COLOMER, Tereza; CAMPS, Ana. **Ensinar a ler e ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 PEREIRA, Vera Wannmacher; VIANA, Fernanda Leopoldina; MORAIS, José. **Processamento da leitura: decodificação e compreensão**. Letras De Hoje, v. 54, n. 2, p. 108-111, 2019.
 PERISSÉ, Gabriel. **Ler, pensar e escrever**. 4. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.
 SOUZA, Ana Cláudia de; RODRIGUES, Cássio. **Aspectos do desenvolvimento e do processamento cognitivo da leitura: uma perspectiva psicolingüística**. ReVEL, v. 6, n. 11, agosto de 2008. ISSN 1678- 8931 [www.revel.inf.br].
 TAPIA, Jesus Alonso; LOPEZ, Nuria Carriedo. **Como ensinar a compreender um texto?** Petrópolis: Vozes, 2017.

* Outras referências poderão ser selecionadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Letramento Digital**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Produção de conteúdos *online*. Edição colaborativa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer, comparar e utilizar tecnologias para a produção de conteúdos e a colaboração *online*.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Produzir conteúdos online.
- ♣ Editar conteúdos de maneira colaborativa.
- ♣ Utilizar ferramentas de edição disponíveis na Web.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEHAR, Patricia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre Penso 2013.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de. **Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial**. São Paulo: Blucher, 2022.

ROJO, Roxane Helena R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARANHA FILHO, Francisco. **Tecnologia no Ensino** (Ei! Ensino Inovativo, volume especial 2015). 10.13140/RG.2.1.3245.1921. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/view/3058>. acessado em 31/10/2022.

BASTOS, Rogério Cid; BIAGIOTTI, Breno. **MOOCs**: uma alternativa para a democratização do ensino. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo23/arti-aprov/127990.pdf> acessado em 01/11/2022.

COSCARELLI, Carla Viana. **Letramento Digital**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

2º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador II**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60

EMENTA

Elaboração de entrevistas com pais, responsáveis, líderes comunitários da comunidade de inserção. Análise metodológica das informações. Produção de relatório de campo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprofundar a identificação dos limites e possibilidades do contexto de inserção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar entrevistas com pais, responsáveis, líderes comunitários da comunidade de inserção;
- ♣ Entrevistar e analisar metodologicamente as informações coletadas.
- ♣ Descrever os achados, relacionando-os com os da Prática e Seminário Integrador I.
- ♣ Produzir o relatório de campo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (org.) **Métodos científicos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

FREITAS, B. M; BARGUIL, P. M. **Histórias de vida e pesquisa (auto)biográfica: contribuições para a formação da identidade docente**, disponível em <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2242>. acessado em 04/10/2022.

ABRAHÃO, M.H.M.B. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223> acessado em 04/10/2022.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita, repensar a reforma e reformar o pensamento**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

SCHWARTZ, Suzana. **Falar e escutar na sala de aula: propostas de atividades práticas**. RJ: Petrópolis: Vozes, 2018.

** Outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Introdução à Pesquisa**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Conceitos iniciais: ciência, senso comum, pesquisa: principais pressupostos; coleta e análise de informações; categorias de análise; diferentes estratégias metodológicas. Construção do currículo lattes como forma de aproximação com a ciência.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Identificar as principais características do conhecimento científico e como concretizá-las em um projeto de pesquisa;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer as diferentes possibilidades metodológicas para o desenvolvimento de estudos e/ou projetos científicos acadêmicos;
- ♣ Iniciar, desenvolver e elaborar um projeto de pesquisa;
- ♣ Desenvolver métodos de coleta e de análise de informações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AQUINO, I.S. **Como escrever artigos científicos**. Disponível em https://www.academia.edu/35869641/Como_escrever_artigos_cientificos_italo_d_e_souza_aquino_ed_saraiva, acessado em 30/09/2022

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1998.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos científicos**: disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> acessado em 02/10/2022

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MORIN, E. **A cabeça bem-feita, repensar a reforma e reformar o pensamento**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

ROSÁRIO, P.; NUNEZ, J.C.; PIENDA, A.G. **COMPROMETER-SE COM O ESTUDAR NA UNIVERSIDADE**: "CARTAS DO GERVÁSIO AO SEU UMBIGO.

Coimbra: Edições Almedina, 2006. Disponível em https://www.academia.edu/13702120/COMPROMETER-SE_COM_O_ESTUDAR_NA_UNIVERSIDADE_CARTAS_DO_GERV%C3%81S_IO_AO_SEU_UMBIGO acessado em 05/10/2022

SCHWARTZ, S. **Pesquisa científica para iniciantes** – disponível em https://www.academia.edu/49060181/PESQUISA_CIENT%C3%8DFICA_PARA_INICIANTES_O_QUE_PARA_QUE_COMO acessado em 04/10/2022.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Estudos Gramaticais I**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Conceitos básicos de análise fonética e fonológica. O sistema fonológico do português brasileiro. Regras e processos fonológicos do português brasileiro. Fonética, Fonologia e ensino.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender os mecanismos de produção da fala e o sistema fonológico do português brasileiro, articulando-os à prática do professor de Português na Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar o aparelho fonador humano.
- ♣ Identificar os segmentos consonantais e vocálicos do português brasileiro.
- ♣ Conhecer a transcrição fonética do português brasileiro.
- ♣ Identificar os principais conceitos da fonologia do português brasileiro.
Articular os conceitos de Fonética e Fonologia na prática do professor de Português na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIZELLO, Aline; OLIVEIRA, Julio Cesar Cavalcanti de. **Fonética e fonologia da língua portuguesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

CRISTÓFARO SILVA, Thais. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROBERTO, Tânia Mikaela Garcia. **Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BISOL, Leda (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BISOL, Leda (Org.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CRISTÓFARO SILVA, Cristóforo. **Exercícios de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2005. v. 2.

MORI, Angel Corbera. Fonologia. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Literatura Brasileira I**

♣ Carga horária total: 45

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudo do processo de formação da literatura brasileira e a tentativa de construção de uma identidade nacional. O cânone e, conseqüentemente, o silenciamento de determinados grupos, desde os textos formativos até o realismo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as raízes da diversidade linguística e cultural constitutiva da língua portuguesa falada no Brasil em diferentes contextos culturais através do estudo de textos literários.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o processo de formação da nação através da leitura e debate dos textos literários.
- ♣ Adquirir consciência sobre as próprias identidades sociais, reconhecendo e exercitando o princípio da alteridade.
- ♣ Desenvolver atitudes como empatia, flexibilidade e interesse por outras visões de mundo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 13 ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2012.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 11 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras culturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHALHOUN, S. **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000.

NUNES, Benedito. **Narrativa histórica e narrativa ficcional**. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

**Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Práticas de Linguagem II**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Práticas de oralidade. Lugar de fala e escuta ativa. Compreensão dos gêneros da oralidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender os principais aspectos da linguagem oral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os principais aspectos da oralidade: fala e escuta nas interações sociais e nas práticas textuais.
- ♣ Conhecer e desenvolver práticas de produção textual oral.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FÁVERO, Leonor Lopes. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SCHWARTZ, Suzana. **Falar e escutar na sala de aula: propostas de atividades práticas**. RJ: Petrópolis: Vozes, 2018.

** Outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHABOT, Daniel; CHABOT, Michel. **Pedagogia emocional**: sentir para aprender. São Paulo: Sá Editora, 2008.

ELIAS, Vanda Maria. **Ensino de língua portuguesa**: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto, 2011.

FAOUR, Carla. **A arte de escutar**: histórias que revelam a beleza de ouvir e ser ouvido. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

3º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador III**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60

EMENTA

Observação participante do cotidiano escolar: anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprender a educar o olhar para a observação da prática e das interações dinâmicas da sala de aula;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar uma pauta para o olhar na escola.
- ♣ Observar o cotidiano escolar nos anos finais do Ensino Fundamental (três dias de aulas);
- ♣ Observar o cotidiano escolar no Ensino Médio (três dias de aulas);
- ♣ Descrever, sem inferências, tudo que for visto e ouvido ao longo das observações participantes;
- ♣ Analisar criticamente, à luz do referencial teórico sobre o tema, as informações coletadas;
- ♣ Produzir texto descritivo das observações realizadas.
- ♣ Investigar os espaços escolares

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, M. **Observação, Registro e Reflexão**. São Paulo: Espaço Educativo, 1998.

MONICO, L.S.; ALFERES, P.A; CASTRO, P.M.P. **A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participant_e_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa acessado em 04/10/2022.

SCHWARTZ, S.; VIEIRA, M.A. **Orientações para o estágio supervisionado na docência: educando o olhar para a observação da prática**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/347579535_Orientacoes_para_o_estagio_supervisionado_na_docencia_educando_o_olhar_para_a_observacao_da_pratica acessado em 02/09/2022.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acessado em 28/09/2022.

Tudo o que você precisa saber sobre intervenção pedagógica: conceito, pesquisa e prática disponível <https://blog.saraivaeducacao.com.br/intervencao-pedagogica/> acessado em 04/10/2022.

DAMIANI, M.F; CASTRO, R.F.de. **Os sinais de pontuação e o texto acadêmico-argumentativo**: uma intervenção pedagógica sobre a escrita de estudantes de Pedagogia a distância. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/358866762_Os_sinais_de_pontuacao_e_o_texto_academico-argumentativo_uma_intervencao_pedagogica_sobre_a_escrita_de_estudantes_de_Pedagogia_a_distancia acessado em 04/10/2022

DAMIANI, M.F. et al. **Discutindo Pesquisas do Tipo Intervenção Pedagógica**. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822> acessado em 04/10/2022

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Estudos Gramaticais II**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Correlação das classes de palavras com as funções sintáticas. A morfossintaxe na prática docente.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas. Articular a morfossintaxe com o ensino de Língua portuguesa na Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Conhecer as classes de palavras abertas e fechadas.

- ❖ Analisar o funcionamento das flexões de classes gramaticais em orações.
- ❖ Conhecer e analisar as funções sintáticas.
- ❖ Reconhecer a organização sintática das sentenças do português brasileiro.
- ❖ Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas.
- ❖ Articular a morfossintaxe com o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Carlos Maurício da. **A análise morfossintática e o estudo dos sintagmas**: sugestões metodológicas. Palimpsesto, n. 19, ano 13, p. 399-413, 2014.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth E. Vasconcelos Lopes. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUTICHUK, Inez. **Prática da morfossintaxe**: Como e por que aprender análise (morfo) sintática 3. ed. Baurer, SP: Manole, 2018.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO OLIVEIRA, F. **O ensino de morfologia na educação básica**: algumas reflexões e propostas. Revista do GELNE, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 72–82, 2021. DOI: 10.21680/1517-7874.2021v23n1ID20850. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/20850>. Acesso em: 29 out. 2022.

FIORIN, José Luiz. (Org.). **Introdução à linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça; SOUZA E SILVA, Maria Cecília de. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1986.

MACAMBIRA, José Reboças. **A estrutura morfossintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Produção Textual Acadêmica**

- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Normas para trabalhos acadêmicos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Conhecer e aplicar as normas em trabalhos acadêmicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer e utilizar os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico.
- ♣ Conhecer e utilizar as normas para trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, I. **Análise de Textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHWARTZ, Suzana. **Seminários, resumos, resenhas...** disponível em https://www.researchgate.net/publication/343385950_RESUMO_RESENHA_SEMINARIO_E_OUTROSPARA_QUE_E_COMO acessado em 21/10/2022.

VIANA, Antônio Carlos; VALENÇA, Ana; CARDOSO, Denise Porto; MACHADO, Sônia Maria. **Roteiro de redação: lendo e argumentando**. São Paulo: Scipione, 1998.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Literatura Brasileira II**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudo sobre a consolidação, expansão e afirmação dos valores modernistas e suas consequências sociais e culturais. A relação entre o movimento modernista e a Tropicália, e o surgimento de novos contextos culturais que se expressam em manifestações contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as relações entre tradição e modernidade, aperfeiçoar a capacidade de leitura de textos complexos e da expressão escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o processo de formação da nação através da leitura e debate dos textos literários.
- ♣ Adquirir consciência sobre as próprias identidades sociais, reconhecendo e exercitando o princípio da alteridade.
- ♣ Desenvolver atitudes como empatia, flexibilidade e interesse por outras visões de mundo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 13. ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2012.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 11. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras culturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHALHOUB, S. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000.

NUNES, Benedito. **Narrativa histórica e narrativa ficcional**. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). **Narrativa**: ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Práticas de Linguagem III**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Prática de escrita em diferentes contextos. Escrita criativa.

OBJETIVO GERAL

♣ Estimular a produção autoral da escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Identificar e compreender elementos básicos em diferentes gêneros textuais.

♣ Produzir textos autorais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Trad. Édina de Marco. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880> Acessado em 01 de março de 2023.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis (Org.). **A escrita criativa: pensar e escrever literatura**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012

DINIZO, Renata. **Escrita criativa: o prazer da linguagem**. São Paulo: Summus, 2008.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORGES, Jorge Luis. **Pierre Menard: autor do Quixote**. In: Ficções. São Paulo: Globo, 2001.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

ATWOOD, Margaret. **Negociando com os mortos: a escritora escreve sobre seus escritos**. Rio de Janeiro: Rocco. 2004.

GARDNER, John. **A arte da ficção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

TCHEKOV, Anton. **Sem trama e sem final: 99 conselhos de escrita**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Educação Inclusiva**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Conceitos iniciais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e o currículo. Tecnologia Assistiva. Experiências bem-sucedidas de inclusão escolar.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Caracterizar a inclusão, a escola inclusiva, os diferentes atores e seus papéis. Compreender o trabalho didático-pedagógico com estudantes com necessidades educativas especiais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Atender ao aluno com necessidades educativas especiais;

- ♣ Estudar a trajetória da Educação Especial;
- ♣ Compreender a diversidade linguística e cultural;
- ♣ Estudar as Políticas Públicas para Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIMBATI, **O QUE É (E O QUE NÃO É) O AEE.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/19688/o-que-e-e-nao-e-o-ae> acessado em 06/10/2022.

CAVALCANTE, M. **Caminhos da inclusão no Brasil.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/7463/caminhos-da-inclusao-no-brasil> acessado em 06/10/2022.

LOYOLA, R. **Caminhos especiais para alunos idem.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/7393/cuidados-especiais-para-alunos-idem> acessado em 06/10/2022.

CAVALCANTE, M. **Inclusão promove justiça.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica> acessado em 06/1-/2022.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva: linguagem e mediação.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Declaração de Salamanca. 2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavióli; ARANTES, Valéria Amorin. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, David (Org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva. Quem cabe no seu TODOS?** Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1999.

ZACCHI, Vanderlei J.; ROCHA, Claudia Hilsdorf Org. **Diversidade e Tecnologias no Ensino de Línguas.** São Paulo, SP: Blucher, 2020. 204 p ISBN 9786555060560. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/9786555060560> . Acesso em: 13 outubro. 2022

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

4ºSEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60

EMENTA

Unipampa Cidadã. Elaboração do Projeto de intervenção na escola, baseado na coleta e análise metodológica das informações da Prática Pedagógica e Seminário e Integrador I, II, III.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer o método investigativo de intervenção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer e utilizar a metodologia de projeto de intervenção.
- ♣ Elaborar projeto com base nos limites identificados no contexto de inserção.
- ♣ Socializar os diferentes projetos elaborados a fim de encaminhar sua viabilização.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Tudo o que você precisa saber sobre intervenção pedagógica: conceito, pesquisa e prática disponível <https://blog.saraivaeducacao.com.br/intervencao-pedagogica/> acessado em 04/10/2022.

DAMIANI, M.F; CASTRO, R.F.de. **Os sinais de pontuação e o texto acadêmico-argumentativo:** uma intervenção pedagógica sobre a escrita de estudantes de Pedagogia a distância. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/358866762_Os_sinais_de_pontuacao_e_o_texto_academico-argumentativo_uma_intervencao_pedagogica_sobre_a_escrita_de_estudantes_de_Pedagogia_a_distancia acessado em 04/10/2022

DAMIANI, M.F. et al. **Discutindo Pesquisas do Tipo Intervenção Pedagógica.** Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822> acessado em 04/10/2022

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos científicos**: disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acessado em 28/09/2022.

* *outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Estudos Gramaticais III**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Significado e sentido. Fenômenos semânticos sob a perspectiva da abordagem referencial e mentalista. Principais conceitos semióticos. Semântica e semiótica no ensino de língua portuguesa.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Estudar os principais aspectos semânticos e semióticos no ensino de língua portuguesa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Distinguir significado e sentido;
- ❖ Conhecer e identificar alguns fenômenos semânticos sob a perspectiva da abordagem referencial e mentalista;
- ❖ Compreender os principais conceitos da semiótica;

- ❖ Articular os principais conceitos semânticos e semióticos com o ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LOPES, Monclair Guimarães. **Análise linguística e semiótica**. In.: LOPES, Monclair Guimarães; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Fundamentos e métodos para o ensino de língua portuguesa. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. **Teoria semiótica**: a questão do sentido. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 3

FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (orgs.). **Semântica, semânticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.

FONTANARI, R. **Como ler imagens?** A lição de Roland Barthes. Galáxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 144-155, abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016122392>.

MACHADO, Irene. **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: FAPESP/Anna Blume, 2007a, pp.15-23.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica**. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2, p. 55-80

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Linguística Aplicada ao ensino e aprendizagem de língua portuguesa**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

A Linguística Aplicada ao ensino e a aprendizagem de língua portuguesa. O ensino e a aprendizagem de gêneros discursivos/textuais. O ensino de língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiótica. Planejamento das aulas de língua portuguesa. O ensino de língua portuguesa à luz da Base Nacional Comum Curricular.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as contribuições da Linguística Aplicada ao ensino e a aprendizagem de língua portuguesa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as contribuições da Linguística Aplicada ao ensino e a aprendizagem de língua portuguesa.
- ♣ Reconhecer os gêneros discursivos/textuais como centro de ensino de língua portuguesa.
- ♣ Desenvolver metodologias de ensino de língua portuguesa de oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiótica.
- ♣ Conhecer a importância do planejamento para o ensino de língua portuguesa.
- ♣ Relacionar a Linguística Aplicada à Base Nacional Comum Curricular.
- ♣ Estudar o planejamento das aulas de língua portuguesa.
- ♣ Estudar o ensino de língua portuguesa à luz da Base Nacional Comum Curricular.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo, SP: Parábola, 2003.

BATTISTI, Juliana. **Linguística aplicada ao ensino do português**. Porto Alegre, SER - SAGAH, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília - DF: MEC, 2018.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: uma escola possível**. São Paulo, SP: Parábola, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo, SP: Parábola, 2017.

FINKENAUER, Letícia. **Metodologia do ensino da linguagem**. Porto Alegre, SER - SAGAH, 2017

KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. **Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MACHADO, Anna Rachel. **Linguagem e educação: o ensino e a aprendizagem de gêneros textuais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Acessibilidade e Inclusão Digital**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Acessibilidade e Desenho Universal. Legislação de Acessibilidade. Normas Técnicas de Acessibilidade. Sistemas Alternativos para Comunicação. Informática Acessível e Recursos de Tecnologia Assistiva. Produção de Materiais Educacionais Digitais Acessíveis.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a acessibilidade e sua inter-relação com o processo de inclusão digital na perspectiva do Desenho Universal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Avaliar e propor materiais educacionais digitais visando à acessibilidade na maior extensão possível.
- ♣ Estudar a acessibilidade e o Desenho Universal;
- ♣ Estudar sistemas alternativos para educação;
- ♣ Estudar recursos da Tecnologia Assistiva;
- ♣ Produzir materiais digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.) **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

REILY, L. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MANTOAN, M. T. E; BARANAUSKAS, M. C. C. (Orgs.). **Atores da inclusão na universidade**: formação e compromisso. Campinas: UNICAMP/BCCL, 2009.

MELO, A. M.; PUPO, D. T. **Livro acessível e informática acessível**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

VIVARTA, VEET (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI/Fundação Banco do Brasil, 2003.

WERNECK, C. **Quem cabe no seu TODOS?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Literaturas Lusófonas**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudo das manifestações literárias e culturais proveniente de territórios invadidos por Portugal e os processos de resistência que moldaram as respectivas particularidades nacionais, seus desdobramentos sociais e históricos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer o conceito de lusofonia e refletir sobre a importância de uma abordagem transcultural e transétnica no ensino de línguas e literaturas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender, através do estudo dos textos literários e/ou outras manifestações culturais, as consequências de processos de disputas culturais em diferentes territórios, especialmente em países da África e da diáspora africana;
- ♣ Adquirir consciência sobre as próprias identidades sociais, reconhecendo e exercitando o princípio da alteridade;

- ♣ Desenvolver atitudes como empatia, flexibilidade e interesse por outras culturas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Camões épica e lírica**. São Paulo: Scipione, 2001.
- CHAVES, Rita. Angola e Moçambique. **Experiência colonial e territórios literários**. São Paulo: Ateliê, 2005.
- MOISÉS, M. **A literatura portuguesa através dos textos**. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- MOISÉS, M. **A literatura portuguesa**. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. 17. ed. Porto: Porto, 1996.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- AGA, T. **História da literatura portuguesa I – Idade Média**. Lisboa: Europa América, 1985.
- BRASIL, Reis. **A cantiga de amor e a evolução do lirismo português**. Lisboa: Coleção Caravela, 1960.
- FIGUEIREDO, Maria do Carmo; FONSECA, Maria Nazareth (orgs.). **Poéticas afrobrasileiras**. Belo Horizonte: Mazza/PUC Minas, 2002.
- MELLO e SOUZA, Marina de. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.
- MUNANGA, Kabengelê e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.
- RAMOS, Péricles da Silva. **Poesia barroca**. São Paulo: Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1977.
- SPINA, S. **A lírica trovadoresca**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Organização do Trabalho Pedagógico**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Concepções de ensino, aprendizagem, planejamento, intervenção, avaliação na prática pedagógica. Organização administrativa e pedagógica da escola. Pressupostos pedagógicos e epistemológicos dos processos de ensino e de aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Identificar e diferenciar as teorias da aprendizagem humana;
- ♣ Analisar e compreender as concepções de planejamento, intervenção didática e avaliação na prática pedagógica coerentes com estas teorias;
- ♣ Compreender para que e como as teorias se articulam com o trabalho docente em sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer as Teorias da aprendizagem;
- ♣ Identificar as abordagens dos processos de ensino e prática educativa: implicações na prática escolar/ Tendências pedagógicas
- ♣ Estudar aspectos do planejamento: concepção, modalidades, elementos (Objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e avaliação). O planejamento como ato político e de intencionalidade.
- ♣ Analisar e compreender a intervenção didática e a avaliação pedagógica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BECKER, F. **Aprendizagem: concepções contraditórias**. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/552> acessado em 04/10/2022.

BECKER, Fernando . **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Educação e Realidade, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 1, p. 89-96, 1999, disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3052/318> acessado em 01/09/2022.

Como Trabalhar as Quatro Práticas de Linguagem previstas na BNCC. Planejamento. Disponível em <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/42/como-trabalhar-leitura-escrita-oralidade-e-analise-linguistica-no-inicio-do-ensino-fundamental> acessado em agosto/2022.

Nova Escola Planos de Aula – disponível em <https://novaescola.org.br/planos-de-aula/ensino-remoto> acessado em agosto 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. SP: Cortez Editora, Minha biblioteca (Biblioteca digital da Unipampa)

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEAL, E. A. **Revolucionando a Sala de Aula**. Atlas: 2017 - Minha biblioteca (Biblioteca digital da Unipampa)

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**. 23. ed. São Paulo: Papyrus, 2007

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. São Paulo: Papyrus, Biblioteca PEARSON

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Lições de Didática**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, Biblioteca PEARSON

MOREIRA, M A. **Teorias da aprendizagem**. Minha biblioteca (Biblioteca digital da Unipampa)

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Práticas de Linguagem IV**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Mídias e linguagens. Textos verbais e não verbais. Leitura de imagem. Hipertexto e hiperímia.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Explorar os sentidos possíveis em textos verbais e não verbais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Ler diferentes textos semióticos.
- ❖ Analisar aspectos semióticos de textos verbais e não-verbais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1996

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual e verbal**. São Paulo: Iluminuras Fapesp, 2001.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AUMONT, Jacques. **O olho interminável**. Trad Eloísa Araujo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. ed. São Paulo, SP: Cultrix Ltda., 2003.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

5º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador V**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica: 15

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 75

EMENTA

Elaboração e desenvolvimento do plano de ação e da aplicação prática.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Interagir no espaço escolar; propor e desenvolver a intervenção sugerida a fim de qualificar o espaço docente

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar as demandas para desenvolvimento de projetos na escola;
- ♣ Pesquisar a intervenção: como se faz – o plano de ação;
- ♣ Aplicar o plano de ação;
- ♣ Descrever e avaliar as ações realizadas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BROUSSEAU, G. **O contrato didático**. disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/568/contrato-didatico-o-nao-dito-e-essencial> acessado em 06/10/2022.

1a - Podcast - <https://novaescola.org.br/conteudo/3821/tres-paradoxos-do-contrato-didatico>

Tudo o que você precisa saber sobre intervenção pedagógica: conceito, pesquisa e prática disponível <https://blog.saraivaeducacao.com.br/intervencao-pedagogica/> acessado em 04/10/2022.

DAMIANI, M.F; CASTRO, R.F.de. **Os sinais de pontuação e o texto acadêmico-argumentativo:** uma intervenção pedagógica sobre a escrita de estudantes de Pedagogia a distância. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/358866762_Os_sinais_de_pontuacao_e_o_texto_academico-argumentativo_uma_intervencao_pedagogica_sobre_a_escrita_de_estudantes_de_Pedagogia_a_distancia acessado em 04/10/2022

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAMIANI, M.F. et al. **Discutindo Pesquisas do Tipo Intervenção Pedagógica.** Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822> acessado em 04/10/2022

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos científicos:** disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 8. ed. Campinas: Pontes, 2001

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acessado em 28/09/2022.

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Metodologia de ensino de língua portuguesa em ambientes virtuais de aprendizagem**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

O ensino de língua portuguesa mediado pelas tecnologias. As tecnologias aplicadas ao ensino de línguas. Estudo dos ambientes virtuais de aprendizagem. Sites e links confiáveis e aceitos academicamente. Tecnologias na formação do professor de língua portuguesa. Identificação de materiais pertinentes ao planejamento e práticas de aula de língua portuguesa mediado pelo computador.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer o processo de inserção das tecnologias nas práticas de ensino de língua portuguesa;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Pesquisar metodologias de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa mediadas pelas novas tecnologias;
- ♣ Contribuir com a elaboração do portfólio de preparação para os estágios identificando, através das diferentes tecnologias, materiais pertinentes.
- ♣ Desenvolver atividades em Ambientes Virtuais de Aprendizagem
- ♣ Conhecer a tecnologia e formação de professores na cibercultura

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GARCIA, C.N. **Aprendizagem na era das tecnologias digitais**. São Paulo: Cortez, 2007.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PALLOFF, Rena M. **O estudante virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COSCARELLI, Carla Viana. **A leitura de hipertextos**. São Paulo: Mimeo, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

DUDENEY, Gavin. **Letramentos digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FILATRO, Andrea. **Metodologias inovativas na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva 2018.

LEFFA, V. J. . **A aprendizagem de línguas mediada por computador**. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). **Pesquisa em linguística aplicada: temas e métodos**. Pelotas: Educat, 2006, p. 11-36.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MACHADO, Dinamara Pereira. **Educação a distância fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Erica, 2015.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de. **Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial**. São Paulo: Blucher, 2022.

PAIVA, Vera Menezes Oliveira. **A sala de aula tradicional X a sala de aula virtual**. In: Congresso de Associação de Professores de Língua Inglesa do Estado de Minas Gerais 3, 2001, Belo Horizonte, In: Anais... Belo Horizonte, 2001.

_. **Interação e aprendizagem em ambiente virtual**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

TAPSCOTT, Don. **Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net.** São Paulo: Makron Books, 1999.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Variação linguística**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Diversidade linguística e variação. Preconceito linguístico. Relações entre variação linguística e ensino de língua. Contribuições da sociolinguística para o ensino de Língua Portuguesa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar a diversidade linguística e a variação linguística na sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer a diversidade linguística e a variação linguística na cultura brasileira.
- ♣ Estudar o preconceito linguístico.
- ♣ Estudar e discutir a variação linguística na sala de aula.
- ♣ Compreender as contribuições da Sociolinguística para o ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALKMIN, T. **Sociolinguística**: parte I. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

BORTONI-RICARDO, Stella . **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, L. J. **Sociolingüística**. Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. **Sociolinguística**: parte II. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. **Sociolinguística e ensino**. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo/a professor/a no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Práticas de Linguagem V**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Práticas de linguagem textuais e discursivas. Gêneros textuais/discursivos e práticas sociais.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Explorar aspectos textuais e discursivas implicados nas práticas de leitura e de escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Analisar diferentes práticas sociais através de diversos gêneros textuais/discursivos.
- ❖ Produzir textos socialmente significativos com ênfase nos aspectos discursivos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 16. ed. Campinas: Pontes, 2016.

LOPES-ROSSI, M. A. G. Procedimentos para estudo de gêneros discursivos da escrita. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 15, p. 1-10, 2006.

GUIMARÃES, E. (org.). **Textualidade e discursividade na linguística e na literatura**. São Paulo: Mackenzie, 2010; Pontes, 1989.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 4-16, maio-ago. 1999.

** Outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Estágio Supervisionado I**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica:

♣ Carga horária prática: 90

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Fundamental II. Observação. Relato reflexivo da vivência no espaço escolar.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Realizar o estágio de observação em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Elaborar plano de observação a partir das discussões teóricas referentes à docência.
- ❖ Observar a realidade dos processos de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa do Ensino Fundamental II.
- ❖ Elaborar o relatório reflexivo de observação.

- ❖ Socializar a vivência no espaço escolar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: MEC, 2018.
- TONELLI, Juliana Reichert Assunção; MATEUS, Elaine (org.). **DIÁLOGOS (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas**. São Paulo, SP: Blucher, 2017.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008.
- * Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BASTOS, N. B. (org.). **Discutindo a prática docente em língua portuguesa**. São Paulo: IP/PUC, 2000.
- DIONÍZIO, A. P. et al. **O livro didático de português**. Múltiplos olhares. 2. ed. Rio de Janeiro, 2003.
- PEREIRA, Vera Wanmacher; FLÔRES, Onici Claro. Ensino de leitura: compreensão e traços linguísticos do texto. **Anais do SIELP**, v. 2, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2012.
- SCHWARTZ, Suzana; VIEIRA, Maurício Aires. **Orientações para o estágio supervisionado na docência: educando o olhar para a observação da prática**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347579535_Orientacoes_para_o_estagio_supervisionado_na_docencia_educando_o_olhar_para_a_observacao_da_pratica
- SIQUEIRA, Maity S. G.; ZIMMER, Márcia C. Aspectos linguísticos e cognitivos de leitura. **Letras**, n. 28, v. 1/2, p. 33-39, 2006.
- * Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo/a professor/a no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Planejamento e Avaliação**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Concepções de planejamento e avaliação na prática pedagógica. Planejamento como processo Educativo. Planejamento e execução. Tipos de avaliação. Formulação de questões e devolutivas avaliativas. Avaliação da aprendizagem

como prática de mudança. Principais equívocos e contradições nas avaliações na educação básica. Estratégias de ensinagem.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Identificar e diferenciar os tipos de avaliação e de planejamento;
- ♣ Analisar e compreender as concepções de planejamento e avaliação;
- ♣ Compreender como elaborar boas questões avaliativas;
- ♣ Promover a cultura da devolutiva das avaliações como sinônimo de crescimento intelectual;
- ♣ Identificar critérios de avaliação claros, concisos e pertinentes à faixa etária e conteúdos trabalhados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os tipos de planejamento e de avaliação;
- ♣ Identificar a abordagem do planejamento e seu ressignificado em sala de aula;
- ♣ Estudar aspectos da avaliação: concepção, tipos, escrita, intencionalidades, mensurações e elementos;
- ♣ Analisar e compreender a avaliação escolar como um caminho a ser trilhado;
- ♣ Avaliar as dificuldades encontradas e planejar aulas com enfoque nas dificuldades encontradas e/ou conhecimentos prévios

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- MENOGOLLA, Maximiliano e SANTANA, Ilza MArtins. **Por que planejar? como Planejar? currículo - área - aula**. Porto Alegre: Vozes, 1991.
- VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. 6. ed. SP: Libertad, 1998.
- VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.
- Nova Escola Planos de Aula** – disponível em <https://novaescola.org.br/planos-de-aula/ensino-remoto>. Acesso em 07 mar 23.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª ed. SP: Cortez Editora, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**. 23. ed. São Paulo: Papyrus, 2007.
- HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SANTANA, Ilza MArtins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Porto Alegre: Vozes, 1995.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CHUEIRI, Mary. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2008.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação**: da excelência à regularização das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SORDI, Mara; LÜDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Lições de Didática**. 5. ed. São Paulo: Papirus, Biblioteca PEARSON

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

6º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI**
- ♣ Carga horária total: 90
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular: 75

EMENTA

Evento de socialização das pesquisas interventivas produzidas ao longo dos seminários integradores (I a VII).

OBJETIVO GERAL

- ♣ Planejar e desencadear a realização de um evento acadêmico de socialização de trabalhos;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Listar e organizar as diferentes comissões para realização do evento;
- ♣ Desenvolver suas atribuições para a concretização do evento;
- ♣ Realizar o evento;

- ♣ Listar, analisar, avaliar, autoavaliar o processo vivenciado nos seminários integradores 1 a 6
- ♣ Produzir e socializar no grupo de sala de aula o seu texto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

IBAIXE JR., J. **Preparando aulas: manual prático para professores, passos para a formação do educador.** São Paulo: Madras, 2006.

SILVA, I.M.; CRUZ, T.L.; LIMA, C.R.P; SILVA, A.P. **FACEBOOK COMO ESPAÇO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS.** Disponível em https://www.researchgate.net/publication/348344558_FACEBOOK_COMO_ESPACO_DE_REALIZACAO_DE_EVENTOS_ACADEMICOS acessado em 03/11/2022.

CESCA, C. G. **A organização de eventos manual para planejamento e execução.** Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=ikzxGAM5E5gC&oi=fnd&pg=PA13&dq=a+elabora%C3%A7%C3%A3o+de+eventos+p%C3%BAblicos&ots=BmwPOY-XK-&sig=oYnoP8YLeIX5VgrtQe4U5rnIGI4#v=onepage&q=a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20eventos%20p%C3%BAblicos&f=false> acessado em 04/02/2023.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2012/01/Guia-para-Organiza%C3%A7%C3%A3o-de-Eventos-Unipampa.pdf> acessado em 03/11/2022.

Sites informais que orientam para a produção de eventos <https://blog.even3.com.br/como-organizar-um-evento/> acessado em 03/11/2022
Congresso Virtual de Educação a Distância – disponível em <http://www.abed.org.br/hotsite/26-ciaed/pt/trabalhos/> acessado em 03/11/2022.

HINCKEL, N.C. Educação, inovação e empreendedorismo: implicações pedagógicas da orientação empreendedora educacional disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/176646> acessado em 04/02/2024.
UNIPAMPA.

<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2012/01/Guia-para-Organiza%C3%A7%C3%A3o-de-Eventos-Unipampa.pdf> acessado em 03/11/2022.

Nova Escola - O que é educação empreendedora e como coloca-la em prática na escola - disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/19150/o-que-e-educacao-empreendedora-e-como-coloca-la-em-pratica-na-escola> acessado em 04/02/2023.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Psicolinguística Aplicada**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Psicolinguística Aplicada. Distúrbios da linguagem. Ensino de leitura e escrita de português na Educação Básica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer os principais conceitos da Psicolinguística Aplicada e estudar as contribuições da Psicolinguística Aplicada no ensino de leitura e escrita do português na Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer a origem da Psicolinguística Aplicada.
- ♣ Conhecer e analisar os distúrbios da linguagem.
- ♣ Constatar as contribuições da Psicolinguística Aplicada no ensino de leitura e escrita de português na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BALIEIRO JUNIOR, Ari Pedro. **Psicolinguística**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAIA, Marcus. (org.). **Psicolinguística, sociolinguística: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MELO, Lélia Erbolato (org.). **Tópicos de psicolinguística aplicada**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CRESTANI, Anelise Henrich *et al.* Distúrbio específico de linguagem. **Rev. CEFAC**, v. 15, n. 1, p. 228-237, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/RGtYTB9Yg4GQ73f7ZsckMZQ/?lang=pt>.
- KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAIS, José. *Psicolinguística Aplicada: uma ciência na encruzilhada da cognição e da linguagem*. **Signo**, v. 47, n. 88, p. 96-112, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v47i88.17387>

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Introdução à psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1991.

SLOBIN, Isaac. **Psicolinguística**. São Paulo: Nacional, 1979.

**outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Teoria e Crítica Literária**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Procedimentos metodológicos sobre o estudo do fenômeno literário com ênfase nas correntes teóricas do século XX e XXI.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar repertório teórico referente às principais correntes teóricas da literatura, instrumentalizando o/a aluno/a para a elaboração de textos acadêmicos de cunho crítico-argumentativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estabelecer relações entre teoria e crítica literária e a prática docente no ensino de língua portuguesa e literaturas;
- ♣ Exercitar a reflexão crítico-teórica a partir de textos literários;
- ♣ Aplicar os fundamentos teóricos da crítica literária em diferentes textos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Eudoro de Souza (Trad.). 8. ed. São Paulo: Ars Poética, 2008.

LIMA, Luis Costa. **A literatura e o leitor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

NITRINI, S. **Literatura comparada: história, teoria e crítica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Crítica e intertextualidade**. In: Texto, crítica, escritura. São Paulo: Ática, 1978.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. Pérola de Carvalho (Trad.). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAES, José Paulo. **Os perigos da poesia e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2009.

TODOROV, Tzvedan. **As estruturas narrativas**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Trabalho de Conclusão de Curso I**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Elaboração de um projeto de trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras português sob a orientação de um professor, de acordo com o Regimento expresso no PPC do curso. Plataforma Lattes e sua funcionalidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Elaborar o projeto de pesquisa, conforme as normas da cientificidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar o regimento TCC do Curso de Letras EaD;
- ♣ Elaborar o projeto de pesquisa;
- ♣ Preencher corretamente o currículo lattes e o orcid.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1998.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Person Prentice Hall, 2008.
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio educativo.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos científicos:** disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acessado em 28/09/2022

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SPECTOR, Nelson. **Manual para redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEDEIROS, João B. **Redação científica.** A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo.** São Paulo: Contexto, 2008.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Estágio Supervisionado II**
- ♣ Carga horária total: 120
- ♣ Carga horária teórica:
- ♣ Carga horária prática: 120
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Fundamental II. Regência. Relato reflexivo da vivência no espaço escolar.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Realizar o estágio de regência em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Observar a realidade dos processos de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa do Ensino Fundamental II.
- ❖ Planejar e exercer a docência na sala de aula.
- ❖ Identificar, descrever e refletir sobre as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa na escola.
- ❖ Elaborar o relatório reflexivo da regência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: MEC, 2018.
 PEREIRA, Vera Wanmacher; SILVA, Aline Job da et al (Orgs.). **Leitura e cognição: teoria e prática nos anos finais do ensino fundamental**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCGS, 2008.
 ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo, SP: Parábola, 2003.
 LOPES-ROSSI, M. A. G. Procedimentos para estudo de gêneros discursivos da escrita. **Revista Intercâmbio**, volume XV, São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.
 NASPOLINI, Ana Teresa. **Didática de português – tijolo por tijolo**. Porto Alegre: FTD, 1996.

RANGEL, Mary. **Dinâmicas de leitura para a sala de aula**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo/a professor/a no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular*

7º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Metodologia de Ensino de Literatura**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Os processos de ensino e de aprendizagem de literatura e a formação do leitor. Métodos de abordagem do texto literário em contextos de ensino. O letramento literário e a multimodalidade. Análise e elaboração de material didático.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver estratégias de mediação de textos literários em ambiente de ensino e aprendizagem, e elaborar sequências didáticas para o trabalho de leitura e produção de textos literários em diferentes contextos de ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver a clareza metodológica para a seleção de textos e outros materiais, assim como elaborar estratégias de leitura para ambientes de ensino e aprendizagem e planejar projetos e/ou aulas;
- ♣ Compreender as relações interdisciplinares da literatura com outras mídias e o uso de adaptações literárias como ferramenta pedagógica no ensino de literatura;
- ♣ Estabelecer relações entre teoria e crítica literária e a prática docente no ensino de línguas;
- ♣ Desenvolver práticas de multiletramento, através da análise e produção de material didático, e suas aplicações em diferentes contextos de ensino e de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. **O direito à Literatura**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- PERRONE-MOISÉS, L. **Literatura para todos**. In: Literatura e Sociedade/ Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada – USP, 9. São Paulo: USP, 2006.
- PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.). **Escola e leitura: velha crise; novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009
- ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Língua Brasileira de Sinais**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Cultura e identidade surda. Perspectiva, identidade bilíngue e inclusão social do surdo. Processos de ensino e aprendizagem do surdo. Uma visão panorâmica dos estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Noções e aprendizado básico das LIBRAS.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Entender a cultura surda. Compreender a língua de sinais e o aprendizado básico das LIBRAS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer e entender a cultura e identidade surda;
- ♣ Estudar a inclusão social do surdo;
- ♣ Estudar a língua de sinais brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- QUADROS, R. **Educação de surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SKLIAR, C (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- SKLIAR, Carlos (Org.) **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em Educação Especial. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- TORREZ GONZÁLEZ, J. A. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Ernani Rosa (Trad.) Artmed: Porto Alegre, 2002.
- BOTELHO, C. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ/Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Políticas Públicas em Educação**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Exploração do site institucional do Ministério da Educação. Identificação e estudo das políticas públicas da educação brasileira na atualidade. Leitura do PPC do curso. Organização administrativa e pedagógica da educação nacional.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar as políticas públicas da educação brasileira na atualidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Pesquisar no site do Ministério da Educação;
- ♣ Identificar sua estrutura organizacional: quem faz o quê?;
- ♣ Identificar políticas públicas atuais para o desenvolvimento e a qualificação da educação nacional;
- ♣ Listar as políticas atuais, bem como seus encarregados;
- ♣ Classificar as políticas de acordo com infraestrutura, processos de ensino e de aprendizagem, legislação educacional, informática na educação;
- ♣ Elaborar um quadro visando ver o todo das políticas existentes;
- ♣ Entrevistar o encarregado na SEC do município de moradia do estudante
- ♣ Listar em quais políticas públicas o município participa;
- ♣ Analisar criticamente as políticas existentes, bem como sua distribuição participativa;
- ♣ Sugerir adequações para qualificar as políticas públicas, no contexto da realidade educacional atual;
- ♣ Produzir um texto acadêmico com estas sugestões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05/10/2022

LIMA, P.G. - **Diversidade Nas Políticas Educacionais No Brasil**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/312598230_A_DIVERSIDADE_NAS_POLITICAS_EDUCACIONAIS_NO_BRASIL acessado em 05/10/2022.

https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/bitstream/riu/124/12/PPC_Letras_Portugues_EaD_Jaguarao_atualizado_2022.pdf.pdf

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2000.

MÉSZÁROS István. **Educação para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo; 2ª edição, 2005.

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo**: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional comentada e interpretada por artigo por artigo. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Sobre políticas públicas – Ideias inovadoras -disponível em [https://nova-escola-](https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/4DbRHXZ4qPNVN2SJ2pqughcUkmtudSqNufVrXNA3PFHADuKHbbeHHxXBFywf/para-que-politica-educacional-voce-daria-cartao-vermelho.pdf)

[producao.s3.amazonaws.com/4DbRHXZ4qPNVN2SJ2pqughcUkmtudSqNufVrXNA3PFHADuKHbbeHHxXBFywf/para-que-politica-educacional-voce-daria-cartao-vermelho.pdf](https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/4DbRHXZ4qPNVN2SJ2pqughcUkmtudSqNufVrXNA3PFHADuKHbbeHHxXBFywf/para-que-politica-educacional-voce-daria-cartao-vermelho.pdf) acessado em 05 out 22.

LIBÂNEO José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>

QUEIROZ, Daniela Moura. Educação como direito fundamental de natureza social. (Belo Horizonte, online) [online]. 2018, vol.3, n.11. ISSN 2526-1126.

<http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educacao-como-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf>

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO Maria Raquel; LIMA Paula de. Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia de. Disponível: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Estágio Supervisionado III**

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica:

♣ Carga horária prática: 75

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Médio. Observação. Relato reflexivo da vivência no espaço escolar.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Realizar o estágio de observação em Língua Portuguesa no Ensino Médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Elaborar plano de observação a partir das discussões teóricas referentes à docência.

- ❖ Observar a realidade dos processos de ensino e aprendizagem de língua portuguesa no Ensino Médio.
- ❖ Elaborar o relatório reflexivo de observação.
- ❖ Socializar a vivência no espaço escolar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: MEC, 2018.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo. Contexto, 2016.
- MENDONÇA, Márcia. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
- * Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo, SP: Parábola, 2017.
- ELIAS, Vanda Maria. (Org.). **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto: 2011.
- FINKENAUER, Letícia. **Metodologia do ensino da linguagem**. Porto Alegre, SER - SAGAH, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 49, n. 2, p. 455-479, 2010.
- * Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo/a professor/a no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

8º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Trabalho de Conclusão de Curso II**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Elaboração de um trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras, assim como a elaboração de uma apresentação oral sob orientação de um professor, encaminhando para a defesa do seu trabalho científico.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Elaborar o trabalho científico, conforme o Regimento TCC, produzindo o texto utilizando as normas da Unipampa para elaboração de trabalhos acadêmicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar o trabalho científico conforme o regimento do TCC;
- ♣ Produzir o texto científico;
- ♣ Apresentar oralmente a pesquisa realizada.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1998.

Instruções para normalização de trabalhos acadêmicos. disponível <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/normalizacao/> acessado em 06/10/2022

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acessado em 28/09/2022.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos científicos:** disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, Adail Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. CERVO, Amado Luiz *et al.* **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Estágio Supervisionado IV**
- ♣ Carga horária total: 120
- ♣ Carga horária teórica:
- ♣ Carga horária prática: 120
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Médio. Regência. Relato reflexivo da vivência no espaço escolar.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Realizar o estágio de regência no Ensino Médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Observar a realidade dos processos de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa no Ensino Médio.
- ❖ Planejar e exercer a docência na sala de aula.
- ❖ Relatar e refletir sobre as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa no Ensino Médio.
- ❖ Elaborar o relatório reflexivo da regência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: MEC, 2018.
COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2019.
KOCHE, Vanilda Salton; MARINELO, Adiane Fogali. **Gêneros textuais: práticas de leitura, escrita e análise linguística**. São Paulo: Vozes, 2015.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FARACO, Carlos A; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benedetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SUASSUNA, L. **Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática**. Campinas: Papirus, 1995.

VIANA, Antonio Carlos Manguiera (coord.). **Roteiro de redação: lendo e argumentando**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo/a professor/a no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Educação Integral**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Elementos da perspectiva histórica da Educação Integral (visões globais, holísticas e libertárias), Escola, Currículo, Projeto Pedagógico e as correlações com a Educação Integral. Intersectorialidade e macrocampos de saberes. Projetos Educativos e Interdisciplinaridade. Novos tempos e espaços educativos na Educação Integral. Concepções da Educação Integral e da escola de tempo integral. Políticas de Educação Integral. Estudante como centro do processo educativo. Aprendizagens significativas. Movimentos anarquistas. Concepções contemporâneas de educação integral.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Formar educadores/professores capazes de refletir o conhecimento sobre a realidade, de atuar em conjunto com a sociedade/comunidade num processo dialógico, respeitando a pluralidade, espaços/tempos educativos e a diversidade cultural, fortalecendo a ação coletiva numa visão de Educação Integral como um processo estruturante de novas relações na/da escola com os outros setores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer o movimento anarquista e a educação integral.

- ♣ Compreender os aspectos da educação integral e as múltiplas facetas e potencialidades de cada estudante (digital, cultura, saúde, corpo, lazer, arte etc.).
- ♣ Investigar experiências exitosas de Educação integral no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL. **Manual operacional de educação integral**. Brasília/DF. 2012.
- CELLA, Rosinei. **Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre, Editora Penso, 2012. 504p.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. 2017.
- FERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral: texto-referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL, SECAD/MEC. **Mais Educação. Educação integral: texto referêcia para o debate nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- RECUERO. R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.
- TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

**Outras referências poderão ser indicadas pelo professor no seu plano de ensino.*

3.2 COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Canção Popular Brasileira e Ensino**
- ♣ Carga horária total: 60

- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

A canção popular brasileira em processos educacionais voltados para as linguagens. Música e literatura de expressão oral. A canção popular como recurso didático integrador.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ampliar o conhecimento histórico e cultural mediado pelas letras das canções e o enlace das melodias rítmicas. Incentivar o trabalho didático com gêneros musicais brasileiros na sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Pesquisar sobre as origens sociais e históricas dos principais gêneros musicais brasileiros;
- ♣ Entender a indissociabilidade da materialidade verbal e da materialidade musical (rítmica e melódica);
- ♣ Debater sobre a aplicabilidade da canção popular em contextos de ensino de literatura brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CALDAS, Waldenyr. **Introdução à música popular brasileira**. 5. ed. SP: Amarilys, 2010.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2009. 499 p.

TINHORAO, Jose Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2010. 381 p.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAMPOS, Augusto de. **Balanço da bossa e outras bossas**. 5. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012. 349 p.

CALADO, Carlos. **Tropicália: a história de uma revolução musical**. 4. ed. São Paulo, SP: 34, 2010. 333 p.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e ensino de história, palavras, sons e tantos sentidos**. São Paulo: Autêntica, 2012 1 recurso online (Práticas docentes).

SEVERIANO, Jairo. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras vol.2: 1901-1957**. 6. ed. São Paulo, SP: 34, 2006. 367 p. (Coleção Ouvido Musical; v. 1;).

SEVERIANO, Jairo. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras vol.2: 1958-1985**. 5. ed. São Paulo, SP: 34, 2006. 365 p. (Coleção Ouvido Musical; v. 1;). ISBN 9788573261196.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Direito Educacional**

- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Histórico das Legislações Educacionais e das Constituições brasileiras. A educação na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Plano Nacional da Educação (vigência atual). Base Nacional Comum Curricular. Estatuto da Criança e do Adolescente. Principais alterações nas legislações educacionais vigentes.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Identificar, compreender e analisar como se estrutura a legislação educacional brasileira e o direito à educação de todos brasileiros, partindo do Plano Nacional de Educação vigente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Pesquisar legislações específicas tais como: BNCC, LDB, ECA, FNDE.
- ❖ Identificar os significados e hierarquias da Legislação Educacional Brasileira e um breve histórico da Legislação Educacional Brasileira.
- ❖ Identificar políticas públicas atuais para o desenvolvimento e a qualificação da educação nacional tais como FUNDEB, salário educação e o FNDE.

- ❖ Promover a compreensão do Plano Nacional de Educação (PNE) com seu monitoramento, metas estruturantes e indicadores.
- ❖ Promover um mapeamento de projetos e programas existentes na atualidade pelo MEC em atendimento à melhoria da educação básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05/10/2022

(buscar Plano Nacional de Educação e Base Comum Curricular Nacional)

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TODOS pela Educação (site oficial). Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 29 set. 2022.

OBSERVATÓRIO do PNE. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/> Acesso em: 28 set. 2022.

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional comentada e interpretada por artigo por artigo**. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Política e Legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.

LESSARD, Claude. **Políticas Educativas: Aplicação na Prática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MATOS, Sônia Regina de Luz; SCHULER, Betina (Orgs.). **Diálogos com a Educação: Política Escola e Escrita**. Caxias do Sul: Educus, 2014.

VIEGAS, Lygia de Souza; ANGELUCCI, Carla Biancha (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação: Uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LIBÂNEO José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtG4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>

QUEIROZ, Daniela Moura. **Educação como direito fundamental de natureza social**. (Belo Horizonte, online) [online]. 2018, vol.3, n.11. ISSN 2526-1126.

<http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educação-como-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ **Componente Curricular: Educação de Jovens e Adultos**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica: 90

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estuda os Processos e Princípios didáticos e organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos. As demandas curriculares específicas, o trabalho docente, o papel do planejamento curricular e a assunção do modelo escolar vigente à um modelo reflexivo em educação. O perfil e o processo de construção da leitura e escrita dos educandos de EJA. Planejamento, análise, reflexão da docência na educação de jovens e adultos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar e compreender os processos e princípios organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os Processos e Princípios didáticos e organizativos do trabalho educacional com jovens e adultos e demandas curriculares.
- ♣ Discutir o conhecimento e as diferentes formas de organização do campo da EJA, principalmente do ponto de vista da Educação Popular;
- ♣ Revisar a psicogênese da língua escrita no que tange aos processos vivenciados pelos jovens e adultos.
- ♣ Elaborar planejamentos pedagógicos coerentes com os princípios das teorias educacionais contemporâneas.
- ♣ Planejar ações pedagógicas abrangendo as diferentes áreas do conhecimento.
- ♣ Considerar a diversidade étnica, racial, de gênero entre outras, bem como os princípios da educação inclusiva e ambiental em seu planejamento didático-pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLEÇÃO CADERNOS DE EJA, MEC disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/met_cd.pdf
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?** São Paulo: Cortez, 1987.

CUNHA, Aline Lemos da. **Algumas reflexões sobre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.** Porto Alegre: Panorama Crítico, 2012. ISBN 9788563870087. Disponível em: http://issuu.com/panoramacritico/docs/entre_imagens_e_palavras?e=1915794/1346268

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524916465

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos:** teoria e prática. 3a ed. 8a. reimpressão. RJ: Petrópolis: Vozes, 2018.

DI PIERRO, Maria Clara Os desafios. 01 de maio de 2014. **Os desafios para garantir a educação de jovens e adultos.** Disponível em <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos> acessado em 05/02/2023.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Educação para a paz e a resolução não violenta de conflitos**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

A paz se aprende, a paz se ensina. Ciência da paz. O conflito e suas formas de resolução. LDB e a cultura da paz. Bullying e outras manifestações da cultura da violência no meio escolar.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar acesso aos estudos de paz e resolução não violenta dos conflitos para promover uma cultura de paz no meio escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar conflitos que se estabelecem no meio escolar;
- Problematizar a resolução dos conflitos nos ambientes escolares com os estudos sobre educação para a paz.
- Investigar as motivações que levaram a inserção dos incisos IX e X ao Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de paz e medidas de conscientização, de prevenção e combate a todos os tipos de violência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05 mar 23. Acesso em mai. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em março 2023.

GROSSI, Patrícia Krieger e AGUINSKY, Beatriz Gerhenson. **A construção da cultura de paz como uma estratégia de superação da violência no meio escolar: impasses e desafios**. In: Educação. Porto Alegre, RS, V. 59, n. 2, mai/jun./ 2006. p. 415 – 433. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/issue/view/43>. Acesso mar. 2023.

SELAU, Bento ; HAMMES, Lúcio Jorge. **Educação Inclusiva e Educação para a Paz: relações possíveis**. 1. ed. São Luís, MA: EDUFMA, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?printsec=frontcover&id=jy81FJWQ6VYC#v=onepage&q&f=false>. Acesso mar. 2023.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Zilpa. **Educação para a Paz como percurso para a formação da educadora e do educador pacifista**. **Educação Unisinos**. v. 27 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2023.271.07>. Acesso em mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: mar. 2023.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **A educação para a paz como exercício da ação comunicativa: alternativas para a sociedade e para a educação**. **Educação**. Porto Alegre, ano XXIX, n. 2 (59), p. 329 – 368, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/447>. Acesso em mar. 2023..

HAMMES, LÚCIO JORGE; SEBAJE, ALEXANDRE ZACARIA . **Gestão Escolar e as Novas Incumbências Impostas pela Lei Federal Nº 13.663/18**. Plurais: Revista Multidisciplinar da UNEB, v. 5, p. 167-182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2020.v5.n3.10199>. Acesso em mar. 2023

ORIQUE, SILVIA DIANA DE LIMA SILVA ; HAMMES, LÚCIO JORGE ; MOITA, EMANUEL . **A incidência de bullying na escola pública e o papel da gestão no enfrentamento da violência**. Revista Educar Mais, v. 5, p. 1030-1046, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2586> . Acesso em mar. 2023

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Educação e Tecnologias**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Tecnologias e educação: contexto histórico e contemporâneo. Educação, comunicação e tecnologias. O uso pedagógico das ferramentas e recursos tecnológicos. Objetos de aprendizagem e recursos da internet na educação. As tecnologias e os paradigmas educacionais.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Conhecer os recursos tecnológicos e suas aplicabilidades em espaços educativos formais e não formais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Conhecer os aspectos informais, formais e técnicos envolvidos na tecnologia.
- ❖ Analisar o contexto de surgimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).
- ❖ Discutir a emergência de novos paradigmas educacionais e a formação docente.
- ❖ Conhecer as possibilidades de utilização dos dispositivos móveis e dos recursos educacionais abertos no processo de ensino e de aprendizagem

- ❖ Discutir os impactos sociais da exclusão digital no Brasil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
 KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2015.
 MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.
 LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 7.ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2007.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregório Bittar. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
 KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias tempo docente**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2013.
 VIEIRA, Karine Moura. **Cibercultura**. Curitiba: InterSaberes, 2021.
 SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Educação, cultura e sociedade contemporânea**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

O capitalismo. As ciências sociais. A consolidação da sociedade global. Sociedade, exclusão e direitos humanos. A questão da diversidade etnicorracial, de gênero, sexual, religiosa, geracional e sociocultural. Políticas públicas e combate às intolerâncias. Culturas contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Conhecer, a partir das Ciências Humanas e suas tecnologias, a existência e as ações humanas em sociedade mediante à problematização da cultura e da diversidade que se inscreve na formação social brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Entender os impactos dos valores estabelecidos coletivamente sobre as determinações individuais;
- ❖ Estabelecer a relação entre sociedade e indivíduo enquanto resultante cultural e de um projeto civilizacional historicamente constituídos.
- ❖ Reconhecer o movimento dialético do mundo contemporâneo considerando as transformações decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim como os impactos ambientais e sociais.
- ❖ Compreender o debate sobre direitos humanos mediante à problematização das diferentes formas de discriminação e exclusão provenientes de construções sociais (estereótipos), que impedem a formação de sociedades democráticas pautadas pela justiça social.
- ❖ Estudar os direitos humanos fundamentais e a cidadania;
- ❖ Investigar as diferentes formas de existir socialmente, que compõem a formação da sociedade brasileira, pensando a diversidade etnicorracial, de gênero, sexual, religiosa, geracional e sociocultural, tal qual, as políticas sociais e de ação afirmativa que buscam eliminar a intolerância, os preconceitos e as discriminações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05 mar 23

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em març. 2023.

DURKHEIM, Émile. **Filosofia moral**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena (org). **O Pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Epistemologias do Sul).

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação. Portugal, 2019.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CIZOTO, Sonelise Auxiliadora; DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; PINTO, Rosângela de Oliveira. **Homem, cultura e sociedade**. Londrina: editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco, MAGALHÃES José Luiz Quadros de (coords.) **Direito à diferença: Aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis**, volume 2 /. -- São Paulo: Saraiva, 2013.

Schaefer, Richard T. **Fundamentos de sociologia**. 6° ed. Porto Alegre : AMGH, 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Espanhol Instrumental I**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudo das estruturas gramaticais e discursivas do espanhol, em nível inicial, considerando as especificidades na aprendizagem do idioma. Compreensão e leitura de textos na Língua Espanhola.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer as estruturas gramaticais e discursivas do espanhol.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar o Alfabeto - Presente de Indicativo: verbos regulares e irregulares; conjugaciones pronominales - Perífrasis: IR + A + Infinitivo - Léxico: hogar; ciudad; escuela; cuerpo humano acontecimientos extraordinários e lojas/preço Heterosemánticos y Heterogénicos - Saludos y Despedidas - Artículos - Contracciones - Conjunciones: y; e; o; ó; u; pero - Puntuación - Lenguajes formal e informal - Pronombres Sujetos/Personales.
- ♣ Introduzir e desenvolver a compreensão leitora de textos diversos em espanhol.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BAPTISTA, L.R. et al. **Listo: español a través de textos**. São Paulo: Moderna, 2005.
- BRUNO, F.C & MENDOZA, M.A. **Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica – nível básico**. 6 ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FANJUL, A. (org.). **Gramática de español paso a paso**. São Paulo: Moderna, 2005

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- GÓMEZ TORREGO, Leonardo. **Gramática didáctica del español**. Madri: SM, 2007
- MINIDICIONÁRIO SARAIVA ESPANHOL-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS-ESPANHOL**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MORENO, F & MAIA GONZÁLEZ, N. **Diccionario bilingüe de uso españolportugués/português-español**. Madrid: Arco/Libros, 2003
- AGUIRRE BELTRÁN, B. **El español por profesiones: Servicios turísticos**. Madrid: SGEL, 2007.
- AGUIRRE BELTRÁN, B. **Aprendizaje y enseñanza de Español con fines específicos. Comunicación en ámbitos académicos y profesionales**. Madrid: SGEL, 2012. **DICCIONARIO de términos claves de ELE**.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Estudos culturais**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Os estudos culturais e suas contribuições para o desenvolvimento de análises e interpretações de textos e práticas culturais. Questões de representação sociais, produção de identidades, ideologia e mediações culturais. A produção, circulação e recepção de significados e subjetividades. Manifestações culturais como espaços de lutas pelo poder.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar as relações entre ideologia e cultura. Problematizar o espaço da cultura e suas relações com a política e a economia nas sociedades pós-modernas. Desenvolver competência crítica para a análise de fenômenos culturais diversos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender conceitos de ideologia e cultura;
- ♣ Explorar métodos de análise de fenômenos culturais;
- ♣ Ler textos culturais no cinema, na televisão e na literatura.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2004.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BHABHA, Homi. **O bazar local e o clube dos cavalheiros ingleses**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Experiências de Aprendizagem em Gestão Educacional**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 75
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Sistemas de organização e gestão da escola. Análise do papel da equipe pedagógica no desenvolvimento de uma proposta educacional participativa nos processos educativos. Análise da realidade escolar: projeto político-pedagógico; regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola. Estudos sobre indicadores educacionais da gestão educacional brasileira.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Realizar levantamento e análise da realidade escolar quanto ao Projeto Político-Pedagógico, Regimento escolar, plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Relacionar a gestão da escola com a política de gestão da educação.
- ♣ Analisar os documentos que institucionalizam a gestão democrática da escola: Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar.
- ♣ Conhecer o Conselho Escolar, analisando suas possibilidades de atuação.
- ♣ Discutir a gestão da escola como processo de organização das práticas pedagógicas e administrativas que se desenvolvem no interior da escola.
- ♣ Investigar a estrutura administrativa e organizativa da escola, o papel do diretor, do supervisor e do coordenador

REFERÊNCIAS BÁSICAS

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2012
 PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 1990.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola.** São Paulo: Papirus, 1997.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2013.
 PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.
 PERONI, V.M.V; ROSSI, A.J. **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação.** Porto Alegre: Editora UFPEL, 2011.

Tudo o que você precisa saber sobre intervenção pedagógica: conceito, pesquisa e prática disponível <https://blog.saraivaeducacao.com.br/intervencao-pedagogica/> acessado em 04/10/2022.

DAMIANI, M.F; CASTRO, R.F.de. **Os sinais de pontuação e o texto acadêmico-argumentativo:** uma intervenção pedagógica sobre a escrita de estudantes de Pedagogia a distância. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/358866762_Os_sinais_de_pontuacao_e_o_texto_academico-argumentativo_uma_intervencao_pedagogica_sobre_a_escrita_de_estudantes_de_Pedagogia_a_distancia acessado em 04/10/2022

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Fundamentos Teóricos da Literatura Infantojuvenil**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Panorama da literatura infantojuvenil no Brasil e no mundo. Abordagens teóricas e estratégias de incentivo à leitura. A formação de leitores e o ensino de literatura infantojuvenil em contextos de ensino e aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ampliar os conhecimentos teóricos acerca da literatura infantojuvenil e sua aplicabilidade na sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Explorar e debater obras infantojuvenis
- ♣ Analisar diferentes abordagens didáticas para o ensino da literatura infantojuvenil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

- CADERMATORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário**. Teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, vol. I, 1996.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- GERALDI, João W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. PROPP, Vladimir. **As raízes históricas do conto maravilhoso**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Filosofia da Educação**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Introdução à filosofia; conceito de filosofia; características do pensamento filosófico. Lógica; silogismos; falácias; argumentação. Origem da filosofia; pensamento mítico; do mythos ao logos. Filósofos pré-socráticos. Teoria do conhecimento; Epistemologia; Gnoseologia. Sócrates; Platão; Aristóteles.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Explorar a especificidade do pensamento, discurso e trabalho filosófico. Conhecer a origem histórica da Filosofia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar conceitos introdutórios da filosofia: o que é, para que e como?
- ♣ Identificar argumentos a partir de textos;
- ♣ Elaborar argumentos na forma de silogismo;
- ♣ Reconhecer e criticar falácias;
- ♣ Compreender os problemas básicos do conhecimento humano;
- ♣ Conhecer conceitos básicos da filosofia platônica;
- ♣ Conhecer conceitos básicos da filosofia cartesiana;
- ♣ Diferenciar as abordagens epistemológicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2009.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. 15. ed. reform. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2000.
- HESSSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Dicionário - Só Filosofia -<https://filosofia.com.br> › dicionario
- LAFITTE, Jacqueline & BARAQUIN, Noëlla. **Dicionário universitário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MOSER, Paul K; MULDER, Dwayne H. & TROUT, J.D. **A teoria do conhecimento**: uma introdução temática. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HERMANN, Nadja. **Ética e Estética**: a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. **Dialética para principiantes**. 3a. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- HOOKS, Bell. **Educação como prática de liberdade**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- FLICKINGER, Hans-Georg. **Gadamer e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014
- KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Lisboa: Edições 70, 2017.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da Educação**. 3a. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia**. Porto Alegre: LP&M, 2012.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **História da Língua Portuguesa**

- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

História externa da língua portuguesa: romanização da península ibérica, presença árabe, formação do Estado Português, expansão do Império Português e propagação da Língua Portuguesa na América, África e Ásia. A presença das línguas ameríndias e africanas no território brasileiro e suas interações na formação do Português Brasileiro. História interna da língua portuguesa: mudanças nos sistemas ortográficos, fonética histórica (vocalismo, monotongação, ditongação, consonantismo), morfologia histórica (permuta, aumento, adição, subtração), etimologia e neologismos contemporâneos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender o processo de formação histórica da língua portuguesa, sua evolução e estado atual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a história da língua portuguesa;
- ♣ Reconhecer as interações entre as línguas ameríndias e africanas na formação do português brasileiro.
- ♣ Realizar leitura analítica de textos de diferentes fases da língua portuguesa.
- ♣ Familiarizar-se com o trabalho de consulta a fontes históricas em bibliotecas online para estudos de linguística diacrônica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAGNO, Marcos. História do português brasileiro. IN BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
 ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.
 LYONS, John. Mudanças linguísticas. In: LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?** (um convite à pesquisa). São Paulo: Parábola, 2001.
 CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística I**. Objetos teóricos. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p.141-164.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Garimpo das origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. Contexto: São Paulo, 2011.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Infâncias, Culturas e Educação**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica: 90

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Compreensão das infâncias e suas culturas a partir da análise das dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas que as envolvem. Reflexão acerca do processo de produção das infâncias e suas culturas. Tempos, espaços e metodologias participativas com as crianças. Implicação dos estudos sobre infâncias na formação de professores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a constituição das diversas infâncias na sociedade, suas culturas e seus modos de educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os conceitos de infância nas perspectivas social e histórica
- ♣ Conhecer escolas e ou propostas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental
- ♣ Localizar as convergências e divergências nas diferentes visões da educação
- ♣ Relacionar o conhecimento reconstruído no componente com o momento atual da educação brasileira

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

COHN, Clarice. **A antropologia da infância**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KOHAN, Walter Omar. **Infância**: Entre a Educação e a Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN, Moysés Jr. FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004

STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Introdução à Linguagem Audiovisual**

♣ Carga horária total: 45

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Abordagem histórica e conceitual das linguagens audiovisuais. Imagem e som como construção narrativa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar reflexão sobre a linguagem visual e sonora dos produtos audiovisuais e oferecer ao aluno fundamentação crítica sobre a estética e as linguagens técnicas do cinema.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver o conhecimento acerca da organização do enredo;
- ♣ Entender o papel do figurino e cenário na tessitura narrativa;
- ♣ Refletir sobre o efeito de diferentes enquadramentos e movimentos de câmera;
- ♣ Entender as características da construção de personagens;
- ♣ Refletir sobre o papel da edição.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AUMONT, J. **A Imagem**. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2006.
 BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
 STAM, Robert. **Introdução a Teoria do Cinema**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORDWELL, David. **Film Art: an introduction**. 9th ed. New York: McGraw-Hill, 2010.
 EISENSTEIN, Sergei. **A Forma do Filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
 FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
 METZ, Christian. **A Significação do Cinema**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
 VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a Análise Fílmica**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Linguística Textual e Ensino**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Trajetória da Linguística Textual. Conceitos de texto. Mecanismos de textualização. A construção dos sentidos do texto. A Linguística Textual e o ensino.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer os principais conceitos da Linguística Textual e sua articulação com o ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer a trajetória da Linguística Textual;
- ♣ Compreender o conceito de texto;
- ♣ Conhecer os mecanismos de textualização
- ♣ Estudar os sentidos do texto
- ♣ Estudar a articulação da Linguística Textual com o ensino.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- FÁVERO, L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.
- KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: Trajetória e Grandes Temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1992. KOCH, I. V. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- GUIMARÃES, E. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989. MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. N. **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1 e 2.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. N. **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3

** outras referências poderão ser selecionadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Introdução ao Feminismo**
- ♣ Carga horária total: 45

- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Introdução à história do feminismo brasileiro contextualizando os direitos, os anseios, as propostas feministas e seus desdobramentos sócio-políticos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender o contexto do movimento feminista brasileiro. Refletir sobre os desdobramentos do movimento na vida da mulher contemporânea. Refletir e escrever sobre um tópico feminista do cotidiano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Pesquisar sobre a história do feminismo no Brasil e no mundo ocidental;
- ♣ Debater textos da crítica feminista brasileira
- ♣ Confrontar a teoria e a prática cotidiana

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- MOREIRA, N. R. **A organização das feministas negras no Brasil**. Abaíra, Bahia: Edições UESB, 2011.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BENJAMIN, M. **Benedita da Silva**. Food First Books, 1997.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- DOARE, Helene, et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.
- NAZARIO, D. N. **Voto feminino e feminismo**. São Paulo: Imesp, 2009.
- VENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Laboratório de produção criativa em rede I**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Realizar tarefas de produção criativa em texto e imagem compartilhadas em ambientes virtuais de aprendizagem. Reconhecer a experiência estética relacional como uma ferramenta de ensino, aprendizagem e pesquisa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Introduzir à prática criativa por meio de exercícios de produção textual e imagética em ambientes virtuais de aprendizagem. Estratégias de desenvolvimento de experiências estéticas como ferramentas pedagógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Realizar produção criativa em texto e imagem;
- ♣ Utilizar ferramentas de ensino, aprendizagem e pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
 DEWEY, John. **Arte e experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 STROWER, Fayga. **Criatividade: processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRETON, André. **Manifestos do surrealismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
 BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica**. In. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I. Trad. Rouanet S. P. São Paulo: Brasiliense, 2010.
 HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Perspectiva: São Paulo, 1999.
 SILVESTER, David. **Sobre arte moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
 MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Leituras orientadas em didática e prática docente**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Desenvolvimento de leituras selecionadas sobre o tema, realizando leituras, análises críticas e seminários, com a produção de um banco de citações, resumo e resenha crítica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ler, priorizar ideias, sublinhar, elaborar relações com as ideias do texto e o conhecimento prévio. Produzir banco de citações literais, resumos e resenhas críticas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Responder a como se lê, prioriza ideias, sublinha e elabora relações?
- ♣ Responder: Como se produz um banco de citações e para que?
- ♣ Responder: Como se elabora resumos de acordo com as ideias priorizadas?
- ♣ Responder: Como se escreve uma resenha crítica e para que?

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Aprenda como sublinhar as ideias de um texto disponível em <https://adeildojr.com/como-sublinhar-as-ideias-de-um-texto/> acessado em 25/10/2022

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5098764/mod_resource/content/1/Professora%20sim%2C%20tia%20n%C3%A3o%20cartas%20a%20quem%20ousa%20ensinar.%20%281997%29.pdf acessado em 25/10/2022.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários para educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5019418/mod_resource/content/1/Pedagogia%20da%20Autonomia%20-%20livro%20completo.pdf acessado em 25/10/2022.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto**: um manual de redação. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita, repensar a reforma e reformar o pensamento**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

SCHWARTZ, S. **Inquietudes pedagógicas da prática docente**. RJ: Vozes, 2016

WEISZ, T. **Diálogos entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Leitura orientada em estudos da linguagem**

♣ Carga horária total: 45

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Desenvolvimento de leituras selecionadas sobre o tema estudos da linguagem, realizando leituras, análises críticas e seminários de textos, com a produção de um banco de citações, resumos e resenha crítica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ler, priorizar ideias, sublinhar, elaborar relações com as ideias do texto e o conhecimento prévio. Produzir banco de citações, resumos e resenhas críticas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Responder: Como se lê, prioriza ideias, sublinha e elabora relações?
- ♣ Responder: Como se produz um banco de citações literais e para que?
- ♣ Responder: Como se elabora resumos de acordo com as ideias priorizadas?
- ♣ Responder: Como se escreve uma resenha crítica e para que?

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.
 SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2013.
 WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2010.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Aprenda como sublinhar as ideias de um texto disponível em <https://adeildojr.com/como-sublinhar-as-ideias-de-um-texto/> acessado em 25/10/2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

VIANA, Antônio Carlos; VALENÇA, Ana; CARDOSO, Denise Porto; MACHADO, Sônia Maria. **Roteiro de redação: lendo e argumentando**. São Paulo: Scipione, 1998.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Leituras orientadas em estudos literários**

♣ Carga horária total: 45

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Desenvolvimento de estudos dirigidos sob orientação do/a professor/a responsável pelo componente curricular através da leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos literários.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver a habilidade de pesquisa nos estudos literários, através do aprofundamento de temas relacionados à pesquisa desenvolvida pelo professor da disciplina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver a capacidade de leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos literários.
- ♣ Produzir textos da esfera acadêmica que exponham o resultado desta experiência de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2011. CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – 1836- 1880**. São Paulo: Outro sobre Azul, 2012. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Outro sobre Azul, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010. FARACO, Carlos Alberto. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental: de acordo com as normas da ABNT**. SP: Atlas, 2009. RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Edições 10, 2009. TODOROV, Tzvedan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Leituras orientadas em gramática do português brasileiro**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Desenvolvimento de leituras selecionadas sobre o tema, realizando leituras, análises críticas e seminários, com a produção de um banco de citações, resumo e resenha crítica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ler, priorizar ideias, sublinhar, elaborar relações com as ideias do texto e o conhecimento prévio. Produzir banco de citações literais, resumos e resenhas críticas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Responder: Como se lê, prioriza ideias, sublinha e elabora relações?
- ♣ Responder: Como se produz um banco de citações e para que?
- ♣ Responder: Como se elabora resumos de acordo com as ideias priorizadas?
- ♣ Responder: Como se escreve uma resenha crítica e para que?

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Aprenda como sublinhar as ideias de um texto disponível em <https://adeildojr.com/como-sublinhar-as-ideias-de-um-texto/> acessado em 25/10/2022

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada:** limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2017.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia. **Mas o que é mesmo “GRAMÁTICA”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Prática de texto para estudantes universitários.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental:** de acordo com as normas da ABNT. SP: Atlas, 2009.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Letramento Digital II**

♣ Carga horária total: 60

- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Conhecimento para produção de conteúdo digital e uso de tecnologia na comunicação, na utilização de diferentes tipos de mídia, na busca e consumo de informação de forma ética e crítica.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer tecnologias digitais para produzir conteúdos digitais e utilizar em diferentes tipos de mídias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer tecnologias digitais que podem ser utilizadas para escrever, falar, apresentar, interpretar e pesquisar;
- ♣ Desenvolver usos e possibilidades da Web: comunicação, colaboração, compartilhamento, pesquisa, aplicativos e sites.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KENSKI, Vani M. Educação e Tecnologias: no ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARANHA FILHO, Francisco. (2015). **Tecnologia no Ensino** (Ei! Ensino Inovativo, volume especial 2015). 10.13140/RG.2.1.3245.1921. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/view/3058>

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin; COSTA, Renata Ferreira. **Multimodalidade e Práticas de Multiletramentos no Ensino de Línguas**. São Paulo, SP: Blucher, 2019. 304 p ISBN 9788580394085. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/9788580394085> . Acesso em: 13 out. 2022.

COSCARELLI, Carla Viana. **Letramento Digital**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

KOERICH, V., & LAPA, A. (2020). **Elementos relevantes para a formação de professores na cultura digital**. Revista e-Curriculum, 18(4), 1815-1834. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p1815-1834>

ORTEGA RODRÍGUEZ, PJ **Da Realidade Estendida ao Metaverso: uma reflexão crítica sobre as contribuições para a educação**. Teoria Educacional. Revista Interuniversitária , [S. l.] , v. 34, nº. 2 P. 189–208, 2022. DOI: 10.14201/teri.27864. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-3743/article/view/27864>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Marco. **Formação de professores para docência online**. São Paula, SP: Edições Loyola, 2012.

SOUZA, Renato Antônio. **Multimídia em educação a distância**. São Paulo, SP. Cengage Learning 2015.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Literatura e Cinema**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

A história do cinema e do audiovisual e sua relação com a literatura. O universo das adaptações literárias. Concepções de narrativa no cinema e na literatura. A literatura transposta para o meio audiovisual e a transtextualidade entre obras literárias e audiovisuais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Familiarizar-se com o universo das adaptações literárias e refletir sobre concepções de narrativa na literatura e no cinema.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Debater sobre o conceito de adaptação;
- ♣ Comparar de textos literários com textos fílmicos;
- ♣ Analisar elementos narrativos na literatura e no cinema.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AUMONT, J. **A Imagem**. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
 STAM, Robert. **Introdução a Teoria do Cinema**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2010.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORDWELL, David. **Film Art: an introduction**. 9th ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

EISENSTEIN, Sergei. **A Forma do Filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

METZ, Christian. **A Significação do Cinema**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a Análise Fílmica**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Literatura e Outras Linguagens como Estratégia de Letramento**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Manifestações artísticas em diálogo com a literatura e sua aplicabilidade em contextos de ensino e aprendizagem. Estratégias de aproximação entre leitor e texto.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Experienciar a leitura de textos literários como uma atividade ativa, crítica e criativa em diálogo com outras manifestações artísticas. Promover letramentos múltiplos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Pesquisar sobre a relação da literatura com outras linguagens artísticas;
- ♣ Debater sobre sua aplicabilidade em sala de aula;

- ♣ Revisitar estudos da abordagem comparatista e/ou dos Estudos de Adaptação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRAIT, Beth. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIAPPINI, Lígia. **Reinvenção da catedral**. In: Língua, literatura, comunicação: novas tecnologias e políticas de ensino. São Paulo: Cortez, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CÂNDIDO, Antônio. "O direito à literatura". In: **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COSTA, Cristina. **Questão de arte**. O belo, a percepção estética e o fazer artístico. São Paulo: Moderna, 2004.

JOUBE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

GIL, José. **A imagem-nua e as pequenas percepções**. Estética e metafenomenologia. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1996.

NITRINI, Sandra. **Literatura comparada**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE - FUNARTE (Org.). **O olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Crítica e intertextualidade. In: ____. **Texto, crítica, escritura**. São Paulo: Ática, 1978.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Linguagem: Aspectos Linguísticos, Cognitivos e Sociais**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica: 90

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Ênfase na construção e desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da linguagem na criança, desde o início da sua vida e ao longo dela.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Abordar os processos de construção e desenvolvimento linguístico, cognitivo e social da linguagem na criança.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as teorias do desenvolvimento da linguagem em seus aspectos fonológico, sintático, semântico e pragmático.
- ♣ Articular as relações entre pensamento, linguagem e cultura.
- ♣ Estudar as concepções de linguagem, língua, fala, discurso, interação, mediação, signo, significante, significado e oralidade.
- ♣ Estudar as implicações pedagógicas destas diferentes concepções.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ADAMS, M. J et al. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TERZI, Sylvia Bueno. **A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados**. In: KLEIMAN, Ângela. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, e como se faz**. Loyola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Oralidade: merece ser um saber escolar?** In: SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Metodologia de Ensino e da aprendizagem de língua materna II**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Análise das propostas didático-metodológicas da BNCC acerca dos conteúdos de Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio. Estudo do texto como unidade de ensino. Planejamento e práticas de aula em língua portuguesa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer a BNCC e suas propostas para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa e suas literaturas. Elaborar planos de aula e material didático para o ensino da língua portuguesa, coerentes com a realidade educacional brasileira. Identificar, pontuar e refletir criticamente sobre o(s) papel(is) do professor de língua portuguesa (presencial e a distância) no contexto atual da educação brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a BNCC, suas competências e habilidades relacionadas com o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa e suas literaturas;
- ♣ Compreender o uso do texto como unidade de ensino;
- ♣ Planejar práticas de aula em língua portuguesa;
- ♣ Identificar, pontuar e refletir sobre o(s) papel(is) do professor no contexto da educação nacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC, **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acessado em 24/10/2022.
BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2007.
DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 87 p.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

FIORIN, Jose Luiz. **Para entender o texto: leitura e redação.** 17 ed. São Paulo: Ática, 2007. 432 p.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 192 p

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Gramática: nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática.** 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. 228p.

ROJO, R.H.R. **Modos de Transposição dos PCNS às práticas de sala de aula: Progressão curricular e projetos.** In: ROJO, R.H.R (Org.). A prática de linguagem em sala de aula. São Paulo: EDUC, 2005, 27- 38.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Metodologia de Pesquisa em Literatura**

♣ Carga horária total: 30

♣ Carga horária teórica: 30

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Iniciação à pesquisa de fenômenos literários e culturais. Apresentação dos conceitos inerentes à metodologia científica, sua natureza e tipos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Orientar os estudos literários para a aplicabilidade científica. Enunciar hipóteses com embasamento científico e estruturar a pesquisa vinculando a hipótese com o marco teórico. Desenvolver esboço de projeto de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Delimitar a temática e a estrutura da pesquisa;
- ♣ Mapear problemas e formular hipóteses;

- ♣ Definir objeto e corpus;
- ♣ Definir objetivos e metodologia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SOUZA, Roberto Acizelo Quelha de. **Teoria da Literatura**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- WELLEK, René. **Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COMPAGNON, A. **O Demônio da Teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Pedagogia de Projetos e Intervenção Pedagógica**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 75
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Pedagogia de Projetos. Prática de pesquisa da atuação docente: gestão e elaboração Síntese de ideias, experiências e conhecimentos dos diferentes componentes curriculares estudados no decorrer do curso e a problematização de situações do contexto educacional. Elaboração de projeto educativo como conclusão do componente curricular.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Identificar, compreender e analisar as relações entre os espaços educativos e a sociedade, abordando a prática pedagógica sob uma perspectiva contextualizada, crítica e reflexiva, realizando um projeto de intervenção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Conhecer os diferentes tipos de projetos educativos e como a pesquisa impacta na formação docente;
- ❖ Estudar os diferentes tipos de projetos pedagógicos e de intervenção;
- ❖ Desenvolver atividade multidisciplinar a partir de contextos educativos;
- ❖ Compreender a função social da educação em espaços escolares e não escolares;
- ❖ Mapear as principais etapas de um projeto educativo;
- ❖ Promover um mapeamento de projetos e programas existentes na atualidade pelo MEC;
- ❖ Entender a questão do trabalho docente e a importância da pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05 mar 23
- HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do currículo por projetos de trabalho; o conhecimento é um caleidoscópio**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação; os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- JEAN, Pierre Boutinet. **Antropologia do Projeto**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos.- Porto Alegre: Artmed, 2002. 5ª Edição, 318p.
- LUDKE, Menga. **O Professor, seu Saber e sua Pesquisa**. Educ. Soc. v.22 n.74 Campinas, abr., 2001. <http://atlas.ucpel.tche.br/~poslet/textos/Ludke.pdf>.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de Projetos – Transformando idéias em resultados**. Editora Atlas SA, São Paulo, 1997.
- MOURA, D. G., BARBOSA, E. F., NAGEM R. L. **Projetos em Educação – Apontamentos**. Publicação dos autores, Belo Horizonte, 2001.
- ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 2015.
- VIEIRA, Karine Moura. **Cibercultura**. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

VIEGAS, Lygia de Souza; ANGELUCCI, Carla Biancha (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação: Uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MATOS, Sônia Regina de Luz; SCHULER, Betina (Orgs.). **Diálogos com a Educação: Política Escola e Escrita**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

QUEIROZ, Daniela Moura. **Educação como direito fundamental de natureza social**. (Belo Horizonte, online) [online]. 2018, vol.3, n.11. ISSN 2526-1126. <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educação-como-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf>.

JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docentes**. Curitiba: InterSaberes, 2013

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Planejamento e Avaliação Educacional na Educação Básica**

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 75

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

A prática avaliativa. Formatos avaliativos e concepções de planejamentos. Considerações históricas acerca da Avaliação Educacional e suas influências na prática docente. Principais abordagens, pressupostos, conceitos e estratégias de avaliação. Avaliação educacional: planejamento, implementação e operacionalização docente. Pesquisa sobre as práticas avaliativas e políticas avaliativas em Educação.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Identificar, descrever, analisar, refletir criticamente sobre a trajetória dos conceitos, concepções e métodos de alfabetização ao longo da história da educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar os formatos avaliativos e a prática avaliativa,
- ♣ Estudar as concepções de planejamentos;
- ♣ Estudar as considerações históricas acerca da Avaliação Educacional e suas influências na prática docente.
- ♣ Estudar as principais abordagens, pressupostos, conceitos e estratégias de avaliação.
- ♣ Pesquisar sobre as práticas avaliativas e políticas avaliativas em Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1997
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- GROSSI, Esther Pillar. **Didáticas do nível pré-silábico, silábico e alfabético**. Paz e Terra, 1990.
- MORAIS, Artur G. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2002
- MORAIS, Artur G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- COLELLO, Silvia. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Materiais e recursos para a sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MORTATTI, Maria do Rosário. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo (Ed. Unesp-2000).
- RAPOPORT, Andrea et. al. (Orgs.). **A Criança de 6 anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Pragmática**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Conceitos, objetos e limites da Pragmática. Estudo do sentido e estudo da linguagem em uso.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Abordar os principais conceitos da Pragmática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar objetos de análise da Pragmática.
- ♣ Analisar aspectos da linguagem referentes ao uso da língua.
- ♣ Estabelecer relações entre Léxico, Sintaxe, Semântica e Pragmática.
- ♣ Identificar os conceitos de significado, sentido e referente.
- ♣ Distinguir aspectos da construção da referência: anáfora e dêixis.
- ♣ Analisar atos ilocutórios em contextos situacionais diversos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ARMENGAUD, Françoise. **Pragmática**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.
- ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.
- SEARLE, J. R. **Expressão e significado**: estudo das teorias dos atos de fala. 2 ed São Paulo: Martins Fontes, 2002.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática** - col. na ponta da língua. São Paulo: Parábola, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica e Pragmática**. Campinas: Pontes, 2006.
- ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica** - Brincando com a Gramática. São Paulo: Contexto, 2006.
- TAMBA-MECZ, Irene. **A Semântica**. São Paulo: Parábola, 2006. OLIVEIRA, Luciano A. **Manual de Semântica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Psicologia e Educação I**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Grupo operativo e seu funcionamento na sala de aula. A constituição do grupo de sala de aula a fim de potencializar a interação. O trabalho em grupo: pressupostos teóricos e práticos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer a teoria dos grupos operativos e sua articulação com as interações em sala de aula;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar estratégias didáticas para a constituição do grupo operativo em sala de aula;
- ♣ Explicitar os pressupostos teóricos e práticos que qualificam o trabalho em grupo em sala de aula.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BASTOS, A. B. **A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon** disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010 acessado em 24/10/2022

CASTANHO, P. **Uma Introdução aos Grupos Operativos: Teoria e Técnica.** Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007 acessado em 25/10/2022.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação.** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Lucchese, R. BARROS, S. **Grupo operativo como estratégia pedagógica em um curso graduação em enfermagem**: um continente para as vivências dos alunos quartanistas. acessado em 25/10/2022.

SCHWARTZ, S. O trabalho em grupo como princípio de aprendizagem. IN: Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. 3a ed. 8a reimpressão. RJ: Petrópolis: Vozes, 2018.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Seminário aberto em estudos literários**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudos dirigidos sob orientação do/a professor/a responsável pelo componente curricular através da leitura, análise e debate de textos literários.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ampliar os conhecimentos acerca de um determinado assunto e/ou autor/a através da leitura, análise e debate de textos fundamentais dos estudos literários. Aprofundar temas relevantes sobre questões e problemas inerentes a expressões literárias modernas e contemporâneas a partir de perspectivas plurais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Ler e debater criticamente os textos selecionados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2011. CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos – 1836- 1880. São Paulo: Outro sobre Azul, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Outro sobre Azul, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental**: de acordo com as normas da ABNT. SP: Atlas, 2009.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Edições 10, 2009.
- TODOROV, Tzvedan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Seminários abertos: temas atuais da educação**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Histórico das Legislações Educacionais. A educação na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Prescrições Curriculares para a Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Legislação e Diversidade. Referencial Curricular Gaúcho.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Identificar, compreender e analisar como se estrutura a legislação educacional brasileira e os temas emergentes e transversais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Pesquisar legislações específicas tais como: BNCC, LDB, ECA
- ❖ Identificar estrutura organizacional da legislação
- ❖ Identificar políticas públicas atuais para o desenvolvimento e a qualificação da educação nacional tais como FUNDEB;
- ❖ Estudo das propostas pedagógicas e regimentos dos municípios e/o Estados.

- ❖ Promover a compreensão das prescrições indicadas pela LDB nº 9.394/1996 para a Educação Básica e as diferentes modalidades de ensino.
- ❖ Analisar de forma crítica, à partir da legislação educacional o funcionamento e a qualidade da Educação Básica
- ❖ Promover um mapeamento de projetos e programas existentes na atualidade pelo MEC

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, MEC – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional> acessado em 05/10/2022

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional comentada e interpretada por artigo por artigo**. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Política e Legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

LESSARD, Claude. **Políticas Educativas: Aplicação na Prática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELOS, Valdo; DANTAS, Tânia Regina (Orgs.). **Políticas e Práticas na Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis: Editora Vozes. 2015.

MATOS, Sônia Regina de Luz; SCHULER, Betina (Orgs.). **Diálogos com a Educação: Política Escola e Escrita**. Caxias do Sul: Educus, 2014.

VIEGAS, Lygia de Souza; ANGELUCCI, Carla Biancha (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação: Uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LIBÂNEO José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>

QUEIROZ, Daniela Moura. **Educação como direito fundamental de natureza social**. (Belo Horizonte, online) [online]. 2018, vol.3, n.11. ISSN 2526-1126. <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educação-come-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf>

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO Maria Raquel; LIMA Paula de. **Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia**. Disponível: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Sintaxe do Espanhol**
 Carga horária total: 30
 Carga horária teórica presencial: 0
 Carga horária teórica a distância: 30
 Prática como Componente Curricular presencial: 0
 Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Questões conceituais relacionadas ao nível sintático. Estudo das orações condicionais, finais, causais concessivas e consecutivas em espanhol. Análise, identificação e classificação das tipologias oracionais e de suas funções no processo comunicativo em espanhol. Correlação entre os tempos verbais e as tipologias oracionais.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Compreender as tipologias oracionais em espanhol do ponto de vista normativo e comunicativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Identificar os tipos de orações em espanhol;
- ❖ Classificar as orações em adverbiais, substantivas ou relativas;
- ❖ Produzir orações subordinadas em espanhol.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABIO, G.; SÁNCHEZ, J.; YAGÜE, A. **La adquisición de segundas lenguas en un contexto de enseñanza**. Análisis de las investigaciones existentes, 2006. [on-line] (trad. de ELLIS, Rod. "Instructed Second Language Acquisition. A literature review", 2005) [on-line]

BOSQUE MUNOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Gramática descriptiva de la lengua española**. 1.ed. Madrid: Espasa, 2006. 3 v. (Colección Nebrija y Bello). ISBN 8423979180 (t.1).

MATTE BON, Francisco. **Gramática comunicativa del español**. 1.ed. Madrid: Edelsa, 2006. 2.v. ISBN 0750306068.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua**. Madrid: Espasa, 2005. 418 p. ISBN 9788423992065.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTRO. F. **Uso de la gramática española (avanzado)**. Madrid: Edelsa, 2002

CASTRO. F. **Uso de la gramática española (intermedio)**. Madrid: Edelsa, 2002

ELLIS, Rod. Instructed second language acquisition: A literature review, 2005.

SPADA, N. **Form-focused instruction and second language acquisition: A review of the classroom**. *In: Studies in second language acquisition*, 15, 205-221, 1997.

SPADA, N.; LIGHTBOWN, M. P. (2008) **Form-Focused Instruction: Isolated or Integrated?** *In: Tesol Quarterly*, vol. 43, n. 2, 2008.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Sintaxe do Inglês**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 30

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Estrutura sintática da Língua Inglesa. Processos e funções sintáticas. Constituintes da oração. Tempos verbais. Classes de palavras e respectivas funções.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Conhecer a estrutura sintática da língua inglesa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Identificar os elementos constituintes da oração.
- ❖ Compreender as funções substantiva, adjetiva e adverbial.
- ❖ Conhecer e utilizar adequadamente os tempos verbais da língua inglesa.
- ❖ Identificar as classes de palavras.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMOS, E.; PRESCHER, E. **The new simplified grammar**. São Paulo: Richmond, 2004.

MURPHY, R. **English Grammar in Use: a self-study reference and practice book for intermediate students of English / with answers**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University, 2004.

RUNDELL, M. (Ed.). **Macmillan English dictionary for advanced learners of American English**. Oxford: Macmillan, 2007.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BADALAMENTI, Victoria. **Grammar dimensions: form, meaning, use**. 4th ed. Australia, USA: Thompson, 2007.

CELCE-MURCIA, M.; LARSEN-FREEMAN, D. **The grammar book**. Los Angeles: Heinle & Heinle, 1999.

LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

PINILLA, Raquel et. al. **Oxford practice grammar basic: with answers**. Oxford, UK: Oxford University, 2010.

WALTER, C. **Authentic reading texts for intermediate students of American English**. New York: Cambridge University, 1986.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Sociologia da Educação**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Pensamento sociológico na educação e estudos dos autores clássicos da sociologia.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover através dos estudos dos autores referência da sociologia a leitura autônoma que compreenda cientificamente as leis de transformação e desenvolvimento do conhecimento sociológico na educação. Revisitar os clássicos sempre que for possível, mantendo o compromisso de uma

atenção epistemológica, necessária para a produção e o ensino de conhecimentos sociológicos relacionados com a educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir criticamente sobre o processo educativo acadêmico numa perspectiva sociológica, que nos leva a vivenciar a passagem gradual do senso comum para o pensamento científico.
- ♣ Buscar acima de tudo encorajar, dar sentido, mobilizar a visão sociológica como elemento fundamental para a educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAUJO, Glauco Ludwig et al. **Sociologia para não sociólogos** [recurso eletrônico] : os clássicos da sociologia : Durkheim, Weber e Marx. Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora**. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Organizador). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GUARESCHI, PEDRINHO A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. 50a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

PAIXÃO, L. P. ZAGO, N. (Org). **Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2007.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tecnologia e Inovação no Ensino de Línguas**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 0

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 30

EMENTA

Concepções e implicações didáticas de ensino-aprendizagem de línguas adicionais em ambientes virtuais de aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Discutir questões sobre o processo de ensino-aprendizagem de Línguas Adicionais nas modalidades presencial, híbrida, remota e a distância.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Promover a utilização de plataformas de ensino-aprendizagem (abertas e fechadas);
- ❖ Construir estratégias didáticas voltadas aos ambientes virtuais de aprendizagem;
- ❖ Criar recursos didáticos voltados à aprendizagem online.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LEFFA, Vilson. **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos que aprender?**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2017. 198 p. (Linguagens e tecnologias; 2). ISBN 9788579341076.

RAPAPORT, Ruth. **Comunicação e tecnologia no ensino das línguas**. Curitiba: Ibpex, 2008. 166 p. (Metodologia de ensino da língua portuguesa e estrangeira; v.8). ISBN 97899583883.

FERRO, Jeferson; BERGMANN, Juliana Cristina Faggion. **Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira**. Curitiba: Ibpex, 2008. 146 p. (Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira; v. 7). ISBN 9788599583197.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

TAVARES, Cláudia. **Letramento crítico e sala de aula invertida: perspectivas no processo de aprendizagem ativa e significativa de inglês no ensino fundamental em rede pública**. 132. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2021.

LASSEN, Leandro Marcos. **Oralidade e tecnologias na escola pública: uma proposta para promover o engajamento estudantil nas aulas de língua inglesa no ensino fundamental**. 133 p. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2017.

SILVA, Noemi Lopes da. **O ensino de língua inglesa em uma escola pública de Alegrete/RS: do olhar para o ENEM a uma proposta didática voltada ao letramento crítico**. 319 p. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2016.

MARTIN, Pierre Corrêa. **Uso de imagem, áudios e vídeos em MOOCs: o “Guia Universalizar” como uma proposta de acessibilidade Web**. 206 f.: il. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2021.

OLIVEIRA, Jairo de. **O ensino da produção oral em língua inglesa no Instituto Federal Farroupilha: uma experiência pedagógica com material didático autoral focado na instrução diferenciada**. 259 p. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2017.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Tecnologias Digitais e Educação**

♣ Carga horária total: 90

♣ Carga horária teórica: 90

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Contexto social contemporâneo e o conceito de inclusão digital. Aspectos conceituais da cultura digital na educação. Análise dos recursos de informática e tecnologias digitais no processo educativo. Ferramentas de autoria, colaboração e compartilhamento para desenvolvimentos de processos pedagógicos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar diferentes tecnologias para a produção de conteúdos digitais, comunicação, pesquisa, compartilhamento e colaboração online, no contexto de uso ético e da cultura digital na educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer tecnologias digitais para a produção de conteúdos digitais, comunicação, pesquisa, compartilhamento e colaboração *online*;
- ♣ Conhecer sobre Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ♣ Estudar sistemas de videoconferência.

- ♣ Potencializar a produção de materiais educacionais digitais e propostas pedagógicas

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca. **Inclusão Digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias**: no ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARANHA FILHO, Francisco. (2015). **Tecnologia no Ensino** (Ei! Ensino Inovativo, volume especial 2015). 10.13140/RG.2.1.3245.1921. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/view/3058>

COSCARELLI, Carla Viana. **Letramento Digital**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

KOERICH, V., & LAPA, A. (2020). **Elementos relevantes para a formação de professores na cultura digital**. Revista e-Curriculum, 18(4), 1815-1834. doi:<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p1815-1834>

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SILVA, Robson Santos da. **Moodle para autores e tutores**. 2. ed. Novatec, 2011.

SOUZA, Renato Antônio. **Multimídia em educação a distância**. São Paulo, SP. Cengage Learning 2015.

TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas. SENAC São Paulo, 2010.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Tecnologia em Contexto Social**

♣ Carga horária total: 45

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Tecnologias para o desenvolvimento social. Direitos humanos. Cidadania. Formação continuada. Aspectos formais, informais e técnicos no desenvolvimento de tecnologias.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Perceber-se como cidadão, protagonista no cumprimento de direitos e deveres. Conhecer e propor tecnologias para o desenvolvimento social. Identificar diferentes atores envolvidos no desenvolvimento de tecnologia. Situar tecnologias em seu contexto social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os aspectos informais, formais e técnicos envolvidos na tecnologia;
- ♣ Conhecer aspectos sociais envolvidos na tecnologia;
- ♣ Identificar o impacto da tecnologia sobre a sociedade e o mundo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 7.ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2007.
- LIU, K. **Semiotics in Information Systems Engineering**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- SOMMERVILLE, I. **Engenharia de Software**. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BODKER, K.; KENSING, F.; SIMONSEN, J. **Participatory IT Design: designing for business and workplace realities**. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- FRANÇA, J. L.; VASCONCELOS, A. C. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- GALLO, S. **Ética e Cidadania: caminhos da filosofia**. 20.ed. São Paulo: Papyrus, 2011.
- NATIONS, U. Human Rights. Disponível em: <https://goo.gl/gTQBFX>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

* Outras referências poderão ser indicadas pelo professor

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Teoria e Crítica Étnico-racial**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 30

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Estudo da teoria e crítica étnico-racial para promover uma nova perspectiva social.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Promover uma educação antirracista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Analisar a construção dos conceitos de raça e racismo para desconstruí-los;
- ❖ Discutir como o racismo, como parte da estrutura desse sistema de dominação mundial, transforma e é transformado pelas relações sociais de produção;
- ❖ Discutir sobre territorialidade quilombola, africanidades, políticas de promoção à igualdade e a importância da visibilidade das mulheres negras para a promoção de mudanças políticas e sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NASCIMENTO, Flavio Antonio da Silva. **O beabá do racismo contra o negro brasileiro: subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opinião e militantes**. Rondonópolis, MT: Print Editora, 2010. 616 p. ISBN 9788586422232.

SANTOS, Eliziane Sasso dos. **Formação docente para implementação da lei 10639/03**. Jaguarão, RS 2014. 258 f Relatório crítico-reflexivo (Mestrado) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, RS, 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. 298 p. : (Temas de interesse do legislativo; 19). ISBN 9788540200210.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo, SP: Annablume, 2003. 253 p. ISBN 8574193755.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Maçonaria, anti-racismo e cidadania**. São Paulo, SP: Annablume, 2010. 286 p. ISBN 9788539100743.

KABENGELE MUNANGA. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012. 93 p. (Coleção Cultura Negra e Identidade). ISBN 9788575263808.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 144 p. (Preconceitos; 6.). ISBN 9788524917486.

SILVA, Silvío José Albuquerque E. **As nações unidas e a luta internacional contra o racismo**. 2. ed. - Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 291 p. ISBN 9788576313380.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Teorias do Currículo**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Apresentação das teorias do currículo com os pressupostos ideológicos, culturais e políticos que subsidiam as práticas pedagógicas nas representações curriculares. Tipologias e discussões curriculares. Currículo, cultura e sociedade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as teorias do currículo. Analisar os diferentes tipos de currículo e suas relações com a prática pedagógica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer e compreender as teorias do currículo;
- ♣ Analisar as tipologias e suas relações com a prática pedagógica;

- ♣ Estudar aspectos da cultura e sociedade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MOREIRA, Antonio Flávio **Currículos e Programas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, Juan Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artimed, 1998.

PEDRA, José Alberto. **Currículo, conhecimento e suas representações**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

* *Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Teorias do Discurso**
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Introdução à retórica e a modelos argumentativos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer a teoria retórica neo-aristotélica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar e conhecer a teoria retórica e os modelos argumentativos de Stephen Toulmin e Chaim Perelman e Olbrecht-Tyteca.
- ♣ Analisar textos conforme teoria e modelos argumentativos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, A. L. T. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BINI, E. **Retórica a Alexandre**. São Paulo: Edipro, 2011. GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. 4 ed São Paulo: Pontes, 2007.

PERELMAN, C. H; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Teorias e Práticas Alfabetizadoras I**

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 75

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Abordagem histórica dos conceitos e dos métodos de alfabetização. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas atuais. A alfabetização inicial. Letramento e/ ou Cultura Escrita. Psicogênese da língua escrita e suas implicações pedagógicas. Produção e apropriação da leitura e da escrita: metodologia de alfabetização a partir do texto.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer historicamente os conceitos e métodos de alfabetização, os processos de alfabetização, letramento e/ou cultura escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar, descrever, analisar, refletir criticamente sobre a trajetória dos conceitos, concepções e métodos de alfabetização ao longo da história da educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1997
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- GROSSI, Esther Pillar. **Didáticas do nível pré-silábico, silábico e alfabético**. Paz e Terra, 1990.
- MORAIS, Artur G. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2002
- MORAIS, Artur G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- COLELLO, Silvia. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Materiais e recursos para a sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MORTATTI, Maria do Rosário. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo (Ed. Unesp-2000).
- RAPOPORT, Andrea et. al. (Orgs.). **A Criança de 6 anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Teorias e Práticas Alfabetizadoras II**
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 75
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Contextualização e análise das práticas de ensino da leitura e escrita na Educação Básica. Construção de propostas e materiais didáticos para o ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e produção de textos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Contextualizar, analisar e planejar práticas de trabalho com a língua materna no contexto da educação infantil, nos anos iniciais e na educação de jovens e adultos, com base no diagnóstico do conhecimento prévio dos discentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contextualizar e analisar práticas de ensino da leitura e escrita na Educação Básica;
- ♣ Construir propostas e materiais didáticos para o ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e produção de textos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. São Paulo: Cortez, 2002.

JOLIBERT, Josette; SRAIKI, Christine. **Caminhos para aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2008.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COLELLO, Silvia (org.). **Textos em contextos: reflexões sobre o ensino da língua escrita**. São Paulo: Summus, 2011.

CURTO, Lluís M.; MORILLO, Maribel M.; TEIXIDÓ, Manuel M. **Materiais e recursos para a sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JOLIBERT, JOSETTE; JACOB, Jeannett; (col.). **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliane; MORAIS, Arthur. **Alfabetizar Letrando na EJA**. Autêntica, 2011.

PAUSAS, Ascen D. U. (Org.). **A aprendizagem da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

** Outras referências poderão ser indicadas pelo professor*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tópicos de Culturas Anglófonas**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 30

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Aspectos da cultura anglófona integrando perspectivas interculturais.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Ampliar conhecimentos linguísticos e culturais, através de vínculos com a história da língua inglesa e das civilizações anglófonas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Compreender as diversidades linguísticas e culturais constitutivas da língua inglesa em diferentes contextos culturais anglófonos.
- ❖ Adquirir consciência sobre as próprias identidades sociais, reconhecendo e exercitando o princípio da alteridade.
- ❖ Analisar, comparar, contrastar, sintetizar, avaliar de forma crítica e criativa diferentes produtos provenientes de diversos contextos de produção cultural anglófona.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. O Local da cultura. UFMG, 2010.

KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos. Contextos, 2007.

SAID, Edward. Orientalismo. Companhia do Bolso, 2007.

* *Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FULK, R. D. et al. **A history of old English literature**. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2005.

GREENBLATT, S. (ed.). **The Norton anthology of English literature**. New York, London: W. W. Norton & company, 2005.

HARMON, W. **A Handbook to literature**. New York: Pearson Prentice Hall, 2008.

SANDERS, A. **The short Oxford history of English literature**. Oxford: Clarendon, 2004.

WALLACE, D. **The Cambridge history of Medieval English literature**. Cambridge: Cambridge University, 1999.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tópicos de Culturas Hispânicas**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 30

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Formação da Península Ibérica desde as suas origens com a chegada dos primeiros invasores. Análise do processo de colonização da América Latina pelos espanhóis e suas consequências: o desaparecimento dos povos autóctones e suas línguas.

OBJETIVO GERAL

Apresentar um panorama geral da cultura hispânica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o processo de formação cultural da Península Ibérica por meio dos diferentes povos que a invadiram, bem como a contribuição destes para a identidade ibérica;
- Estudar o processo de colonização da América Latina pelos espanhóis e suas influências na formação de nossas nações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDRADE FILHO, Ruy. **Os mulçumanos na península ibérica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. **Ensayos y comentarios**. (trad. de Rodolfo M. Sandoval e María Teresa Celada). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Fondo de Cultura Económica de México, 1995.

Cymerman, Claude; Fell, Claude. **História de la literatura hispanoamericana**. Argentina; Edicial, 2001.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e Astecas: culturas pré-colombinas**. São Paulo: Ática, 1995.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GALEANO, Eduardo. **Memorias del Fuego** (3 volúmenes). Siglo XXI, México, 1985. JIMÉNEZ, Felipe B. Pedraza; CÁCERAS, Milagros Rodríguez. **Literatura española: historia y textos**. Barcelona: Octaedro, 1999.

MAHN-LOT, Marianne. **A conquista da América Espanhola**. (tradução de Marina Appenzeller). Campinas, SP: Papirus, 1990.

PÉREZ, Florentino (org.) **Cristóbal Colón**. Barcelona: Ediciones Nauta, 1991.

PIZARRO, Ana (org.). **Palavra, literatura e cultura**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990 (coleção em 3 volumes com textos em português e espanhol).

POPOL VUH. **Las Antiguas historias del Quiché**. FCE, México, 1992 Revista HABLA números 2,3,4,5 e 10. São Paulo, Editora Peixes, 2009.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario panhispánico de dudas**. Madrid: Santillana, 2005. 1.v. ISBN 8429406239.

DICCIONARIO de dudas y dificultades de la lengua española. Madrid: Espasa, 2006

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tópicos de Ensino de Português como Língua Adicional**

Carga horária total: 30

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 15

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 15

EMENTA

Aspectos teóricos e práticos do ensino de língua portuguesa como língua adicional para contextos múltiplos.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Compreender aspectos centrais sobre a docência de língua portuguesa como língua adicional para diferentes contextos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Produzir materiais didáticos situados e adaptados para o público-alvo em questão;
- ❖ Criar soluções para dificuldades específicas dos aprendizes, de acordo com sua nacionalidade ou nível de escolaridade;
- ❖ Vincular às aulas produzidas conteúdos com aspectos culturais do Brasil e da região em que a UNIPAMPA está inserida.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.). **O ensino do português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais** / 2.ed. Campinas, SP : Pontes, 1997.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.). **Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

DIAS, R; CRISTÓVÃO, V. L. (Orgs.). **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 265-304.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Gramática do português falado: volume I : a ordem** / 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado: volume II : Níveis de análise linguística**, 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

KATO, Mary A. (org.). **Gramática do português falado: volume v: Convergências** 2. ed. Campinas, SP : Editora Unicamp, 2002.

MOROSOV, Ivete. **A didática do ensino e avaliação da aprendizagem em língua estrangeira**. Curitiba: Ibpex, 2008.

SCARAMUCCI, Matilde V. Ricardi; WIEDEMANN, L. (Orgs.). **Português para falantes de Espanhol: Ensino e Aquisição**. Campinas, SP: Pontes, 2008.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Tópicos de Feminismo(s)**
- ♣ Carga horária total: 30
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Estudos feministas com foco em poéticas feministas e análise de escrita de autoria feminina, refletindo sobre os desdobramentos destes estudos e movimentos feministas na vida contemporânea pública e privada.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as concepções de patriarcado, gênero e relações sociais de sexo. Refletir acerca do feminismo como movimento de transformação social e seus desafios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Debater e analisar textos ficcionais e não-ficcionais de autoria feminina aplicando e discutindo as abordagens feministas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode um Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. **Profissões para Mulheres e Outros Artigos Feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Branca Moreira. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEDRO, Joana Maria et al. (Orgs.). **Fronteiras de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

SILVA, Fabiane Ferreira; BONETTI, Alinne de Lima (Orgs.). **Gênero, Interseccionalidades e Femininos**: desafios contemporâneos para a educação. São Leopoldo: Oikos, 2016.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tópicos de Literaturas Anglófonas**

Carga horária total: 60

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 60

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Estudo de aspectos socioculturais e literários dos países e comunidades falantes de língua inglesa. Condições de produção, estruturas temáticas, construção de personagens, e estratégias narrativas na ficção produzida por escritores e escritoras de diferentes nacionalidades e etnias nas literaturas de língua inglesa.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Familiarizar o aluno a respeito de obras da literatura anglófona através do estudo de textos “canônicos” ou “não canônicos”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Introduzir noções sobre intertextualidade, intermedialidade, pós-colonialismo e pós-modernismo;
- ❖ Proporcionar discussões sobre literatura como produto cultural de um contexto histórico, econômico e social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode um subalterno falar?** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2010.
- * Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BAKHTIN, M. M. **Nenhuma Ilha é uma Ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GREENBLATT, Stephen. **The Norton Anthology of English Literature**. 8 th ed. New York: Norton, 2005.
- HARMON, William. **A Handbook to Literature**. 11th ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2008.
- HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANDERS, Andrew. **The Short Oxford History of English Literature**. 3 rd ed. New York: Oxford University, 2004.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: **Tópicos de Literaturas Hispânicas**

Carga horária total: 60

Carga horária teórica presencial: 0

Carga horária teórica a distância: 60

Prática como Componente Curricular presencial: 0

Prática como Componente Curricular a distância: 0

EMENTA

Processo de criação da literatura na Espanha e na América Espanhola. Relação entre literatura e história durante o período colonial espanhol. Identidade cultural através da Literatura na Espanha e América Latina. Análise de textos de diversos gêneros importantes para os períodos estudados.

OBJETIVO GERAL

- ❖ Conhecer o processo de formação da literatura de língua espanhola, bem como as representações literárias das relações entre metrópole e colônias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Relacionar literatura e história;
- ❖ Confrontar produções literárias ibéricas e latino-americanas;
- ❖ Analisar, com arcabouços teóricos diversos, diferentes produções literárias escolhidas para a disciplina;
- ❖ Aprofundar o conhecimento da língua por meio do contato com os textos literários.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010. 476 p. ISBN 9788578272609.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006. 387p. ISBN 8533622953.
- HAUSER, Arnold, 1892-. **História social da arte e da literatura**. 1.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998. 1032 p. ISBN 8533608373.
- ROGER, Jérôme. **A crítica literária**. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 2002. 200 p. (Coleção Enfoques.Letras). ISBN 8574320218.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar E. **Teoria da literatura**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2006. 817 p. ISBN 9724004228.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom quixote de la mancha**. Porto Alegre, RS: L & PM Pocket, 2006. 2 v. ISBN 8525413771.
- GARCIA MARQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. 60. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006. 394 p.
- PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. 3.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2006. 316 p. (Debates; v. 48). ISBN 8527300745.
- REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. 1. ed.no Brasil. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, , 2003. 555 p. ISBN 8574303860.

SARTRE, Jean-paul. **Que é a literatura?**. 3.ed. São Paulo, SP: Ática, 2004. 231 p. ISBN 8508033338.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: **Tópicos em Literaturas Lusófonas**
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 60
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Leitura de textos em língua portuguesa provenientes de países invadidos por portugueses, com ênfase em manifestações literárias e culturais contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Ampliar o acesso e compreensão a textos provenientes de países lusófonos, suas respectivas particularidades nacionais, e seus desdobramentos sociais e históricos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Ler e debater criticamente os textos literários selecionados pelo/a docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHAVES, Rita. Angola e Moçambique. **Experiência colonial e territórios literários**. São Paulo: Ateliê, 2005.

FIGUEIREDO, Eurídice (org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: ICALP, 1987.

FIGUEIREDO, Maria do Carmo e FONSECA, Maria Nazareth (orgs.). **Poéticas afro-brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza/ PUC Minas, 2002.

MACÊDO, Tania. **Angola e Brasil: estudos comparados**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

MELLO e SOUZA, Marina de. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

MUNANGA, Kabengelê e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: **Direitos Humanos e Cidadania**

♣ Carga horária total: 60

♣ Carga horária teórica: 60

♣ Carga horária prática:

♣ Carga horária de Prática como Componente Curricular:

EMENTA

Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos. Educar para a Cidadania: oficinas e ideias.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Reconhecer a relação existente entre os direitos humanos a educação e o exercício da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Compreender o significado dos Direitos Humanos e sua trajetória histórica;
- ❖ Reconhecer a educação como um direito público subjetivo, identificando-a no rol dos direitos humanos/fundamentais;
- ❖ Compreender a educação como um direito social, considerando o processo de construção da cidadania no Brasil;
- ❖ Identificar a relação existente entre os direitos humanos e a educação reconhecendo seu papel na formação do cidadão;
- ❖ Conhecer metodologias de trabalho de educação e direitos humanos no ensino fundamental e na EJA.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo do caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2008.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Programa de Desenvolvimento Educacional. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Caderno Pedagógico. Mônica Lobo de Athayde. Cidadania e Direitos Humanos – uma proposta formativa para a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Telêmaco Borba, 2014. [Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7]. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_monica_lobo_de_athayde.pdf
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Lúcia Helena (Coord.). **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Coordenação geral Lúcia Helena Lodi. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.
- BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Educação em Direitos Humanos Diretrizes Nacionais**. Brasília. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR. Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

** Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.*

Outros componentes complementares de graduação poderão ser elaborados e acrescentados a este PPC e encaminhados à secretaria acadêmica para registro, após ata devidamente apreciada com a aprovação pelo NDE do curso de Letras Português, licenciatura a distância.

4 GESTÃO

A organização acadêmica da Unipampa, por ser uma universidade *multicampi*, dá-se por meio de órgãos administrativos compostos por docentes, técnico-administrativos em educação e discentes representando todos os *campi*. São eles o Conselho Universitário e as Comissões Superiores. O CONSUNI constitui-se no órgão máximo da Unipampa, que, além de ser um órgão consultivo, estabelece doutrinas e normativas, sendo composto pelo reitor, vice-reitor, diretores de campus, pró-reitores e representantes das Comissões Superiores, docentes, discentes, técnico-administrativos em educação e comunidade externa.

As Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão também são órgãos consultivos, normativos e deliberativos, tendo representatividade de pró-reitorias, coordenações acadêmicas, coordenações de curso, discentes e técnicos. Cabe a essas comissões propor as políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão de acordo com o PDI da Unipampa. Ainda, alguns órgãos executivos atuam diretamente na administração acadêmica, como é o caso da Reitoria e de algumas Pró-Reitorias, como a de Graduação (PROGRAD), Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI), Extensão e Cultura (PROEXT), Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e Planejamento e Infraestrutura (PROPLAN). Estas visam à organização, planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de todas as atividades acadêmicas da Universidade. É importante salientar que há representação discente nesses órgãos e que o Curso de Letras – Português Licenciatura a Distância incentiva seus discentes a entenderem a organização administrativa da Unipampa e dela participarem. O apoio pedagógico institucional na Unipampa é oferecido pela Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI) que possui dois núcleos, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), além dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de cada campus/polo institucional.

A administração acadêmica de cada campus compõe-se pelo Conselho de Campus, Direção do campus, Coordenação e Secretaria Acadêmicas, Comissões

Locais de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenação de Curso, Comissão de Curso e NDE. O Conselho de Campus, por ser um órgão que estabelece as diretrizes para todas as atividades do campus, é composto pelo Diretor do campus, Coordenadores Acadêmico, Administrativo e de Cursos, bem como representantes do corpo docente, técnico-administrativo em Educação, discente e comunidade local. Compete à Coordenação Acadêmica coordenar o planejamento, o desenvolvimento, a execução e a avaliação de todas as atividades acadêmicas do campus. O funcionamento acadêmico de cada curso é viabilizado pela Comissão de Curso, pelo NDE e pelo Coordenador do Curso.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos para o Curso de Letras - Português Licenciatura à Distância são constituídos por servidores efetivos da instituição nos serviços de apoio da Divisão de Educação à Distância e, no campus sede do curso ou polos de apoio presencial, por 6 (seis) docentes efetivos vinculados ao curso, docentes formadores colaboradores, servidores técnico-administrativos em educação e 5 (cinco) interfaces EAD, indicados pelos polos institucionais de apoio presencial. O corpo docente exclusivo, por área de conhecimento, é constituído pelos seguintes professores:

- Área de Educação: Maurício Aires Vieira e Suzana Schwartz
- Área de Linguística: Denise Aparecida Moser e Leila Bom Camillo
- Área de Literatura: Fabiane Lazzaris e Sátira Pereira Machado

Inicialmente foi proposto um corpo docente de 12 professores, havendo ainda um quantitativo de 6 docentes a serem contratados. Em 2022, o curso foi reconhecido **com nota máxima 5 (cinco)**. Esperamos que ao longo dos próximos anos a contratação ocorra e o atendimento às áreas seja suprido.

4.1.1 Coordenação de curso

O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e aos docentes, pela representatividade no Conselho de Campus indicado e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança, agindo com integridade no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

A atuação, o regime de trabalho e a experiência profissional do coordenador e do coordenador substituto são as seguintes: deverão ser professores que ministram componentes curriculares no curso e que possuem, preferencialmente, graduação e doutorado e experiência de magistério superior a 5 (cinco) anos. O regime de trabalho do coordenador e coordenador substituto deve ser de tempo integral (40 horas com Dedicção Exclusiva). O coordenador de curso deve reservar, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador de curso e o coordenador substituto são membros permanentes tanto da Comissão de Curso quanto do NDE. O coordenador de curso preside a Comissão de Curso.

Atualmente desempenha a função de coordenador do curso o professor Dr. Maurício Aires Vieira, com Mestrado e Doutorado em Educação pela PUC-RS, exercendo inúmeras funções neste curso, no campus (atuou como coordenador acadêmico e Diretor) e na instituição (foi vice-reitor na gestão anterior). A coordenação substituta é da professora Dra. Denise Aparecida Moser, graduada em Letras, mestra e doutora em Linguística/Psicolinguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. A cada dois anos temos uma nova equipe de gestores para a continuidade do curso.

A atuação do coordenador está pautada no art. 105 do Regimento Geral da Universidade, Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5/2010, que explicita suas atribuições. Salienta-se que o atual coordenador dedica-se à gestão do curso,

caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes, tutores, interfaces, equipe multidisciplinar e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus escolhido, Comissões de ensino escolhida e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC, além de atuar com a coordenação de tutorias, interfaces, monitores, mediadores pedagógicos, e a coordenadora substituta do curso. Atua rotineiramente com a presidência do NDE.

A presidente do NDE, a professora Dra. Suzana Schwartz, tem doutorado em Educação pela PUCRS, com pós-doutorado em Madri, na Faculdade de Psicologia. Os três professores, alinhados ao professor Dr. Lúcio Jorge Hammes e a professora Dra. Isaphi Alvarez, formam o NDE e debatem o curso em diversas reuniões e comissões.

Com este grupo, articulado com a comissão de curso, o atendimento das demandas que envolvem os diversos atores do curso, a coordenação disponibiliza atendimento remoto, por e-mail, telefone, reuniões Meet e WhatsApp, além do atendimento pelo bolsista de gestão.

A coordenação de curso apresenta semestralmente o planejamento de suas ações, com destaque para as ações de oferta do calendário acadêmico, ações de ensino, pesquisa e extensão, promoção de eventos acadêmicos e calendário de aulas presenciais e/ou remotas bem como as demandas relativas à atualização do PPC, projetos, aulas magnas e outros

A agenda da coordenação inclui a oferta semestral, representação nas instâncias institucionais, organização de cronograma de encontros presenciais/síncronos dos discentes, atendimento de demandas curriculares dos discentes, assim como orientações aos tutores, interfaces e docentes do curso.

A coordenação é também avaliada pelos instrumentos da CPA, cujos resultados têm como finalidade o planejamento e aprimoramento do curso. O coordenador atual do curso possui 16 anos de magistério, sendo que destes, treze

anos são de magistério superior, atuando também em seu histórico, como coordenador acadêmico, diretor de unidade universitária e vice-reitor da Universidade, além da cedência que teve ao MEC, trabalhando na secretaria executiva do Ministério.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2015, p.1).

Conforme Portaria Nº 334, de 04 de março de 2022, o NDE está composto pelos docentes Suzana Schwartz, Denise Aparecida Moser, Mauricio Aires Vieira, Lúcio Jorge Hammes e Isaphi Marlene Alvarez. No atual momento, pela demanda intensificada do curso, o grupo foi ampliado com a participação das docentes Fabiane Lazzaris e Fabiane Penteado, que aguardam publicação de portaria. As atribuições do NDE estão explicitadas no **Apêndice D - Regulamento do NDE**.

4.1.3 Comissão do curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2010, p. 26). É

constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e técnicos administrativos em educação.

A comissão de curso é constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses. Porém em todas as reuniões são enviados convites a todos docentes que participaram do curso, além das interfaces de EaD e tutores. No ano de 2022 as reuniões ordinárias do curso ocorreram toda última quinta-feira de cada mês, para debates do novo PPC (este aprovação). Com o advento da avaliação, reuniões extraordinárias da comissão e do NDE foram agendadas neste último ano.

Comissão de Curso atual 2021-2022

Alan Ricardo Costa

Alexander Severo Córdoba

Aline Souza da Luz

Amanda Meincke Melo

Ana Cristina do Amaral Lovato

Adriana Gustavo Cardoso

Analva Aparecida Andrade Lucas Passos

Ana Paula Gomes Lara

Antônio Carlos de Madalena Genz

Barbara Regina Gonçalves Vaz

Camila Gonçalves do Santos do Canto - Coordenadora de TCC 2021

Carla Alves Lima

Carlos Giovani Castillo

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Clara Zeni Camargo Dornelles

Cláudia Camerini Corrêa Pérez
Cristiano Galafassi
Cristina Cardoso
Daiane Monique Pagani Lopes
Debora Tatiane Portilho Santos
Denise Aparecida Moser - coordenadora substituta atual
Deuziane da Costa Farias
Emanuele Coimbra Padilha
Erico Amaral
Fabiane Flores Penteado Galafassi
Fabiane Lazzaris
Gabriella Cristina Vaz Camargo
Isaphi Marlene Jardim Alvarez
Leila Bom Camillo - Coordenadora dos Estágios 2022/2023
Lisiane Inchauspe de Oliveira
Luciana Abreu Jardim - Coordenadora dos Estágios 2021
Luciane Salcedo de Oliveira
Lucio Jorge Hammes - Coordenador Acadêmico em exercício
Luisa da Silva Hidalgo
Lilia de Lima Vieira
Liliane Silveira Bonorino
Jorama de Quadros Stein
Márcio Aurélio Friedrich
Maicon Quevedo Fontela

Mara Lucia Teixeira Brum

Marcela Wanglon Richter

Maria do Socorro de Almeida Farias Marques - coordenadora substituta eventual atual

Marilice Cortes

Marina Pereira Penteado

Maurício Aires Vieira - atual Coordenador

Moacir Lopes de Camargos

Nathan Bastos de Souza

Nuria Silva Oliveira

Paola Oliveira dos Santos

Patricia Forgiarini Firpo

Sátira Pereira Machado

Sérgio Ricardo Silva Gacki

Silvana Maria Aranda

Suzana Schwartz - Presidente do NDE e Coordenadora de TCC 2022/2023

Thais Priscila Silva de Oliveira

Vera Cleusa dos Santos Lima

Vera Lucia Cardoso Medeiros

Vera Lucia Vargas de Souza Kelling

Representante dos técnico-administrativos em Educação: Claudio Colares Alves

Representante discente: Nathália Pinheiro Martins

A próxima eleição ou indicação para o biênio ocorrerá em meados de 2025 em que ocorrem as eleições para os cargos eletivos.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes efetivos vinculados ao curso, sua formação, as experiências de exercício na educação superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais.

Docente: Denise Aparecida Moser

Componentes Curriculares: Estudos Gramaticais I e II; Estudos Linguísticos I e II; Fundamentos dos Estudos Linguísticos; Estágio Supervisionado em EF II e EM; Práticas em Linguagem; Práticas Pedagógicas em Seminário Integrador.

Formação: Licenciatura em Letras: Português e Inglês (Univille); Bacharel em Direito (Urcamp); Especialização em Língua Portuguesa (FFCLP); Especialização em Pedagogia Industrial (FFCLP); Especialização em Neurociências e Comportamento (PUCRS); Mestrado em Linguística (UFSC); Doutorado em Linguística (UFSC).

Experiências:

Ensino Superior: 1999 professora de inglês (ACE); 2001 a 2005 professora de português (Univille); 2002 a 2007 professora de português (UTESC); 1997 professora substituta de Prática de Ensino de Português I (UFSC); de 2012 a 2021 professora efetiva no curso de Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas (Unipampa/campus Jaguarão); de 2017 a 2022 como professora formadora no curso de Letras - Português, da Unipampa/UAB e de 2017 até a presente data no curso de Letras - Português, da Unipampa/campus Jaguarão; 2014 até a presente data professora do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas (Unipampa/campus Bagé)

Educação Básica: de 1986 a 1995 professora efetiva na educação básica (Prefeitura Municipal de Joinville); em 1991, 1997, 1998,

1999 e 2000 professora substituta na educação básica (Secretaria de Educação, Desporto e Cultura de Santa Catarina); 1999 professora de inglês (ACE).

Educação a Distância: de 2017 a 2022 como professora formadora no curso de Letras - Português, da Unipampa/UAB e de 2017 até a presente data no curso de Letras - Português, da Unipampa

Profissionais: em 1986, atuei como auxiliar de escritório na empresa Rainha Têxtil SA; coordenadora de especialização de Metodologias do ensino de línguas e literaturas (1ª edição) (Unipampa/campus Jaguarão); coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas (Unipampa/campus Bagé), presidente do NDE do curso de Letras - Português EaD; Assessora Especial na Divisão de Educação a Distância.

Docente: Fabiane Lazzaris

Componentes Curriculares: Leituras do Fato Literário, Literatura Brasileira I e II, Literaturas Lusófonas, Teoria e Crítica Literária, Metodologia de Ensino de Literatura e outros componentes curriculares complementares voltados para a literatura, mídias e artes.

Formação: Doutorado em Letras – Literaturas de Língua Inglesa (UFRGS), Mestrado em Letras – Literaturas de Língua Inglesa (UFRGS), Bacharelado em Letras (UFRGS).

Experiências:

Ensino Superior: de 2009 a 2011, professora substituta na UFRGS; de 2011 a 2022, professora efetiva do Curso de Letras Línguas Adicionais da Unipampa/Campus Bagé; atualmente professora efetiva do Curso de Letras Português, Licenciatura a Distância da Unipampa/Campus Jaguarão.

Educação Básica: de 2008 a 2010, na educação básica (Ensino Médio);

Educação a Distância: de 2020 a 2022, professora formadora no no Curso de Letras Português da UAB/Unipampa; de 2023 até o momento, professora efetiva no Curso de Letras Português Licenciatura a Distância.

Profissionais: de 2001 a 2008 atuei como professora de inglês em escolas de idiomas.

Docente: Leila Bom Camillo

Componentes Curriculares: Estudos Gramaticais I e II, Práticas em Linguagem, Estágio Supervisionado EF e EM.

Formação: Licenciada em Letras Português/ Espanhol (URCAMP), Mestre em Linguística Aplicada (UCPEL) e Doutora em Estudos Linguísticos (UFSM)

Experiências:

Ensino Superior: 17 anos (Unipampa, UFSM e UFFS)

Educação Básica: 4 anos em Educação Infantil, 4 anos- anos iniciais e 1 ano- anos finais do Ensino Fundamental II

Educação a Distância: 2022 até o momento atual no Curso de Letras Português Licenciatura a Distância.

Profissionais: Bancária (2 anos)1994-1996

Docente: Maurício Aires Vieira

Componentes Curriculares: TCC1, TCC2, Educação Integral, Políticas Públicas, Seminários Integradores, Práticas em Linguagem e demais componentes da área pedagógica do curso.

Formação: Licenciatura em Física, Bacharel em Direito e Doutorado em Educação

Experiências:

Ensino Superior: Professor da UNIPAMPA desde 2009 nos cursos de graduação e pós-graduação.

Educação Básica: Foi professor do ensino médio e fundamental da rede pública estadual e municipal. (1999 - 2009)

Educação a Distância: Professor dos cursos de licenciatura e pedagogia da UNIPAMPA desde 2020. Foi tutor de cursos na UNOPAR (2008-2009). Foi coordenador da oferta Pedagogia/UAB. Coordenador Adjunto Sistema UAB atual.

Profissionais: Foi Diretor de Campus, coordenador acadêmico e coordenador de cursos de graduação ao longo de sua carreira.

Docente: Sátira Pereira Machado

Componentes Curriculares: Literatura e Outras Linguagens como estratégia de Letramento; Leitura do Fato Literário I e II; Introdução ao Trabalho Científico; Práticas Pedagógicas; Seminários Integradores.

Formação: Habilitação para o Magistério (Instituto de Educação Flores da Cunha/POA, 1988); bacharela em Comunicação/Jornalismo (PUCRS/Famecos, 1995); aperfeiçoamento em Letras (PUCRS, 1998); mestra em Letras (PUCRS, 2000); doutora em Comunicação (Unisinos/RS, 2013); pós-doutoranda em Comunicação (UFSM/RS, 2019).

Experiências:

Ensino Superior: Professora de Educomunicação no Curso de Especialização em Gestão da Educação na PUCRS (2007 a 2015); Professora da Unipampa desde 2016, em cursos de graduação e pós-graduação.

Educação Básica: Professora das séries iniciais, das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul (1994 a 2015).

Educação a Distância: Professoras conteudista, formadora e tutora em cursos da UAB/Unipampa.

Profissionais: Gestora do Fórum de Neabis da Unipampa.

Docente: Suzana Schwartz

Componentes Curriculares: OTP, Prática em Linguagem, Seminário Integrador, TCC

Formação: Doutorado em Educação - Doutorado Sanduíche na Faculdade de Psicologia da Universidade Autónoma de Madrid e pós-doutorado na mesma universidade e curso. Link do instrumento desenvolvido no pós doutorado http://sohs.pbs.uam.es/test/brasil_cl/

Experiências:

Educação Superior: FAPA (Faculdades Porto Alegrenses) - 10 anos

Educação a Distância: Desde 2018 no curso Letras Português Licenciatura a Distância da Unipampa.

Profissionais: Participação no Projeto "Aprender a ler e a escrever de verdade", 1000 mulheres em 3 meses - GEEMPA (coordenado pela professora Esther Grossi); 4 anos no Programa Alfabetização Solidária - MEC/PUCRS - 18 meses assessora da Secretaria Executiva do MEC. Livro selecionado pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE, 2011) 57.000 mil exemplares distribuídos em todas as escolas federais, estaduais e municipais do Brasil. (Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. RJ: Petrópolis: Vozes, 2010 (1a edição - está na 3a edição, 8a impressão)

Docente: Lúcio Jorge Hammes

Componentes Curriculares: Educação para a paz e a resolução não violenta de conflitos, Políticas Públicas e demais componentes da área pedagógica do curso.

Formação: Licenciatura em filosofia e teologia, Mestrado em Teologia Sistemática e Doutorado em Educação

Experiências:

Ensino Superior: Professor da UNIPAMPA desde 2006 nos cursos de graduação e pós-graduação.

Educação Básica: Foi professor do ensino médio e fundamental da rede pública estadual e particular (1993 - 1999)

Educação a Distância: Professor dos cursos de licenciatura e pedagogia da UNIPAMPA desde 2017.

Profissionais: Foi coordenador dos cursos de licenciatura em História e Pedagogia, Coordenador do Mestrado Profissional em Educação, Coordenador Acadêmico e Diretor do Campus Jaguarão.

4.1.5 Tutoria

Enquanto prática de apoio ao discente para o desenvolvimento do currículo, a proposta do curso prevê a participação de tutores presenciais e a distância como forma de atender às demandas dos estudantes no âmbito dos polos externos. Nos polos institucionais, temos o servidor denominado de interface EaD que colabora em sentido semelhantes aos tutores presenciais e a distância, porém são servidores efetivos de carreira, lotados em cada unidade universitária, com Plano de Ação e Plano de Trabalho validado pelo seu superior hierárquico, o coordenador acadêmico de cada Campus (polo institucional). Os tutores estão subordinados à coordenação de polos.

Tutores Presenciais: atuam nos polos, apoiando o trabalho dos professores do Curso. Para tal, deverão estar capacitados para o uso do Moodle, bem como ter reconstruído e ressignificado conhecimento relativo à área de informática na educação e dinâmica de grupo.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;

- estabelecer contato permanente com os estudantes e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a Coordenação do Curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos estudantes e encaminhar à Coordenação de Tutoria;
- participar do processo de avaliação do componente curricular, sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a Coordenação do Curso nas atividades presenciais desenvolvidas nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Tutores a Distância: atuam como mediadores e orientadores das atividades previstas em cada componente curricular, acompanhando o desenvolvimento de cada estudante e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma Moodle, bem como por outras formas de comunicação a distância, além de contribuir em outras formas definidas pelo professor de cada componente curricular, atuando na sede do curso junto ao professor.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os estudantes e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;

- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios quinzenais de acompanhamento dos estudantes e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação do componente curricular sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Interfaces EaD: atuam como mediadores e orientadores das atividades previstas em cada componente curricular, acompanhando o desenvolvimento de cada estudante e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma Moodle, bem como por outras formas de comunicação a distância, além de contribuir em outras formas definidas pelo professor de cada componente curricular, atuando em cada polo institucional. É o principal elo entre o campus/unidade e a coordenação do curso.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento as atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os estudantes e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios de acompanhamento dos estudantes e encaminhar à coordenação;

- participar do processo de avaliação do componente curricular sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
- atentar a datas e prazos aos estudantes;
- manter atualizado o site do curso no campus/polo institucional.

Coordenador de Tutoria ou de Interface: compete à Coordenação de tutoria, no caso dos polos externos:

- participar das atividades de capacitação e atualização;
- acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- acompanhar as atividades acadêmicas do curso; verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

Coordenação de polo: compete à Coordenação de polo, no caso dos polos externos:

- acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do polo; garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infraestrutura do polo;
- participar das atividades de capacitação e atualização;
- elaborar e encaminhar à UAB/DED/CAPES, relatório semestral das atividades no polo, ou quando solicitado;

- elaborar e encaminhar à coordenação do curso, relatório de frequência e desempenho dos tutores e técnicos atuantes no polo;
- acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;
- acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no polo, e a entrega dos materiais didáticos aos estudantes;
- zelar pela infraestrutura do polo;
- relatar problemas enfrentados pelos estudantes ao coordenador do curso;
- articular, junto às IPES presentes no polo de apoio presencial, a distribuição e o uso das instalações do polo para a realização das atividades dos diversos cursos;
- organizar, junto com as IPES presentes no polo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades dos estudantes no polo;
- articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do polo; receber e prestar informações aos avaliadores externos do MEC.

Interfaces: compete ao ponto focal das interfaces nos caso dos polos institucionais:

- manter redes de contato com todas interfaces;
- manter contato com a coordenação do curso e informar qualquer irregularidade ou demanda específica dos polos institucionais;
- promover reuniões periódicas com o grupo para detalhamento de ações e acompanhamento dos calendários e atividades solicitadas pela coordenação de curso.

O coordenador de interface ou ponto focal entre os polos institucionais é a servidora Darlise Nunes Ferreira, doutora em Educação e pertencente ao quadro de servidores técnico- administrativos em Educação, como técnico em assuntos educacionais do Campus Jaguarão. Ela foi indicada para o biênio 2022-2024. Os interfaces, conforme última portaria 1.149/2022, do Gabinete do Reitor, são os elencados a seguir:

| Polo Institucional | Interface Ead |
|----------------------------|--|
| Jaguarão (JG) | Darlise Nunes Ferreira Ponto Focal |
| Alegrete (AL) | Valéria Arrais Ramos |
| Santana do Livramento (SL) | Ricardo Gomes de Oliveira |
| Dom Pedrito (DP) | Geise Loreto Alves |
| Caçapava do Sul (CÇ) | Róger Fabiano Pacheco |

A interação entre tutores, docentes, interfaces, coordenação do curso e coordenação do polo é realizada regularmente por meio de e-mails, mensagens de WhatsApp e reuniões. Cada polo possui um grupo no WhatsApp para facilitar a interação e oportunizar que as demandas sejam realizadas com celeridade.

O planejamento do semestre é realizado pela coordenação de curso, socializado/debatido com tutores e docentes. A integração do docente com os tutores ocorre através dos recursos disponíveis no Moodle, e-mail e WhatsApp. A interação entre os tutores presenciais e a distância é constante.

A coordenadora de tutoria interage com os tutores, levando as demandas à coordenação de curso, constituindo assim um trabalho em rede. Cada polo tem um grupo de WhatsApp com tutor presencial, a distância, coordenadora de tutoria e estudantes. Além disso, os tutores dos polos interagem em grupo próprio pelo WhatsApp. Essa prática tem demonstrado êxito em solucionar as demandas dos polos, principalmente na demanda surgida durante a pandemia de covid-19.

A celeridade proporcionada pelos instrumentos de comunicação favorece a construção de soluções coletivas para os problemas apresentados. Os docentes dialogam com os tutores através dos recursos de comunicação de mensagens no Moodle, e-mail e de comunicação via desenvolvimento do componente no Moodle.

As interações, via Moodle, WhatsApp e reuniões favorecem ações específicas para, no contexto do polo e nos individuais dos discentes, conforme

necessidades específicas, promover soluções para as dificuldades de aprendizagem. Os tutores realizam relatórios periódicos sobre suas ações, os quais são registrados e publicados no mural da coordenação.

Quando o estudante fica sem acesso por um período de mais ou menos uma semana, os professores acionam os tutores e/ou mediadores pedagógicos para a busca ativa desses estudantes a fim de sanar dúvidas ou motivá-los a continuar executando suas atividades no AVA ou Moodle. Quando se torna imperioso, o tutor fica autorizado a intermediar uma reunião online entre estudantes e professores para sanar dúvidas e/ou demais demandas apresentadas. Os tutores também auxiliam nos processos de matrículas via web e nos ajustes remotos, quando necessário.

Mediador Pedagógico Virtual: o bolsista selecionado para atuar como Mediador Pedagógico Virtual deverá realizar as seguintes atividades:

- desenvolver a mediação pedagógica junto aos discentes buscando diferentes estratégias e formas de promoção do aprendizado;
- acessar o AVA diariamente em dias úteis;
- entrar em contato com discentes ausentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA;
- participar ativamente de fóruns de discussão;
- responder dúvidas, avaliar e atribuir feedback formativo;
- acompanhar o progresso dos(as) discentes durante o componente curricular por meio de análises das atividades e demais instrumentos de avaliação;
- participar dos seminários de formação e avaliação online programados para o componente curricular;
- participar de reuniões online agendadas pela coordenação ou supervisão do componente curricular;
- comunicar previamente e justificar ao(à) docente titular sobre o impedimento de participação das atividades agendadas;
- elaborar relatórios de atividades ao final do componente;

- cumprir atividades específicas previstas no Plano de Trabalho de Mediação Pedagógica e de Atividades do Bolsista.

Os Mediadores Pedagógicos Virtuais 2022 são os seguintes:

| Mediador | Área de Atuação | Orientador |
|---------------------------|-------------------------|--|
| Patrícia Araújo Pujol | Literatura | Fabiane Lazzaris |
| Nathália Pinheiro Martins | Seminários Integradores | Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques |
| Nathália Pinheiro Martins | Tecnologias | Cláudia Camerini Corrêa Pérez |
| Biatriz Doleski Weber | Linguística Aplicada | Luciani Salcedo de Oliveira |
| Biatriz Doleski Weber | Literatura | Sátira Pereira Machado |
| Liliana Lemos Mendes | Estágios | Suzana Schwartz |
| Liliana Lemos Mendes | TCC | Suzana Schwartz/Maurício Aires Vieira |
| Juliane Davila e Paiva | Práticas de Linguagem | Leila Bom Camillo |
| Aline Domingues Marsico | Educação | Maurício Aires Vieira |

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

O Campus Jaguarão, sede atual e proponente do curso, é composto por um prédio de dois pavimentos na sua área administrativa e com três pavimentos em sua área acadêmica, dotado de elevador, o que permite a acessibilidade física em todos os seus andares.

O prédio possui além das salas de aula e instalações hidrossanitárias adaptados para pessoas com deficiência física, salas de professores, sala da direção, sala da secretaria acadêmica, sala da secretaria administrativa, almoxarifado, biblioteca, laboratório de informática e diversos laboratórios de suporte às atividades dos diferentes cursos do Campus.

O campus Jaguarão possui 16 salas de aula, 12 salas com capacidade de 72 lugares, 2 salas com capacidade de 100 lugares e 2 salas com capacidade de 32 lugares. Os equipamentos de audiovisual instalados em cada sala são: 1 projetor multimídia, 1 caixa de som e 1 microcomputador. Destas salas, 5 possuem ar-condicionado de 42.000 BTUs e as demais salas possuem 2 ventiladores de teto cada. Temos estruturas semelhantes nos demais polos institucionais que o curso ocorre.

4.2.1 Espaços de trabalho

Os espaços de trabalho são variados e incluem tanto espaços físicos (como salas de aula, laboratórios e gabinetes) quanto ambientes virtuais de aprendizagem, como o *Moodle* institucional, ou de gestão, como os sistemas GURI, SAP, SEI, entre outros.

O Núcleo de Educação a Distância situa-se no Campus Jaguarão no Prédio denominado Acadêmico 1. Possui sala de aula com 50 lugares, laboratório de informática com 25 lugares, estúdio de gravação, sala de professores, sala de tutores e espaço para coordenação.

Os gabinetes dos docentes dispõem de mesas com computadores desktop, cadeira estofada e armários e/ou gaveteiros. As salas de aula do campus dispõem de mesa com cadeira para o professor, quadro branco, tela para projeção, *multimídia*, cadeiras estofadas com braço para os estudantes e persianas. Algumas delas possuem condicionadores de ar.

A Unipampa ainda conta com a plataforma institucional *Moodle* para acesso às atividades dos cursos a distância.

4.2.2 Biblioteca

As bibliotecas físicas dos campi funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 22h30min e aos sábados, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min com atendimento prestado por técnicos administrativos em educação.

O acervo é de aproximadamente 140.000 livros inseridos no Sistema de Bibliotecas (SISBI). Há como verificar todos os livros e o número de exemplares acessando a *Biblioteca Web*, disponível no endereço eletrônico do Portal da Universidade.

Como exemplo do polo sede, quanto ao ambiente físico, possui uma área de aproximadamente 450m², contando com dez corredores de estantes, todas cuidadosamente colocadas de forma a facilitar o acesso por cadeirantes. Possui setor de empréstimo, periódicos, revistas semanais, local para leitura de jornais, terminais para acesso ao Portal CAPES e para consulta do acervo pela *web*, dois espaços para estudos individuais, local para assistir vídeos, guarda de materiais,

oito mesas de estudo tipo reunião com seis lugares e permitindo a acessibilidade física. Os equipamentos apresentam lupas eletrônicas para uso de pessoas com baixa visão. Todas essas dependências são semelhantes nos demais polos institucionais. Os polos UAB têm suas bibliotecas gerenciadas pelas prefeituras locais e o Sistema UAB/CAPES.

O curso disponibiliza a biblioteca virtual Pearson, assim como divulga repositórios de materiais livres. As bibliografias básicas atendem à formação docente, sendo avaliadas e validadas pelo NDE, tendo em vista o perfil do egresso e os objetivos do curso. As bibliotecas atendem a política institucional de acessibilidade, como o 'text to speech'.

O curso conta com a estrutura da biblioteca da Unipampa e das bibliotecas dos diferentes polos que têm disponíveis o acervo indicado nas referências do curso. Através da interoperabilidade de sistemas da Unipampa, precisamente no Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI), de forma online é possível realizar consultas ao acervo, renovar empréstimos e reservar itens de interesse para empréstimo.

Também são disponibilizadas bibliotecas virtuais adquiridas pela universidade, como o sistema Pergamum. A plataforma de e-books Minha Biblioteca conta com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.

Citamos abaixo alguns itens do Catálogo online:

E-BOOKS

- a) ARGOS: E-books multidisciplinares gratuitos da Editora da Unochapecó.
- b) Directory of Open Access Books: E-books multidisciplinares de acesso aberto.
- c) Dorinateca (Biblioteca Digital Dorina Nowill): Biblioteca online de livros acessíveis da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Livros em formato DAISY. Livros em formato DAISY, Áudio, Braille e EPUB.

- d) Ebooks Gratuitos de Editoras Universitárias: O levantamento desses dados foi realizado pela BU/UFSC em colaboração com colegas do SiBI/UFRJ. Atualmente, a lista inclui mais de 1.500 títulos e está em constante atualização.
- e) FGV Editora: E-books multidisciplinares disponíveis para download gratuito.
- f) Scielo Books: Portal de E-books multidisciplinares de acesso aberto.

BASES DE DADOS

- a) Acervo Digitais de Cordéis da Biblioteca de Obras Raras de Átila de Almeida – UEPB: Confira mais de 8 mil obras e cordéis.
- b) Arquivo Público do Estado de São Paulo: Encontre revistas, jornais e periódicos.
- c) Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (1810 a 2005) – FEUSP: Confira diversos materiais e conteúdos didáticos da educação brasileira.
- d) Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: O site da biblioteca da Universidade de São Paulo (USP) contém livros, revistas, documentos e outros tipos de arquivos livres para o download gratuito.
- e) Biblioteca Digital da Unicamp: Conta em seu acervo com dissertações, teses, pesquisas em andamento, revistas eletrônicas etc., todos feitos pelos professores, pesquisadores e estudantes da instituição.
- f) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – IBICT (Teses Eletrônicas): Reúne centenas de teses e dissertações de universidades de todo o País. É uma ferramenta útil para quem está fazendo a sua monografia e precisa de fontes acadêmicas.
- g) Domínio Público: Faça o download de milhares de obras, vídeos, textos e sons totalmente gratuitos de pessoas que morreram há mais de 70 anos.

O SISBI através de contrato da Unipampa com a empresa TARGET GEDWeb passou a disponibilizar a comunidade acadêmica o acesso às Normas da ABNT NBR/NM, Normas do Mercosul, Diários Oficiais e outros.

4.2.3 Laboratórios

A título de exemplificação, listamos os laboratórios do campus sede neste momento. Lembramos que os quatro demais polos institucionais também possuem laboratórios que podem ser acessados pelos respectivos sites institucionais.

| Recurso | Finalidade |
|--|---|
| LAB TIC I – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 106) | Usos diversificados |
| LAB TIC II – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 108) | Usos diversificados |
| LALLi – Laboratório de Literatura e Outras Linguagens (sala 103 B) | Desde março de 2011, o LALLi é um espaço multidisciplinar destinado a fomentar a pesquisa docente e a formação permanente dos seus discentes no que tange à produção textual e à pesquisa voltada à relação dialógica, de fronteira entre literatura e outras linguagens, práticas culturais e processos criativos. |
| Laboratório de Estudos em História e Literatura (sala 105) | Pesquisas, extensão, formação continuada |
| LEMAI – Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã (sala 105) | Pesquisas, extensão, formação continuada |
| NEHM/LEHAM - Núcleo de Estudos de História Medieval do Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval (sala 105) | Pesquisas, extensão, formação continuada |

| Recurso | Finalidade |
|---|--|
| Laboratório de Ensino de Espanhol para crianças e Formação Docente (sala 107) | Finalidade: Ofertar os cursos de extensão “Español Básico para Niños – módulos I, II e III” e refletir sobre a formação e práticas docentes. |
| LLIIS - Laboratório Interdisciplinar da Imagem e Som- PPC Sala 104 | Equipamentos: 1 projetor, 1 bateria acústica completa, 1 mesa analógica completa, 1 mesa de áudio analógica, 2 caixas de som amplificadas, 1 monitor de áudio, 1 caixa cubo para contrabaixo, 1 caixa cubo para guitarra, 1 equalizador cíclotron, 1 mesa dimmer, 1 kit de microfone para bateria, 1 kit de microfone de lapela, 2 kits de microfone sem fio com 2 microfones cada, 2 microfones AKG, 4 microfones com fio Shure SM-58, 5 refletores Fresnel |
| Núcleo EaD- Campus Jaguarão | O núcleo está no Prédio denominado Acadêmico 1. Sala de aula (50 lugares), laboratório de informática (25 lugares), estúdio de gravação, sala de professores, sala de tutores e espaço para coordenação e convivência. Projeto Educom. |
| Laboratório Curso de Turismo – Sala 110 | Equipamentos: 2 projetores, 4 computadores, 1 aparelho de Blu-ray, 6 binóculos, 1 caixa de som para instrumentos musicais, 1 estação meteorológica, 3 GPS, 1 impressora Ploter, 5 kits microfone sem fio com 1 microfone cada, 3 kits microfone sem fio com 2 microfones cada, 1 kit Walk Talk com 2 rádios, 1 Rádio VHF Marítimo: 1 TV Led 32", 1 Mini System |

4.2.4 Polos de EaD Institucionais (radiografia: 2022)

Infraestrutura nos demais polos institucionais (todos com rede wireless) - base de apoio 2022/2, conforme orientações dos gestores locais de cada unidade.

Campus Caçapava do Sul

- Laboratório de Informática com 21 computadores;
- Salas de aula;
- Secretaria Acadêmica e biblioteca (física e virtual);
- Sala de reuniões com equipamentos de videoconferência;
- Auditório com 150 assentos.

Campus Dom Pedrito

- Laboratório de Informática com 20 computadores;
- Salas de aula e biblioteca (física e virtual);
- Secretaria acadêmica;
- Sala de reuniões com equipamentos para videoconferência.

Campus Alegrete

- Laboratórios de informática, totalizando 138 computadores;
- Salas de aula equipadas com projetor e quadro branco, com capacidades entre 55 e 80 pessoas;
- Auditório com 100 assentos;
- Salas de reuniões com equipamentos para videoconferência;
- Salas de estudos para os estudantes com mesas e cadeiras;
- Salas de coworking.

Campus Santana do Livramento

- Laboratório de Informática;
- Salas de aula, biblioteca (física e virtual);
- Sala de coworking;
- Salas de reuniões com equipamentos para videoconferência;

- Auditório com 170 assentos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. São Paulo: Autores Associados, 2001. 115p.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. **Resolução 1, de 17 de julho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante-NDE. Brasília-DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid=. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001 que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília-DF: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília-DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília-DF: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. arquivos. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Brasília-DF: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância/2017** – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. 2017. Brasília-DF: MEC, 2010. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial de qualidade para a educação superior a distância**. Brasília-DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11640.htm. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Casa Civil, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília-DF: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019** - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília-DF: MEC, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília-DF: MEC, 2019b.

DARLING-HAMMOND, L. **Preparing teachers for a changing world – what teachers should learn and be able to do**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2005.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. Brasília: Cortez, 1999. 288p.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o estudante aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DEMO, P. **Aprender bem/mal**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

DEMO, P. **O mais importante da educação importante**. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, P. **Atividades de aprendizagem**: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante [recurso eletrônico]. Campo Grande, MS: SED/MS, 2018. 180 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão**. Instrumentos metodológicos. 2. ed. São Paulo: PND, 1996.

FREIRE, Madalena. **Educador, educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GATTI, B. A. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 25, p. 24-55, 2014.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive internationalization**: from concept to action. NAFSA: Association of International Educators, 2011.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T.; ARCHER, W. The first decade of the community of inquiry framework: a retrospective. **The Internet and Higher Education**, v. 13, n. 1-2, p. 5-9, 2010.

IMBERNON, F. **10 ideas clave: la formación permanente del profesorado: nuevas ideas para formar en la innovación y el cambio**. Barcelona: Graó, 2007.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOÃO, R. B. Edgar Morin e Wilhelm Reich: uma concepção de ser humano para a formação de professores. **Revista Pedagógica UNB**, ano 3, n. 6 – Especial sobre formação de professores, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, [1997] 1999.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LITWIN, E. **Educação a Distância**: temas para debate de uma nova agenda educativa. Fátima Murad (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2001. 110p.

LITWIN, E. **Tecnologia educacional**: política, histórias e propostas. Ernani Rosa (Trad.) Porto Alegre: Artmed, 1997. 191p.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MEIRIEU, P. **A Pedagogia entre o dizer e o fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MEIRIEU, P. **Aprender sim, ..., mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MELO, A. M. Acessibilidade em EaD mediada pela Web: um convite à ação. *In*: MACIEL, C. (Org.). **Educação a Distância: Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. (no prelo).

MELO, A. M.; PUPO, D. T. **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão escolar: livro acessível e informática acessível**. Brasília: MEC/SEESP, 2010. 45 p.

MOORE, M. G. **Handbook of distance education**. 3rd ed., Chapter 2, New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2013.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa, Dom Quixote. 1995.

NUNES, I. B. Pequena introdução à Educação a Distância. **Educação a Distância**, Brasília: INED, n. 1, jun. 1992.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PLATÃO. **A República**. 6. ed. São Paulo: Atena, 1956.

POZO, J. I. **A solução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PRETTI, O. **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação, Departamento de Planejamento. **Censo de Escolas da Educação Básica – 2015**. Porto Alegre: SEE/RS, 2016. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_2015.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Modelo de polo de apoio presencial UNIPAMPA**. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso**. 2011. Disponível em:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Elementos-PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5, de 17 de junho de 2010**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Bagé/RS: Unipampa, 2010. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 29, de 28 de abril de 2011**. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011. Proposição de comissão Especial *multicampi*. **Boletim de Serviço UNIPAMPA**, Ano IV, nº 114, novembro 2011, p. 80.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015**. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelece suas normas de funcionamento. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução nº 253, de 12 de setembro de 2019**. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019**. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé/RS: Unipampa, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf. Acesso em: 1º jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução normativa nº 33, de 23 de dezembro de 2021**. Estabelece os procedimentos internos para a mobilidade acadêmica de discente de graduação, no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:

https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/sei_unipampa_-_0702126_-_instrucao_normativa_gr.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. da. **Fundamentos da nova educação**. Brasília-DF: UNESCO, 2000. 84p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REGULAMENTO DE ESTÁGIOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Os estágios supervisionados do Curso de Licenciatura em Letras - Português, modalidade a distância, da Universidade Federal do Pampa, tem por base a legislação em vigor, em especial a Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes; Resolução CONSUNI nº 329/2021, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição; Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada, aponta as orientações para a realização de estágio supervisionado no curso de Letras - Português, Licenciatura, na modalidade a distância.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, os estágios abrangem o ato educativo supervisionado e desenvolvido no ambiente escolar, previsto no Projeto Pedagógico do Curso como parte complementar do percurso formativo do discente de Letras - Português, Licenciatura, na modalidade a distância.

Art. 3º O estágio é atividade que, orientada por docente e sob supervisão profissional, é acompanhado pela Unipampa em que se aplicam as seguintes definições:

- I. **Unidade concedente:** organização formalmente constituída na qual o discente realiza o estágio;
- II. **Supervisor:** funcionário da unidade concedente, responsável por acompanhar o estagiário nas suas atividades de estágio;
- III. **Instituição de ensino:** a Unipampa, quando o estagiário tiver vínculo acadêmico;
- IV. **Coordenador de Estágio ou regente do componente curricular:** docente

em exercício na Unipampa, vinculado ao curso de Letras – Português, modalidade a distância, que atua como referência no estágio;

V. **Orientador:** docente em exercício na Unipampa, vinculado ao curso de Letras – Português, modalidade a distância, que orienta as atividades do discente durante o período de estágio;

VI. **Agente Intermediador:** instituição pública ou privada, responsável por fazer a intermediação entre discentes, universidade e concedentes de estágio.

Art. 4º O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à formação acadêmico-profissional do Licenciando em Letras – Português, visando ao seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 5º Os estágios classificam-se em:

- I. **Obrigatórios:** constituem componentes curriculares integrantes da matriz curricular do Curso de Letras - Português, modalidade a distância, cuja carga horária será requisito para aprovação e obtenção do diploma. Possui regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da Unipampa, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- II. **Não obrigatórios:** constitui atividade de caráter opcional, complementar à formação acadêmico-profissional, podendo ser ou não aproveitado como parte da integralização curricular.

Art. 6º É de responsabilidade da Unipampa assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Art. 7º Os estágios do Curso de Letras - Português, modalidade a distância, serão realizados em escolas do Ensino Fundamental e Médio, públicas ou privadas. O corpo discente contará com as orientações do Coordenador de Estágio ou

Regente do componente curricular de Estágio, dos Orientadores de Estágio, dos Supervisores de Estágio, dos Tutores Presenciais e Interfaces.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 8º O estágio no curso de Licenciatura em Letras - Português, modalidade a distância, tem por objetivo contribuir para formar educadores para atuar na Educação Básica, a fim de que possam integrar os conhecimentos teóricos à prática educativa, através da partilha didática dos conhecimentos construídos nos diversos componentes curriculares do curso, além de favorecer a pesquisa da prática pedagógica, fundamental para o desenvolvimento do estágio.

Art. 9º Para a consecução dos objetivos, o Estágio deve propiciar ao discente:

- I. espaço e tempo para a vivência de situações reais da vida profissional que lhe oportunizem, a integração dos conhecimentos teórico-práticos, aliados à experiência pessoal pelo processo contínuo de ação-reflexão-ação;
- II. uma visão global das instituições, públicas ou privadas, como complemento de sua formação;
- III. a oportunidade de repensar criticamente posições teóricas quanto à prática profissional em sua relação com a sociedade;
- IV. a competência de desenvolvimento do espírito investigativo, projetando diferentes propostas, estratégias didáticas, métodos, técnicas e avaliações adequadas à atuação profissional e ao meio social no qual atua.

CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 10 O discente deverá iniciar a participação no estágio curricular obrigatório no período definido pelo Projeto Pedagógico do Curso e apresentado em sua matriz curricular.

Art. 11 Definida no Projeto Pedagógico do Curso, conforme o que estabelece a legislação vigente, a carga horária do estágio obrigatório abrange 405 horas, assim distribuídas:

I. Estágio Supervisionado I que contempla 90h, assim divididas:

- a) orientação – 30h
- b) discussão teórico-prática – 10h
- c) planejamento – 15h
- d) observação – 15h
- e) elaboração de relatório – 15h
- f) socialização – 5h

II. Estágio Supervisionado II que contempla 120h, assim divididas:

- a) orientação – 30h
- b) discussão teórico-prática – 10h
- c) planejamento – 35h
- d) regência – 20h
- e) elaboração de relatório – 20h
- f) socialização – 5h

III. Estágio Supervisionado III que contempla 75h, assim divididas:

- a) orientação – 30h
- b) discussão teórico-prática – 10h
- c) planejamento – 10h
- d) observação – 10h
- e) elaboração de relatório – 10h
- f) socialização – 5h

IV. Estágio Supervisionado IV que contempla 120h, assim divididas:

- a) orientação – 30h
- b) discussão teórico-prática – 10h
- c) planejamento – 35h
- d) regência – 15h

- e) elaboração de relatório – 25h
- f) socialização – 5h

Art. 12 Para iniciar as atividades dos estágios curriculares obrigatórios, o discente deverá:

- I. proceder à sua matrícula nos componentes curriculares de estágio, no período determinado pelo calendário acadêmico da Unipampa;
- II. ter integralizado os pré-requisitos do componente curricular obrigatório de Estágio definidos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único. A matrícula em componente curricular obrigatório de Estágio pode ser realizada em fluxo contínuo, desde que autorizada pela Comissão de Curso.

Art. 13 Para a realização dos estágios curriculares obrigatórios, é necessária a celebração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788/20080.

Parágrafo único. O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente.

Art. 14 O modelo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) será disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação. Caso for da parte concedente, precisa ser aprovado pela Procuradoria Federal junto à Unipampa.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 15 Para a realização dos estágios não obrigatórios, é necessária a celebração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788/20080.

Parágrafo único. O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente.

Art. 16 O modelo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) será disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação. Caso for da parte concedente, precisa ser aprovado pela Procuradoria Federal junto à Unipampa.

CAPÍTULO VI

DAS RESTRIÇÕES E DOS BENEFÍCIOS

Art. 17 A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a universidade, a parte concedente e o estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio (TCE), ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar as horas apresentadas na Resolução do CONSUNI/Unipampa 329/2021, Art. 14, incisos I e II.

§ 1º Prevê-se uma carga horária semanal do estagiário com ou sem deficiência de 4 (quatro) horas diárias com intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos e 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º A carga horária semanal do estagiário deve obrigatoriamente ser reduzida durante os períodos de verificações de aprendizagem periódicas ou finais.

§ 3º É permitido ao discente realizar mais de um estágio em paralelo, desde que a carga horária máxima não seja ultrapassada.

Art. 18 A realização das atividades de Estágio não deve sobrepor-se a de sala de aula, assim, sendo compatível o horário escolar e o horário de funcionamento da unidade concedente na qual ocorre.

Art. 19 A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de discente com deficiência.

Art. 20 Os Termos de Compromisso de Estágios não obrigatórios poderão ter duração de até 1 (um) ano, podendo ser renovados por igual período, mediante entrega do relatório final com a aprovação do orientador, obedecendo ao período máximo.

Parágrafo único. Após o período de matrícula de cada início de semestre, os Interfaces de Estágio deverão verificar a lista dos discentes em estágio não

obrigatório, para conferir se estes seguem atendendo a todos os requisitos previstos na resolução do CONSUNI/Unipampa 329/2021.

Art. 21 É assegurado ao discente, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias a ser gozado, preferencialmente, durante o recesso acadêmico.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deve ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos no *caput* deste artigo são concedidos proporcionalmente, no caso de o Estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 22 Aplica-se ao discente estagiário a legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, sendo sua efetivação de responsabilidade da Unidade Concedente do Estágio.

Art. 23 É obrigatória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como de auxílio-transporte (quando houver comprovação da necessidade de deslocamento) no caso de estágio não obrigatório.

Parágrafo único. A responsabilidade pela contraprestação estabelecida no *caput* deste artigo é da Unidade Concedente de Estágio, salvo acordo prévio entre as partes.

Art. 24 A Unidade Concedente do Estágio, durante o período de realização deste, responsabiliza-se pela contratação de seguro contra acidentes pessoais para o discente estagiário, arcando com todos os procedimentos e custos necessários.

Parágrafo único. No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade da contratação de seguro pode, alternativamente, ser assumida pela UNIPAMPA.

Art. 25 A realização de estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme estabelecido na legislação vigente.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 26 Atuam na efetivação do processo de estágios:

- I. Pró-Reitoria de Graduação;
- II. Divisão de Estágios vinculada à PROGRAD;
- III. Coordenação Acadêmica;
- IV. Coordenação de Curso;
- V. Coordenação de Estágio ou Regente do Componente Curricular de Estágio;
- VI. Orientadores de Estágio;
- VII. Interface de Estágios;
- VIII. Unidade Concedente de Estágio;
- IX. Supervisor de Estágio;
- X. Acadêmico Estagiário.

§ 1º As atribuições das competências previstas nos incisos I a IV estão na resolução 329/2021 do CONSUNI/Unipampa.

§ 2º O curso de Letras – Português, modalidade a distância, para a sua efetivação no processo de estágios, conta também com interfaces de polos.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO OU REGENTE DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO

Art. 27 São atribuições do Coordenador de Estágio ou do regente do componente curricular de estágio (obrigatório e não obrigatório):

- I. localizar unidades concedentes e solicitar concessão do estágio, intermediando e acompanhando a elaboração, assinatura e registro de todos os documentos envolvidos na sua efetivação;
- II. prospectar e divulgar ofertas de estágios;
- III. estabelecer contato com os orientadores, para acompanhamento da execução dos Termos de Compromisso de Estágio;
- IV. coordenar o desenvolvimento dos estágios por meio de permanente contato com os professores orientadores;
- V. definir, em conjunto com o Coordenador de Curso e o Coordenador Acadêmico, o professor orientador responsável pelo acompanhamento e

- pela avaliação das atividades do estagiário, se esse não for escolhido pelo estagiário e/ou não tenha conseguido um professor que aceite orientá-lo;
- VI. encaminhar carta de apresentação do discente à unidade concedente de estágio, quando necessário;
 - VII. informar às unidades concedentes as datas de realização de avaliações acadêmicas, sempre que solicitado;
 - VIII. manter contato com o Supervisor de Estágio quando do impedimento do professor orientador;
 - IX. coordenar o processo de avaliação do estágio, recebendo os relatórios nas datas previamente acertadas e dando continuidade ao processo de avaliação do estágio, de acordo com o regulamento aprovado pela Comissão de Curso e com o PPC ou regulamentação específica;
 - X. registrar no sistema acadêmico os estágios executados no Campus de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação;
 - XI. receber e verificar os documentos referentes aos estágios enviados pelos orientadores e, ao final de cada semestre, encaminhar ao Interface de Estágios para digitalização e inserção no processo do SEI;
 - XII. efetuar o desligamento dos discentes estagiários, seja por expiração ou dissolução do Termo de Compromisso de Estágio, de Termo de Renovação de Estágio ou descumprimento do TCE firmado entre as partes;
 - XIII. orientar o discente a outro campo de estágio e notificar a parte concedente, se identificada alguma irregularidade prevista em lei;
 - XIV. deliberar sobre assuntos referentes ao estágio junto à Coordenação do Curso;
 - XV. prestar informações à Reitoria, à PROGRAD, à Direção do Campus ou à Coordenação de Curso, sobre quaisquer dados referentes aos estágios, sempre que solicitados;
 - XVI. Indicar no TCE um docente suplente, para casos de afastamento ou férias do docente orientador, durante o período de realização do estágio, se esse não for escolhido pelo estagiário.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 28 São atribuições do Orientador de Estágio, bem como ao orientador de apoio do curso de Letras – Português, Licenciatura a distância:

- I. assegurar-se das adequações da parte concedente do estágio, física, cultural e profissional para formação do educando, garantindo condições de acessibilidade para o estagiário com deficiência, e supervisor com formação conforme previsto no PPC;
- II. acompanhar e apoiar tecnicamente, de forma sistemática, o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio, seus aditivos e no Plano de Atividades;
- III. acompanhar e orientar a realização do estágio como atividade de ensino que visa à formação profissional do discente em acordo com o PPC e a regulamentação específica do curso de Letras – Português, modalidade a distância;
- IV. analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino, recebidos do discente e da parte concedente o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino;
- V. avaliar o desempenho do estagiário com base nos critérios estipulados no Plano de Ensino;
- VI. encaminhar ao Coordenador de Estágio ou ao regente do componente os documentos exigidos, nas datas acordadas, para registro de notas no sistema;
- VII. encaminhar os resultados das avaliações dos estagiários sob sua orientação à coordenação de estágio, quando esta for responsável pelo componente curricular no sistema acadêmico, respeitando o cronograma determinado;
- VIII. comunicar ao Coordenador de Estágios a falta de entrega de documentação prevista ou ao não atendimento às solicitações do orientador por parte do estagiário;
- IX. participar das reuniões convocadas pela coordenação de estágios;

- X. prestar informações sobre os seus orientandos à Coordenação de Estágios, sempre que solicitado;
- XI. orientar para o uso adequado dos equipamentos da área de estágio supervisionada, bem como para o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), sempre que houver necessidade.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DO TUTOR PRESENCIAL E INTERFACE DE ESTÁGIO

Art. 29 São atribuições do tutor presencial e interface de estágio:

- I. abrir processo no SEI e, com base nas informações encaminhadas pelo discente, verificar dados e inserir no Termo de Compromisso de Estágio, disponibilizando-o para assinatura do discente, do orientador e da parte concedente;
- II. quando houver necessidade de convênio, abrir processo no SEI e encaminhar ao Setor de Estágios vinculado à PROGRAD, a documentação para a elaboração do Convênio de Estágio e aprovação do curso quanto à regularidade da parte concedente como campo de estágio;
- III. receber do Coordenador de Estágio os documentos referentes aos Estágios e instruir o processo do TCE no SEI;
- IV. receber, do estagiário ou da parte concedente, o boletim de frequência para inserção no SEI e comunicar ao orientador em caso de infrequência;
- V. acompanhar Termos de Compromisso de Estágio próximos do fim da vigência, para eventual renovação;
- VI. informar à Unidade Concedente sempre que um discente for oficialmente desligado de estágio.

CAPÍTULO XI

DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

Art. 30 São atribuições da Unidade Concedente de estágio:

- I. assinar termo de compromisso com a UNIPAMPA, zelando por seu

- cumprimento;
- II. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento em Letras - Português para supervisionar o estagiário;
 - III. informar à UNIPAMPA, sempre que solicitado, dados sobre o andamento do estágio ou irregularidades que justifiquem intervenção ou encerramento do estágio;
 - IV. assegurar as condições de segurança do trabalho necessárias às atividades do estagiário;
 - V. assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante o recesso acadêmico, devendo este ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso previstos neste item serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 1º A assinatura do Termo de Compromisso de Estágio para todas as partes é condição necessária para que o estágio tenha início.

§ 2º Quaisquer atividades executadas pelo estagiário fora da validade de quaisquer Termos de Compromisso de Estágio não estão cobertas pela Lei n 11.788/2008 e poderão ser consideradas vínculo empregatício.

CAPÍTULO XII

DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 31 Compete ao Supervisor de Estágio:

- I. acompanhar o trabalho do estagiário, colaborando para o seu processo de formação técnica e profissional;
- II. apoiar tecnicamente o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio ou em seus aditivos, assegurando que as atividades previstas estão sendo executadas;
- III. comunicar ao orientador do estagiário quaisquer alterações substanciais no

- Plano de Atividades que consta no Termo de Compromisso de Estágio ou em seus aditivos;
- IV. enviar ao Interface de Estágio o boletim de frequência mensal;
 - V. comunicar ao orientador do estagiário ou ao Coordenador de Estágios do curso que o estagiário possui vínculo, sempre que solicitado, dados sobre o andamento do estágio;
 - VI. comunicar ao orientador do estagiário ou ao Coordenador de Estágios do Curso que o estagiário possui vínculo, situações ou irregularidades que justifiquem intervenção ou encerramento do estágio.

CAPÍTULO XIII

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 32 São atribuições do estagiário:

- I. elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Interface de Estágios para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- II. cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao Estágio;
- III. exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- IV. elaborar e entregar ao orientador de estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- V. comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- VI. responder aos questionamentos do orientador com relação ao estágio, sempre que solicitado;
- VII. estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- VIII. conhecer e cumprir as normas internas da Unidade Concedente;

- IX. responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- X. informar ao orientador quando houver realização de atividades fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

CAPÍTULO XIV

DAS ATRIBUIÇÕES DO INTERFACE PRESENCIAL DE POLO

Art. 33 São atribuições do interface presencial de polo:

- I. Auxiliar na formalização de convênios de estágios com a parte Concedente, no que se refere aos trâmites envolvendo documentação relativa ao estágio, se necessário.
- II. Acompanhar o planejamento e desenvolvimento do estágio e as reuniões de videoconferência, de acordo com o definido pelo professor-orientador de estágio ou coordenador de estágio e/ou regente do componente curricular de estágio;
- III. Encaminhar ocorrências e questionamentos recebidos ao Coordenador de Estágio, e/ou ao regente do componente curricular de estágio, e/ou ao Supervisor de Estágio, para que as informações sejam repassadas à Coordenação do Curso de Letras – Português, modalidade a distância.

CAPÍTULO XV

DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 34 Os Relatórios de Estágio devem ser escritos conforme as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA.

Art. 35 A avaliação do desempenho do estagiário será realizada de forma contínua e sistemática, contendo aspectos qualitativos e quantitativos durante o desenvolvimento de todo o Estágio Supervisionado Obrigatório, envolvendo a análise dos aspectos técnicos, sociais e humanísticos da profissão.

Parágrafo único. Para fins de integralização do componente curricular Estágio Obrigatório, o estudante deverá:

- I. cumprir a carga horária prevista no campo de Estágio;
- II. comparecer às reuniões de orientação de Estágio;
- III. realizar as atividades exigidas nos componentes curriculares de Estágio;
- IV. entregar os relatórios referentes ao Estágio no período determinado pelo Orientador de Estágio;
- V. organizar os trâmites para assinatura e formalização do Termo de Compromisso do Estágio.

Art. 36 O acompanhamento do estágio, obrigatório ou não obrigatório, será efetivado por meio dos seguintes instrumentos:

- I. Boletim de frequência do estagiário na Unidade Concedente, com horários diários cumpridos, enviado pelo Supervisor ou orientador ao Interface de Estágios;
- II. Relatório de Avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor;
- III. Relatório Final.

Art. 37 O resultado da avaliação dos estágios supervisionados obrigatórios será registrado no sistema GURI pelo docente responsável.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38 A matrícula do estudante nos componentes curriculares de Estágio independe de estabelecimento prévio do Termo de Compromisso de Estágio com a parte concedente do Estágio.

Art. 39 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação de estágio, ou pelo regente do componente curricular de estágio e, em segunda instância pelo NDE Curso de Letras - Português, modalidade a distância, da Universidade Federal do Pampa, em consonância com o PPC.

Art. 40 Este regulamento entra em vigor a partir da aprovação do PPC 2023 e novas atualizações serão aprovadas no NDE do Curso de Letras – Português, licenciatura a distância.

APÊNDICE B – REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO I

Dos propósitos dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II

Art. 1º Este Regulamento tem a finalidade de normatizar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), constituído pelos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I - 60 h/a) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II - 60 h/a).

§ 1º O TCC I tem como objetivo geral a produção de um projeto de pesquisa, composto das partes básicas de um texto deste gênero, a saber: tema, delimitação do tema, objetivos (geral e específicos), justificativa, metodologia, revisão da literatura sobre o tema, cronograma, referências, todas de acordo com as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da Unipampa.

§ 2º O TCC II visa à concretização da pesquisa projetada no TCC I, a escrita do relatório da pesquisa ou de um artigo acadêmico, descrevendo o percurso da realização do trabalho.

TÍTULO II

Da Natureza e dos objetivos do TCC

Art. 2º O TCC é um processo que inclui o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica, que resulta em uma produção textual individual. Esta produção textual pode ser elaborada em dois (2) diferentes gêneros textuais, artigo científico ou relatório de pesquisa (monografia), sempre de acordo com as normas para a produção de trabalhos acadêmicos da Unipampa.

Art. 3º Os temas dos TCC deverão ter aderência ao curso, que visa contribuir para formar professores de língua portuguesa e suas literaturas.

Art. 4º O TCC será desenvolvido, formalmente, em dois semestres no curso, sendo dividido em dois componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

Art. 5º A supervisão das atividades relacionadas ao TCC I será realizada pelo docente responsável pelo componente curricular, cujo objetivo geral é a elaboração de um projeto de pesquisa, com todas as partes que o compõem.

Art. 6º Até o final do componente TCC I, o discente deverá ter escolhido e formalizado um orientador para o desenvolvimento do projeto de pesquisa no TCC II.

Art. 7º A supervisão das atividades relacionadas ao TCC II será realizada em parceria do professor do componente com o orientador escolhido e/ou designado para o aluno.

Parágrafo único. o orientador escolhido pelo aluno é o principal corresponsável na realização da pesquisa. Ao professor responsável pelo componente TCC II, caberá contribuir para propor alternativas de solução para eventuais problemas que possam surgir no decorrer do semestre e inserção de notas.

TÍTULO III

Das atribuições do docente responsável pelo componente TCC I

Art. 8º A coordenação do processo de TCC I será exercida pelo professor responsável, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 9º O objetivo geral do componente curricular TCC I é a elaboração de um projeto de pesquisa que será concretizado no TCC II.

Art. 10 São atribuições do coordenador do TCC I:

1. apresentar o plano do componente, seus objetivos, as partes de um projeto e o cronograma para a realização das tarefas;
2. contribuir nas escolhas do tema, na definição dos objetivos, em todas as outras partes do processo, bem como de sugestões para o acesso à materiais

- pertinentes ao tema;
3. disponibilizar horários para encontros grupais e/ou individuais, síncronos com os discentes a fim de contribuir para o desenvolvimento da elaboração textual do projeto;
 4. consultar os professores atuantes no curso sobre vagas disponíveis de orientação e temas de interesse;
 5. elaborar a lista de possíveis orientadores, para o TCC II, seus contatos e temas, e socializar com os estudantes inscritos em TCC I;
 6. encaminhar a escolha dos orientadores das pesquisas a serem efetivadas no TCC II , elaborar e divulgar a lista;
 7. avaliar os projetos de pesquisa produzidos pelos discentes matriculados, com base nos critérios especificados neste documento;
 8. assegurar que os participantes concluam o componente curricular com orientador escolhido e
 9. encaminhar os discentes aprovados, sugerindo que se matriculem no TCC II.

Das atribuições do docente responsável pelo componente de TCC II

Art. 11 São atribuições do docente responsável pelo componente de TCC II:

1. apresentar o funcionamento do componente, seus objetivos;
2. confirmar a definição da escolha dos orientadores, bem como da existência de um cronograma inerente ao processo de efetivação da pesquisa e da redação final do texto no formato escolhido;
3. receber dos orientadores/orientandos as informações necessárias sobre a data, horário e os nomes dos membros das bancas organizadas por eles ou por pareceres enviados a avaliadores;
4. se houver banca de defesa, antes da data da realização, elaborar materiais de divulgação, com base nas informações fornecidas pelos orientadores/estudantes;
5. divulgar a data, horário, local, componentes das Bancas;
6. recolher, junto ao professor orientador da pesquisa, após a defesa, os

- resultados de desempenho do estudante no TCC II, conforme especificações.
7. eventualmente por dificuldades de acesso e disponibilidade de horários e agendas, é possível que a cada trabalho se forneça dois pareceres com critérios definidos pelo orientador de TCC II, que após devolvidos serão agendados entre orientador do trabalho, orientador de TCC e orientando a leitura, para elaboração da ata final que versará a nota definitiva do estudante.

TÍTULO IV

Das atribuições dos professores orientadores do TCC II

Art. 12 A orientação dos trabalhos do TCC II será realizada pelos docentes do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância que disponibilizarem para o professor de TCC I, no final do semestre letivo, os temas e as vagas disponíveis para orientação.

Art. 13 Ao professor orientador compete também:

1. elaborar, juntamente com o orientando, um cronograma de sessões de orientação dos discentes em horários previamente estipulados;
2. preencher o instrumento de acompanhamento das sessões de orientação, com data, horário de início, final, documento que será anexado ao processo, assinado pelo docente e pelo orientando;
3. zelar pelo desenvolvimento da pesquisa com base nas normas para investigação com sujeitos humanos, providenciando os documentos legais necessários;
4. comunicar ao coordenador do TCC II eventuais problemas que possam ocorrer no processo e desenvolver com ele alternativas de soluções;
5. indicar juntamente com o estudante, as escolhas dos nomes de dois (2) membros que irão compor a banca examinadora, na ocasião da defesa do TCC (se houver), providenciando o envio para estes componentes da banca, do trabalho em tempo hábil (até dez dias antes da data da defesa);
6. avaliar processualmente o TCC e, caso não esteja dentro dos critérios estabelecidos, informar a decisão ao coordenador de TCC, por escrito, com

- ciência do orientando, conforme o cronograma estabelecido pelo coordenador de TCC. Tal decisão implicará na reprovação do acadêmico no componente curricular em que está matriculado;
7. responsabilizar-se pela confirmação das informações, à banca examinadora, do dia, hora e local da defesa de seus orientandos, bem como pelo envio dos trabalhos a cada examinador;
 8. avaliar a versão final do TCC, juntamente com os demais membros da banca examinadora, dentro dos critérios estabelecidos e especificados neste regimento;
 9. entregar ao docente responsável do componente curricular o seu instrumento de avaliação do projeto de TCC, bem como o dos componentes da banca e a ata final;
 10. acompanhar, caso haja, o cumprimento das alterações propostas pela banca examinadora nos prazos estabelecidos;
 11. abrir um processo para cada orientando e inserir no sistema de gestão (SEI) todos os documentos comprobatórios de defesa e documentos após defesa solicitados pelo setor de biblioteca;
 12. contribuir para zelar pelo cumprimento do cronograma estabelecido pelo professor do componente TCC II e manter-se em contato com ele para tratar de questões relativas ao processo.

TÍTULO V

Das atribuições dos orientandos

Art. 14 Os orientandos de TCC de cada semestre são todos os estudantes matriculados nos componentes curriculares de TCC I ou TCC II.

Parágrafo único. O orientando é o principal responsável pela realização do seu trabalho de conclusão.

Art. 15 São atribuições dos estudantes/orientandos no componente TCC I

1. escolher um tema de estudo pertinente ao curso;
2. desenvolver as partes do projeto de pesquisa de acordo com o cronograma

- definido pelo professor do componente;
3. comparecer às aulas síncronas agendadas e/ou reuniões individuais periódicas com o professor do componente TCC I;
 4. cumprir os cronogramas para entregas das partes do projeto de pesquisa do TCC I;
 5. manter contato permanente com o professor do componente, caso haja alguma alteração do cronograma;
 6. observar os aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, especialmente em relação a pesquisas com seres humanos e com o plágio acadêmico;
 7. seguir as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela Unipampa;
 8. elaborar seu projeto de acordo com as disposições contidas neste regulamento;
 9. proceder a elaboração do projeto de pesquisa que será efetivado no TCC II, de acordo com as especificidades descritas, cumprindo o cronograma, e sendo avaliado ao final, por todo o projeto executado.

Art. 16 São atribuições dos orientandos no componente TCC II:

1. decidir, juntamente com o orientador, o gênero textual que será elaborado para compartilhamento da pesquisa realizada;
2. elaborar, juntamente com seu orientador, um cronograma para concretizar os objetivos do projeto elaborado no TCC I, bem como um cronograma de orientações;
3. desenvolver, de acordo com o cronograma, as ações necessárias para concretizar o projeto elaborado no TCC I;
4. finalizar seu trabalho em tempo hábil;
5. escolher, junto com o orientador, os componentes da banca (se houver), a data para defesa, o local, o horário e disponibilizar estas informações para o professor do componente;
6. proceder a defesa de seu trabalho de acordo com as normas de elaboração

- de trabalhos acadêmicos da Unipampa;
7. proceder, juntamente com o seu orientador, as eventuais correções solicitadas pela Banca.
 8. fornecer todos os seus documentos necessários para inserir no processo aberto no SEI para documentar seu processo de elaboração do TCC.

TÍTULO VI

Da avaliação de TCC I

Art. 17 A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I será realizada pelo professor do componente curricular, com base nos critérios descritos no Quadro 1 a seguir, acrescidos da ementa do componente.

Quadro 1 - Avaliação do componente curricular TCC I

| | Crerios sugestivos | Sim/Não |
|----|--|----------------|
| 1. | A escolha do tema é relevante, e há material de consulta acessível/disponível sobre ele | 0,5 |
| 2. | Os objetivos (geral e específicos, quando houver) são concretos, avaliáveis e realizáveis | 1,0 |
| 3. | Os objetivos são redigidos com linguagem clara e adequada | 0,5 |
| 4. | A justificativa contextualiza o tema, apresentando argumentos para demonstrar a sua relevância social | 1,5 |
| 5. | A metodologia de coleta das informações se alinha aos objetivos propostos | 1,0 |
| 6. | A metodologia de análise das informações, se alinha aos objetivos propostos | 1,0 |
| 7. | O referencial teórico/revisão de literatura é coerente, pertinente, atual e contempla as diversas dimensões de abordagem do tema | 2,5 |

| | Cr terios sugestivos | Sim/N o |
|-----|--|----------------|
| 8. | O cronograma proposto   fact vel aos prazos designados | 0,5 |
| 9. | O projeto de pesquisa est  redigido e formatado adequadamente (linguagem acad mica, coes o, coer ncia, acur cia lingu stica, adequa o ao g nero textual, de acordo com as normas acad micas no atendimento de todas as partes m nimas de um projeto) | 1,0 |
| 10. | Os prazos foram atendidos conforme combinados | 0,5 |

Art. 18 A nota final de TCC I ser  atribu da pelo professor do componente, com base nos cr terios avaliativos explicitados, sendo aprovados os estudantes que alcan arem nota m nima 6,0 (seis).

T TULO VII

Da avalia o de TCC II

Banca Avaliadora

Art. 19 O estudo concretizado no TCC II ser  apresentado e defendido pelo estudante frente a uma banca examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside, pelo professor coorientador (caso haja) e por outros dois (2) membros, no m nimo, indicados para a constitui o de banca examinadora de TCC, com a forma o acad mica adequada (mestrado ou doutorado em Letras e/ou Educa o) para a avalia o do trabalho.

Art. 20 Ap s a leitura e a defesa oral do trabalho, de forma colegiada, os membros da banca deliberam, em reuni o privada, a nota final do trabalho, com base nos cr terios descritos nos Quadros 2 e 3 a seguir.

Quadro 2 - Avalia o do trabalho escrito

| Cr terios do trabalho escrito | Valor | Nota |
|--|--------------|-------------|
| Articula o e coer ncia entre as defini es dos conceitos principais que perpassam o tema, e os objetivos da pesquisa | 2,0 | |
| Reda o adequada da justificativa do estudo, contextualizando o tema e mostrando a sua relev ncia social | 2,0 | |
| Adequa o na articula o e na coer ncia entre os objetivos e as metodologias propostas | 1,0 | |
| Argumenta o consistente e adequada para as an lises das informa es coletadas | 2,0 | |
| Reda o das conclus es retomando os objetivos do estudo, descrevendo se e como foram atendidos | 2,0 | |
| Adequa o ao g nero textual escolhido (artigo ou monografia) e  s normas para elabora o de trabalhos acad micos da Unipampa | 1,0 | |
| Total | 10,0 | |

Quadro 3 - Avalia o da defesa oral

| Cr terios da defesa oral | Valor | Nota |
|---|--------------|-------------|
| Organiza o, sequ ncia l gica, objetividade na apresenta o do trabalho | 3,0 | |
| Elabora o dos slides de acordo com as normas para apresenta es | 3,0 | |
| Uso adequado do tempo | 2,0 | |
| Atendimento aos questionamentos da banca | 2,0 | |
| Total | 10,0 | |

Art. 21 A nota final será composta pela média das notas, de todos os participantes da Banca, considerando o trabalho escrito e a defesa oral.

Art. 22 Os componentes da Banca podem decidir se o trabalho escrito necessita de adequações e, em caso positivo, listá-las.

Art. 23 A planilha de pontuação atribuída pela banca examinadora será anexada com a ata de defesa, a qual deverá ser redigida pelo professor presidente da banca (o orientador ou, no caso de sua impossibilidade, por um docente por ele designado) e assinada por todos os membros da banca.

Art. 24 A folha de aprovação do TCC também deverá ser assinada logo após a deliberação da nota, por todos os membros da banca examinadora para anexá-la à versão final do trabalho.

Art. 25 A média final atribuída ao discente deverá ser informada publicamente, juntamente com a leitura da ata de defesa, perante aqueles que estiverem presentes como ouvintes neste ato público.

Art. 26 Todos os documentos relativos à defesa deverão ser anexados ao processo SEI, criado exclusivamente para esse fim pelo professor orientador, e devem ser devidamente assinados por quem lhes compete, antes de encaminhá-los junto ao setor de bibliotecas.

Da avaliação de TCC II

Pareceres

Art. 27 O estudo concretizado no TCC II será redigido e enviado pelo orientador a uma banca examinadora composta por 02 membros que fornecerão pareceres, composta pelo professor orientador, que a preside, indicados para a constituição de banca examinadora de TCC, com a formação acadêmica adequada (mestrado ou doutorado em Letras e/ou Educação) para a avaliação do trabalho.

Art. 28 Após a leitura, os membros da banca emitirão os pareceres, com processos de melhoria e atribuindo uma nota final ao trabalho, com base nos critérios do Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Avaliação do Trabalho Escrito

| Crítérios | Valor | Nota |
|--|--------------|-------------|
| Articulação e coerência entre as definições dos conceitos principais que perpassam o tema, e os objetivos da pesquisa | 2,0 | |
| Redação adequada da justificativa do estudo, contextualizando o tema e mostrando a sua relevância social | 2,0 | |
| Adequação na articulação e na coerência entre os objetivos e as metodologias propostas e o tema escolhido | 1,0 | |
| Argumentação consistente e adequada para as análises das informações coletadas e tabuladas | 2,0 | |
| Redação das conclusões retomando os objetivos do estudo, descrevendo se e como foram atendidos | 2,0 | |
| Adequação ao gênero textual escolhido (artigo ou monografia) e às normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da Unipampa | 1,0 | |
| Total | 10,0 | |

Art. 29 A nota final será composta pela média das notas, de todos os participantes da Banca, considerando o trabalho escrito entre os dois membros da Banca e o orientador. Os componentes da Banca podem decidir se o trabalho escrito necessita de adequações e, em caso positivo, listá-las.

Art. 30 A planilha de pontuação atribuída pela banca examinadora será anexada com a ata de defesa (com o professor orientador, o aluno e o orientador de TCC, a fim de visibilidade e debate dos pareceres emanados), a qual deverá ser redigida pelo professor presidente da banca (o orientador ou, no caso de sua impossibilidade, por um docente por ele designado) e assinada por ele e o aluno.

Art. 31 A folha de aprovação do TCC também deverá ser assinada logo após a deliberação da nota, pelo orientador do trabalho e orientador do TCC II.

Art. 32 Todos os documentos relativos ao processo de defesa deverão ser anexados ao processo SEI, criado exclusivamente para esse fim pelo professor orientador, e devem ser devidamente assinados por quem lhes compete, antes de encaminhá-los junto ao setor de bibliotecas.

TÍTULO VIII

Das disposições finais

Art. 33 Por iniciativa do orientador ou do discente, em caso de necessidade de troca de orientador no percurso do semestre, o professor do componente TCC II deve mediar o processo de forma a buscar garantir o cumprimento dos prazos do componente curricular e a conclusão do trabalho em tempo hábil.

Art. 34 Devido à natureza dos componentes curriculares de TCC e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados, não estão previstas atividades de recuperação semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. Em caso de reprovação, o estudante deverá continuar os processos de melhoria do seu TCC e matricular-se no semestre seguinte.

Art. 35 Casos omissos a este regulamento devem ser encaminhados à Coordenação de TCC e serão decididos, em segunda instância, pelo NDE do curso de Letras - Português, licenciatura a distância.

APÊNDICE C - REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Estabelece as normas para solicitação e concessão de aproveitamento/validação de Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância

Art. 1º As normas de aproveitamento/validação de ações de extensão como Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância seguem a regulamentação dada pela Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021.

Art. 2º As Atividades Curriculares de Extensão integram a matriz curricular, sendo requisitos obrigatórios para a colação de grau.

Art. 3º O discente do curso deverá cumprir, no mínimo, 325 horas (10% da carga horária total do curso) em ACE, como membro da equipe executora da ação, nas seguintes modalidades:

I. Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) denominada “Unipampa Cidadã” - obrigatório o cumprimento de 120 horas com validação por meio de documentação comprobatória;

II. Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão de livre escolha do discente - obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 205 horas, com validação por meio de documentação comprobatória.

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas denominadas “UNIPAMPA Cidadã” são definidas como parte de um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade, no qual os discentes realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas,

organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 1º É de responsabilidade do discente identificar e entrar em contato com instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada para realizar as ações comunitárias conforme a demanda da comunidade priorizando o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º É de responsabilidade do discente solicitar o aproveitamento/validação das ACEE, incluindo a ACEE “Unipampa Cidadã”, ao(s) supervisor(es) de extensão do curso, respeitando o calendário acadêmico da graduação, a partir do 6º semestre.

Art. 5º Ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, poderão ser validadas como Atividade Curricular de Extensão mediante análise do(s) supervisor(es) de extensão.

Art. 6º As atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente em regiões compatíveis com os polos de apoio presenciais no qual o estudante esteja matriculado com o acompanhamento do supervisor(es) de extensão e do Interface EAD.

Art. 7º Casos omissos a este regulamento devem ser encaminhados ao supervisor de extensão e serão decididos pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Letras - Português, licenciatura a distância.

APÊNDICE D – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º Este documento rege as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o segmento de gestão acadêmica com atribuições consultivas, propositivas, deliberativas e de assessoria sobre matérias de natureza acadêmica, responsável pela elaboração, implementação e atualização contínua do PPC de Graduação em Letras Português - Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa.

Art. 3º Este documento foi elaborado em conformidade com a:

- a) Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);
- b) Resolução Nº 97, de 19 de março de 2015, da Universidade Federal do Pampa;
- c) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- d) Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º São atribuições do NDE do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o PPC de Letras Português - Licenciatura a Distância,
- II. propor procedimentos e critérios para a avaliação docente, discente e autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular, de modo que os componentes do curso estejam em coerência com as especificações inerentes a BNCC e as da Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso;
- IV. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pela legislação para os cursos de licenciaturas e o PPC;
- V. identificar e sugerir estratégias de incentivo ao desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão, articuladas com demandas das licenciaturas, com as do mundo do trabalho, a realidade de inserção do curso, sintonizadas com as políticas das áreas da Língua Portuguesa, da Literatura e da Educação Digital;
- VI. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- VII. elaborar e propor projetos de combate à evasão e acompanhamento pedagógico dos discentes do Curso;
- VIII. realizar levantamento bibliográfico permanente sobre as leis e a políticas educacionais para a Educação a Distância no Brasil

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e ciência da Comissão do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 5º O NDE é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I. ser indicado pela Comissão de Curso;
- II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;

- III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

§ 1º O NDE será constituído por:

- I. coordenador do Curso;
- II. coordenador substituto do Curso;
- III. um mínimo de mais 3 membros indicados pela Comissão de Curso, assegurando a representatividade de todas as áreas do curso (Língua Portuguesa, Literatura, Linguística, Educação Digital e Formação Pedagógica), sempre que for possível.

§ 2º O NDE deve ter um Presidente e um Secretário indicados pelos demais integrantes do NDE, para um mandato de 03 (três) anos, com a possibilidade de renovação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE

Art. 6º Compete ao Presidente do NDE:

- a) convocar e presidir as reuniões;
- b) representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da Unipampa;
- c) encaminhar as propostas do NDE à Comissão de Curso, sempre que for necessário.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º Compete ao Secretário do NDE:

- a) redigir as atas das reuniões;
- b) auxiliar nas tarefas administrativas da Presidência;
- c) cooperar na organização das pautas e do mapeamento das demandas da Comissão de Curso.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 8º As reuniões podem acontecer via calendário prévio (reuniões ordinárias/ a cada dois meses) e possíveis reuniões extraordinárias, sempre que necessário.

Parágrafo único. O NDE se reunirá quando convidado ou convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 9º As decisões do NDE deverão ser anunciadas na Comissão do Curso Ampliada, com base no número de presentes, em cada reunião ordinária.

Art. 10 Após cada reunião, o secretário ficará encarregado de lavrar a ata, que será lida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e secretário e publicizada no site do curso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O presente Regimento entra em vigor após aprovação deste PPC e qualquer alteração posterior será aprovada pelo NDE do Curso de Letras Português - Licenciatura a Distância da Unipampa.